

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
CURSO DE MESTRADO EM HISTÓRIA**

GABRIEL VAZ

**PROCESSO DE DESLOCAMENTO VENEZUELANO PARA CHAPECÓ, SC (2017-
2024): identidade, violência e soberania.**

**CHAPECÓ
2026**

GABRIEL VAZ

PROCESSO DE DESLOCAMENTO VENEZUELANO PARA CHAPECÓ, SC (2017-2024): identidade, violência e soberania.

Texto apresentado para o programa de pós-graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) como requisito para obtenção de título de mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Isabel Rosa Gritti
Co-orientadora: Profa. Dra. Cristina Dallanora

CHAPECÓ
2026

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Vaz, Gabriel

?PROCESSO DE DESLOCAMENTO VENEZUELANO PARA CHAPECÓ,
SC (2017-2024):: Identidade, violência e soberania. /
Gabriel Vaz. -- 2026.

105 f.

Orientadora: Doutora Isabel Rosa Gritti

Co-orientadora: Doutora Cristina Dallanora

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em História,
Chapecó, SC, 2026.

1. venezuela. 2. arquivo. 3. deslocamento. 4.
imigração. I. Gritti, Isabel Rosa, orient. II.
Dallanora, Cristina, co-orient. III. Universidade
Federal da Fronteira Sul. IV. Título.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus pela vida, pela saúde e pela perseverança que me permitiram concluir esta etapa.

Expresso minha profunda gratidão as minhas orientadoras, Profa. Isabel Rosa Gritti e Cristina Dallanora, pela orientação dedicada, paciência e valiosas contribuições ao longo do desenvolvimento desta dissertação.

Agradeço à minha família, em especial, minha mãe Jane e minha companheira Luana pelo amor, compreensão e por sempre acreditarem em mim.

Aos professores Vicente, Leonardo e a todos do grupo de pesquisa sobre imigração venezuelana em Chapecó. Agradeço pelos ensinamentos, suporte acadêmico e pela colaboração durante minha formação.

Aos professores Allan e Murillo, pela leitura atenciosa deste trabalho, bem como pelas devidas considerações, que foram fundamentais para a construção desta pesquisa.

Aos meus colegas e amigos que acompanharam minha trajetória, pelo incentivo, pelas discussões enriquecedoras e pelo companheirismo ao longo desta jornada, cito: Carla, Jean, João, Valéria.

Ao professor Ricardo Machado e a todos que passaram pelo grupo de estudos sobre teoria da História, espaço constante de trocas e debates acadêmicos.

Também agradeço a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), pelo apoio financeiro que possibilitou a realização desta pesquisa.

Por fim, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

RESUMO

Este estudo analisa o deslocamento de venezuelanos para a cidade de Chapecó, no Oeste de Santa Catarina, inserida em um contexto migratório marcado por crises políticas e econômicas na Venezuela e pela atuação de políticas públicas, como a Operação Acolhida, no estado de Roraima e em outros estados brasileiros. O objetivo central consiste em compreender as experiências, subjetividades e articulações coletivas desses sujeitos, buscando deslocar a representação predominante que os vincula ao trabalho na agroindústria, por meio do tensionamento entre arquivos oficiais, mídias e história oral. A metodologia adotada envolve a história oral, a partir de entrevistas realizadas com venezuelanos na cidade de Chapecó, no ano de 2024, focadas em percepções laborais, identitárias e em experiências cotidianas, além da análise crítica fundamentada em estudos raciais e na relação entre arquivo, historiografia e poder. Os resultados indicam trajetórias de vida heterogêneas, que não permitem a imposição de uma história única pautada pelos arquivos que compõem a memória recente desse evento. Compreende-se que o deslocamento, enquanto categoria analítica, pautado em uma abordagem crítica e interdisciplinar, é necessário para ampliar a compreensão sobre a presença venezuelana no Oeste Catarinense, evidenciando a necessidade de desativar ferramentas de apagamento dessas trajetórias e de revisitar as representações hegemônicas sobre venezuelanos em Chapecó.

Palavras-chave: imigração; Venezuela; Chapecó; venezuelanos.

ABSTRACT

This study examines the migration of Venezuelans to the city of Chapecó, located in western Santa Catarina, within a migratory context shaped by political and economic crises in Venezuela and public initiatives like *Operação Acolhida* in the state of Roraima. The main goal is to understand the experiences, identities, and collective networks of these individuals, aiming to challenge the prevailing portrayal that ties them mainly to agro-industrial labor by contrasting official records, media accounts, and oral histories. The methodology includes oral history based on interviews conducted with Venezuelans in Chapecó in 2024, focusing on work perceptions, identity, and everyday experiences, alongside a critical analysis grounded in racial studies and the interplay between archives, historiography, and power. Findings reveal diverse life trajectories that resist a single narrative framed solely by archival memory of this recent event. The study argues that considering displacement as an analytical category through a critical, interdisciplinary lens is essential to deepen understanding of the Venezuelan presence in western Santa Catarina, highlighting the need to dismantle erasing mechanisms and revisit dominant representations of Venezuelans in Chapecó.

Keywords: immigration; Venezuela; Chapecó; Venezuelans.

RESUMEN

Este estudio analiza el desplazamiento de venezolanos hacia la ciudad de Chapecó, en el oeste de Santa Catarina, en un contexto migratorio marcado por crisis políticas y económicas en Venezuela y por políticas públicas como la *Operação Acolhida* en el estado de Roraima. Su objetivo principal es comprender las experiencias, subjetividades y redes colectivas de estos individuos, buscando superar la representación predominante que los asocia exclusivamente con el trabajo en la agroindustria, mediante el contraste entre archivos oficiales, medios de comunicación e historia oral. La metodología empleada incluye la historia oral a partir de entrevistas realizadas con venezolanos en Chapecó durante 2024, con énfasis en percepciones laborales, identitarias y experiencias cotidianas, complementada con análisis crítico basado en estudios raciales y en la relación entre archivo, historiografía y poder. Los resultados muestran trayectorias de vida heterogéneas que impiden imponer una narrativa única sustentada solo en archivos que construyen la memoria reciente de este fenómeno. Se concluye que entender el desplazamiento como categoría analítica, desde un enfoque crítico e interdisciplinario, es fundamental para ampliar la comprensión sobre la presencia venezolana en el oeste de Santa Catarina, destacando la necesidad de desactivar mecanismos que invisibilizan estas trayectorias y revisar las representaciones hegemónicas sobre los venezolanos en Chapecó.

Palabras-clave: inmigración; Venezuela; Chapecó; venezolanos.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR	ALTO COMISSIONADO DA ONU
CAI	CENTRO DE ATENDIMENTO AO IMIGRANTE
CEP	COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA
CONARE	COMITÊ NACIONAL PARA REFUGIADOS
FMI	FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL
RN	RESOLUÇÃO NORMATIVA
PIB	PRODUTO INTERNO BRUTO
VES	VAGA DE EMPREGO SINALIZADA

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	Crise, Deslocamento e Humanitarismo	15
2.1	Venezuela: petróleo, rentismo e crise econômica	17
2.2	Deslocamento venezuelano no Brasil.....	22
2.3	Deslocamentos no Oeste Catarinense: migrações históricas x migrações contemporâneas	25
2.3.1	Colonização do Oeste Catarinense	28
2.3.2	Secretaria de Negócios do Oeste (SNO)	31
2.3.3	Operação Acolhida: deslocamentos e humanitarismo	32
2.3.4	Centro de Atendimento ao Imigrante (CAI)	34
2.3.5	Humanitarismo	36
3	Deslocamento Como Categoria Analítica	40
3.1.1	Sujeitos da Pesquisa: Carmen Martínez	43
3.1.2	Sujeitos da Pesquisa: Maria Ángeles	46
3.1.3	Sujeitos da Pesquisa: Lucia Nuñez.....	47
3.2	<i>ahí fue donde mi familia empieza a sentir los aspectos económicos.....</i>	48
3.3	<i>el estado que tiene más empleo y oportunidades de trabajo</i>	54
3.4	<i>con la esperanza de que las cosas se mejoraran, me pidió ir a otros lugares en Brasil</i>	59
4	Contra-arquivo.....	65
4.1	<i>La vida como inmigrante no es fácil</i>	67
4.1.1	Classificação: a representação do “problema”	71
4.1.2	Armadilha imperial: os usos do corpo político	74
4.2	<i>No puedes ir al baño solamente que te estés muriendo, desmayando. Del resto no puedes salir</i>	77
4.3	<i>¿Cómo tú me vas a hablar para mí que tú me estás ayudando cuando tú nunca preguntó qué es lo que yo estoy precisando?</i>	83
4.4	<i>No somos solamente las personas que precisamos, también somos profesores, también somos estudiantes</i>	89
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
	referências	98

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos da década de 2010 e no início da década de 2020, a cidade de Chapecó, situada na região Oeste de Santa Catarina, tem se destacado como um polo agroindustrial, caracterizado por uma alta demanda por mão de obra não qualificada. Esse contexto econômico atraiu, em especial, pessoas de diferentes nacionalidades que, seduzidas pelo discurso de “buscar melhores condições de vida e oportunidades de trabalho”, inseriram-se em um processo migratório contemporâneo de grande relevância.

Essa migração recente distingue-se dos movimentos populacionais históricos ocorridos no Brasil, especialmente aqueles entre o final do século XIX e o início do século XX, ao se apresentar como fluxos direcionados e fortemente mediados por políticas públicas, como a Operação Acolhida, que visa à realocação de venezuelanos do estado de Roraima para regiões com maior demanda por trabalho, como Chapecó. Além do deslocamento físico, essa experiência envolve processos complexos de adaptação, choques culturais e transformação das identidades dessas pessoas, que demandam uma abordagem interdisciplinar.

As motivações que me levaram à escrita deste trabalho surgiram ainda em 2021. À época, desenvolvia estágio na Secretaria Municipal de Educação, na cidade de Chapecó, mais especificamente no setor de documentação. Meu estágio consistia, entre outras atividades, em auxiliar nas matrículas das creches infantis ofertadas pelo município.

Não era incomum a ida de pais à secretaria para obter informações sobre os trâmites e a documentação necessária para a matrícula. No entanto, em determinado dia, recebemos um pai buscando informações sobre vagas escolares para seus filhos. O homem, ofegante e demonstrando certa inquietude, questionou em quais bairros havia maior oferta de vagas disponíveis para matrícula, pois se mudaria com sua família para esses locais.

Esse viria a ser meu primeiro contato com a presença venezuelana na cidade. Até aquele momento, não tinha conhecimento do forte fluxo de venezuelanos/as que viria a se intensificar nos meses seguintes. A inquietação do homem em questão demonstrava, em segundo plano, que a busca por vagas disponíveis em creches infantis estava atrelada à necessidade de garantir o sustento familiar¹, revelando, por conseguinte, desafios cotidianos no que se refere à inserção dessas pessoas na cidade.

¹ A cidade de Chapecó (SC) possui alta demanda por vagas escolares no ensino fundamental, tema que esteve presente na campanha política de 2024. A demanda por vagas em creches aumenta à medida que pais e mães necessitam deixar seus filhos em segurança para trabalhar; a oferta, por sua vez, não constitui obrigação do município, uma vez que a idade escolar obrigatória no Brasil compreende o intervalo entre 4 e 17 anos.

No final daquele ano, encerrava meu vínculo como estagiário e, não havendo possibilidades de renovação, recebi uma proposta de trabalho terceirizado no Centro de Atendimento ao Imigrante (CAI). No decorrer do ano de 2022, pude me envolver inteiramente no cenário migratório da cidade, compreendendo os trâmites internos, bem como as dinâmicas que se estabeleciam nesses processos.

O episódio vivenciado na Secretaria Municipal de Educação veio à tona em minha lembrança, mas a necessidade por vagas escolares transformava-se, dando lugar à busca por documentação regularizada e encaminhamento para emprego. Com o passar dos dias, fui entendendo que a inquietação daquele pai parecia ser uma continuação das atividades que, naquele momento, eu desenvolvia. Ou seja, o CAI era somente a porta de entrada e “resolvia” algumas, entre tantas outras possíveis, necessidades daquelas pessoas.

Meus atendimentos nunca foram homogêneos; todos os dias aprendia algo novo. Fosse palavras em espanhol ou fragmentos de interpretação do que aquelas pessoas compreendiam sobre a situação de seu país; havia também aqueles que contavam, espontaneamente, sobre suas trajetórias e as dificuldades enfrentadas no percurso até Chapecó; outros falavam de suas vidas, carreiras profissionais e trajetórias pessoais. Era como se houvesse uma necessidade, por parte daquelas pessoas, de serem escutadas ou, talvez, uma estratégia para gerar comoção que pudesse me fazer “dar uma força” em seu trâmite.

Evidentemente, eu jamais poderia afirmar nenhuma das duas opções. Contudo, fato era que eu ouvia todas as histórias, mesmo nos dias mais corridos. Nessa toada, conheci artistas, professores/as e pessoas que, durante a conversa, questionavam sobre como poderiam fazer para validar seus títulos acadêmicos; ouvia também situações de profunda tristeza e vulnerabilidade. Todas essas histórias traduziam-se em uma diversidade cultural, geográfica e de classe que se apresentava todos os dias em minha sala, localizada ao fundo da rodoviária interestadual da cidade²

Contudo, no exterior daquele ambiente, a compreensão era a de que nada daquilo existia. Para as pessoas da cidade, não era incomum o entendimento de que aquelas pessoas eram “os venezuelanos”, voltados ao trabalho na agroindústria. Essa compreensão era reforçada pela representação dessas pessoas orientadas ao trabalho e à ajuda humanitária, que visava ao acolhimento e a melhores condições de vida, ainda que tais ações pouco parecessem eficazes.

² O Centro de Atendimento ao Imigrante (CAI) não atendia exclusivamente venezuelanos. Suas atividades eram ofertadas a todas as pessoas não brasileiras residentes na cidade de Chapecó. No entanto, os venezuelanos tornaram-se o grande público, seguidos por haitianos, cubanos, senegaleses e outras nacionalidades não tão expressivas em números. Em determinado momento, chegou-se a atender cerca de 32 nacionalidades distintas; por exemplo, foi prestado auxílio, durante um período, a uma família bengali.

Diante dessa breve contextualização, configurou-se um problema de pesquisa: de que maneira o deslocamento de venezuelanos para Chapecó (2017–) tem sido representado predominantemente pela vinculação ao trabalho na agroindústria, e como essa representação reduz a compreensão das experiências, subjetividades e complexidades sociais desses sujeitos? Desse modo, a partir do tensionamento entre arquivos oficiais, mídias e história oral, propõe-se deslocar essa representação construída sobre esses sujeitos.

Os objetivos específicos desta dissertação de mestrado consistem, inicialmente, em contextualizar historicamente o deslocamento venezuelano para Chapecó, considerando o processo de colonização da região e as dinâmicas humanitárias que contribuem para a construção de uma narrativa que associa os venezuelanos à agroindústria. Em seguida, busca-se conceituar o deslocamento como uma categoria analítica central para compreender as múltiplas dimensões do fenômeno migratório venezuelano para Chapecó, elucidando os fatores que justificam a escolha dessa categoria para a análise. Por fim, pretende-se produzir um contra-arquivo que, por meio do tensionamento crítico entre arquivos oficiais, mídias e entrevistas, desloque e amplie as representações hegemônicas acerca dos venezuelanos em Chapecó, evidenciando outras dimensões e complexidades presentes nas trajetórias desses sujeitos.

Neste trabalho, foram utilizadas três entrevistas com venezuelanas residentes em Chapecó, conduzidas a partir da metodologia da história oral, a partir das quais foram observadas as experiências, memórias e perspectivas dos sujeitos diretamente envolvidos nesse fenômeno. Além disso, os arquivos oficiais foram compreendidos como fontes que veiculam representações específicas sobre o corpo venezuelano, funcionando como dispositivos de construção e circulação de narrativas hegemônicas. Complementarmente, foram analisadas reportagens de jornais eletrônicos e discursos políticos, que constituem fontes midiáticas e discursivas essenciais para o entendimento das imagens e discursos produzidos em torno dos venezuelanos em Chapecó, possibilitando um olhar crítico sobre os mecanismos de produção e reprodução dessas representações

A exploração colonial nos postos avançados do “Novo Mundo” constituiu um princípio político de diferenciabilidade, como elenca Ariella Aisha Azoulay (2024, p. 61), ao se referir ao mecanismo que categoriza e diferencia grupos humanos, validado pelo sistema jurídico e pelos documentos de arquivo, criando divisões legais e sociais entre pessoas sujeitas a distintos regimes de coerção.

De acordo com a autora, “o princípio diferencial não só persistiu como se tornou o principal fundador de todo o regime político a partir de então” (Azoulay, 2024, p. 62). No que

interessa à argumentação deste trabalho, compreende-se esse princípio, sobretudo, nas políticas migratórias que, ao serem aplicadas, constituem um corpo político diferencial, como, por exemplo, o status de refugiado/a. O deslocamento de venezuelanos para Chapecó (2017–) evidencia essa lógica. A imagem construída dessas pessoas, a partir de relatórios institucionais, discursos políticos e jornais eletrônicos, apresenta a presença venezuelana vinculada, majoritariamente, à mão de obra na agroindústria.

Segundo Vicente Neves da Silva Ribeiro (2024, p. 7), entre os anos de 2018 e 2024, os vínculos de trabalho formal nos quais venezuelanos em Santa Catarina estavam inseridos, compreendiam, majoritariamente, o grupo de Abate e fabricação de produtos de carne (Grupo CNAE), representando cerca de 30% dos vínculos de emprego. De acordo com o autor, no ano de 2022 havia 6.992 vínculos empregatícios de venezuelanos vinculados a frigoríficos em todo o estado de Santa Catarina, dos quais 6.067 concentravam-se somente na mesorregião de Chapecó (Ribeiro, 2024, p. 7).

É possível identificar a materialização desses números em discursos políticos e em jornais eletrônicos da cidade. Em 2021, o então prefeito de Chapecó, João Rodrigues, em um vídeo publicado em redes sociais e no YouTube, ao discursar para venezuelanos, proferiu: “Perdeu o emprego? Pegue a passagem e volte para a Venezuela. Se o Brasil é bom, é bom para trabalhar”. O discurso do prefeito está inserido no contexto político das eleições presidenciais ocorridas em 2022, disputadas pelo então presidente, em busca da reeleição, Jair Bolsonaro, e por seu opositor político, Luiz Inácio Lula da Silva.

O discurso de João Rodrigues acerca da presença venezuelana na cidade faz alusão direta à disputa eleitoral que viria a ocorrer no ano seguinte, na qual se configurou uma intensa disputa política em torno da definição da presidência do Brasil, travada nas redes sociais e permeada por problemas como as fake news, sem regulação por parte do Estado. Nesse sentido, é importante compreender a atuação da mídia como um espaço central para a produção e circulação de mensagens políticas. Conforme John B. Thompson (1999, p. 78), tais mensagens não apenas informam, mas constroem simbolicamente realidades sociais e identidades, operando em um contexto de ação mediada e quase-interação mediada. Outras práticas e representações políticas e sociais que configuram a mediação simbólica da mídia são as reportagens.

Os jornais eletrônicos ilustram como a mídia atua na construção e circulação de narrativas que não apenas informam o público, mas também configuram o debate público em torno de temas como mercado de trabalho, migração e direitos dos trabalhadores. Segundo

Thompson (1999, p. 77–78), esse processo de mediação envolve uma quase-interação mediada entre indivíduos, organizações e públicos, permitindo que questões complexas, como a integração de venezuelanos na economia local, sejam interpretadas e discutidas simbolicamente no espaço público, influenciando a percepção pública e as ações políticas relacionadas a esse evento.

Nesse sentido, pesquisas sobre a relação entre imigrantes venezuelanos e agroindústrias vêm sendo desenvolvidas no campo da História. Em sua dissertação de mestrado, Rosangela Maria Huning (2022) analisou as implicações do trabalho nas agroindústrias na dinâmica de vida das mulheres migrantes em Chapecó, com destaque para haitianas e venezuelanas. Os estudos de Vicente Neves da Silva Ribeiro (2022, 2024) apresentam importantes reflexões sobre as políticas de interiorização, em especial na cidade de Chapecó e em suas dinâmicas com o setor agroindustrial.

Dessa forma, o presente trabalho está organizado em três capítulos. No primeiro capítulo será abordada a crise econômica e política que impulsionou o deslocamento dos venezuelanos para o Brasil, especificamente para Chapecó (SC). Nesse sentido, serão discutidos os contornos da crise na Venezuela, bem como os processos humanitários envolvidos no contexto do deslocamento, incluindo políticas públicas como a Operação Acolhida, que mediou a presença venezuelana na cidade. Por fim, também serão destacadas as tensões entre humanitarismo e violência estrutural, além das dinâmicas políticas e sociais que emergem desse contexto.

A seção seguinte concentra-se em discutir o deslocamento como uma categoria útil de análise para o trabalho que se segue, sendo mobilizada para evidenciar as subjetividades e estratégias de resistência dos sujeitos envolvidos. Nesse sentido, a análise das dimensões sociais, econômicas e culturais da inserção de venezuelanos em Chapecó teve como objetivo refletir sobre as representações sociais construídas a respeito dessas pessoas, especialmente aquelas vinculadas ao trabalho nas agroindústrias da região, ressaltando a complexidade das trajetórias venezuelanas na cidade.

A quarta seção aprofunda a análise dos processos de deslocamento venezuelano em Chapecó, discutindo as fronteiras simbólicas, identitárias e sociais que marcam essas experiências. A partir do contra-arquivo, busca-se destacar como essas fronteiras são construídas socialmente, impondo uma condição de alteridade e exclusão dessas pessoas, ao mesmo tempo em que perpetuam a continuidade de dinâmicas coloniais de controle e subjugação sobre determinados corpos. Nesse sentido, a partir da perspectiva da História Potencial, buscou-se deslocar o que poderíamos chamar de “memória da imigração venezuelana

em Chapecó”, à medida que se enfatizam as formas de resistência e articulações coletivas desenvolvidas por esses sujeitos, ressaltando que esse movimento não é homogêneo, mas constituído por múltiplas identidades e trajetórias.

Dessa forma, o presente trabalho busca contribuir para as discussões sobre a imigração contemporânea no Brasil, ampliando a compreensão sobre as múltiplas dimensões que envolvem a inserção social de venezuelanos em Chapecó, suas estratégias de enfrentamento e a construção de novos vínculos em um território marcado por transformações econômicas e culturais.

2 CRISE, DESLOCAMENTO E HUMANITARISMO

O fenômeno do deslocamento migratório contemporâneo, especialmente no contexto da movimentação da população venezuelana para a cidade de Chapecó, tem se caracterizado como um processo multifacetado que transcende a simples mobilidade física. A compreensão desse deslocamento exige o reconhecimento de que ele se articula por meio de diversas dimensões sociais, culturais, políticas e econômicas. Desse modo, este trabalho lança as bases conceituais e analíticas necessárias para compreender os contextos nos quais essas experiências estão inseridas, as quais, por um lado, têm sido frequentemente reduzidas a representações simplistas e estereotipadas, associadas a uma vida arrasada.

Portanto, apresenta-se ao leitor uma breve análise das condições que possibilitaram o deslocamento dessas pessoas, ressaltando que esse processo não se limita a uma dinâmica isolada do tempo presente, nem pode ser atribuído exclusivamente a um governo específico. Nesse sentido, inicialmente, contextualiza-se o processo de exploração petrolífera, bem como as dinâmicas de governamentalidade e seus desdobramentos, que contribuíram para o cenário atual. Em outras palavras, demonstra-se que o deslocamento venezuelano possui raízes históricas, situando-o adequadamente no tempo e no espaço.

Nesse sentido, busca-se, em um segundo momento, demonstrar que a presença venezuelana no Brasil não se inicia exclusivamente com as políticas institucionais da Operação Acolhida, mas está vinculada a desdobramentos de contextos históricos mais amplos vivenciados na Venezuela desde a década de 1970. Essa ampliação temporal permite compreender o deslocamento venezuelano como um processo contínuo, fundamentado nas crises econômicas e políticas do país, que antecedem, inclusive, as intervenções pontuais do governo brasileiro, refletindo, entre outros aspectos, em um movimento de deslocamento que

passa a ganhar contornos mais visíveis a partir de 2017–2018, mas cujas raízes históricas demonstram ser anteriores.

Para isso, compreende-se o deslocamento como uma categoria analítica potente, capaz de apreender não apenas os movimentos geográficos, mas também as experiências obliteradas pela representação simbólica e epistemológica que envolvem esses sujeitos. Conforme será discutido ao longo desta seção, deslocar o olhar das narrativas dominantes — muitas vezes pautadas por discursos midiáticos e oficiais — constitui um passo fundamental para desestabilizar processos de invisibilização e marginalização que permeiam a experiência venezuelana em Chapecó.

Desse modo, faz-se necessário ressaltar o papel que as fronteiras, enquanto construções sociais e políticas, desempenham na constituição da alteridade vivida por essas pessoas. Tais fronteiras não são apenas físicas, mas também identitárias, institucionais e epistemológicas, configurando barreiras simbólicas que impactam diretamente as trajetórias, subjetividades e o reconhecimento social desses indivíduos. A compreensão crítica dessas dimensões possibilita analisar as múltiplas formas de inclusão e exclusão que se manifestam nas experimentações cotidianas desses sujeitos.

Portanto, em um terceiro momento, busca-se contextualizar o espaço no qual esses indivíduos estão inseridos, colonizado e ocupado por processos migratórios anteriores, compreendidos como migrações históricas. Em outras palavras, propõe-se a historicização desses deslocamentos, situando-os em contextos mais amplos que envolvem não apenas o cenário nacional venezuelano, mas também as dinâmicas específicas da região de Chapecó e de sua economia agroindustrial. Essa historicização permite compreender como processos colonialistas, raciais e de exploração capitalista continuam a gerar e reproduzir desigualdades, marcando de forma significativa as vidas dos deslocados.

Por fim, esta seção tem como objetivo contextualizar e fundamentar a pesquisa, ao apresentar o entrelaçamento entre os estudos sobre migração contemporânea — especialmente da Venezuela para o Brasil — e os estudos sobre o modelo rentista petroleiro, seus desdobramentos e a crise venezuelana. Dessa forma, considera-se que tal abordagem constitui um contraponto necessário para ampliar a compreensão sobre as formas de deslocamento e as histórias que emergem na cidade de Chapecó, abrindo caminho para os capítulos seguintes. Nesse sentido, na subseção que se segue, será apresentada, a partir da bibliografia adequada, uma visão sobre o cenário econômico venezuelano, caracterizado por forte dependência petroleira.

2.1 VENEZUELA: PETRÓLEO, RENTISMO E CRISE ECONÔMICA

A partir da década de 1920, a expansão da atividade petrolífera na Venezuela provocou migrações internas e a formação de uma nova estrutura social, com o surgimento de um novo empresariado e de uma classe média urbana. A exportação de petróleo impulsionou a modernização econômica, dismantelando a antiga estrutura agrária e latifundiária e promovendo o surgimento de novas elites, bem como uma reconfiguração social. Contudo, essa prosperidade inicial revelou-se temporária, pois a dependência estatal da renda petrolífera, considerada uma “maldição” por Margarita López Maya (2016, p. 162), dificultou a diversificação econômica e resultou em crises econômicas recorrentes, agravadas pela globalização nas décadas seguintes.

A dependência da renda petrolífera moldou a economia venezuelana, como analisa López Maya (2016). Em contrapartida, os impactos na estrutura social são aprofundados por Roberto Briceño-León (2018), ao evidenciar o surgimento de novos ricos e a fragilidade produtiva. Esse fenômeno resultou, na Venezuela, em uma intensa mobilidade social coletiva, como destaca Briceño-León (2018, p. 245). Os camponeses que migraram para as cidades, assim como os habitantes urbanos preexistentes, vivenciaram uma notável melhoria na renda, na qualidade de vida urbana e no acesso à educação. A renda proveniente do petróleo possibilitou ao governo investir em obras públicas e empregar um grande número de funcionários no aparato estatal, promovendo a ampliação da proteção social, da educação e dos serviços públicos para a população (Briceño-León, 2018, p. 245).

A sociedade foi se tornando mais diversificada, coexistindo classes sociais da estrutura anterior — pobre e rural — e uma nova sociedade ainda não capitalista industrial, mas rentista e importadora. O ingresso da renda petrolífera passou a ser distribuído sobretudo por meio de aplicações em obras públicas e políticas de bem-estar social, levando à expansão da demanda interna, mas sem aumento da produção nacional e, por outro lado, possibilitando, de forma indireta, a criação de outro grupo abastado não empresarial: o dos funcionários públicos (Briceño-Léon, 2018, p. 203).

O processo migratório rural-urbano foi impulsionado pela crise na agricultura, pela oferta de empregos urbanos resultante da extração de petróleo e pelas formas de distribuição de renda. Assim, o país dividiu-se em zonas de inclusão, nas quais a renda petrolífera era majoritariamente gasta e investida, concentrando-se nas áreas urbanas, e zonas de exclusão,

caracterizadas pela menor distribuição dessa renda. As zonas de exclusão, predominantemente rurais, foram marcadas pelo abandono e pela consequente falta de oportunidades.

A Venezuela tornou-se um dos principais exportadores de petróleo durante a Segunda Guerra Mundial, e os ingressos provenientes do petróleo, nos anos seguintes, colocaram o país em um período de extrema bonança, na contramão de seus vizinhos latino-americanos. No entanto, a partir da primeira crise do petróleo, em 1973, as condições do país começaram a tomar novos rumos. O petróleo impactou, de forma singular, a estrutura social da Venezuela em diversos aspectos

El petróleo, la industria y el dinero que se obtienen por la renta, hicieron posible que se dieran y de una manera rápida y singular los procesos típicos de la modernización: el proceso de urbanización acelerada, la diferenciación en la organización del trabajo en múltiples tareas especializadas, la racionalización de la actividad económica y el comportamiento individual. Con la llegada de la exploración y explotación petrolera se expandió la división del trabajo, la economía rural semifeudal se transformó y dio lugar a infinidad de funciones laborales. El campesino andino se convirtió en operario de taladros petroleros; el pescador oriental dejó la red y el anzuelo para dedicarse a navegar en las barcasas que surcaban el lago de Maracaibo, llevando a los obreros e ingenieros encargados del mantenimiento de los pozos petroleros. Desde entonces ni campesinos ni pescadores podían levantarse o salir a trabajar a la hora que les provocara, como siempre lo habían hecho, sino que había un horario y una jornada precisa que cumplir que lo establecía otra persona. La migración rural urbana impulsó el crecimiento de las ciudades con la expansión de la burocracia (Briceño-León 2018, p. 56).³

O autor evidencia, de forma breve, as maneiras pelas quais a exploração do petróleo modifica toda a organização social do país e, por conseguinte, a torna singular entre os países da região, pois não se trata apenas da riqueza gerada, mas, sobretudo, segundo Briceño-León (2018, p. 56), do modo como essa riqueza é produzida e dos vínculos sociais que gera. Isso se deve ao fato de que o petróleo é propriedade do Estado e, apesar de requerer menos de 2% da população economicamente ativa, gera cerca de 90% das divisas que ingressam no país.

Segundo Vicente Neves da Silva Ribeiro (2018, p. 63), em 1943, é aprovada a nova lei de hidrocarbonetos que unifica as concessões às empresas estrangeiras em um mesmo marco normativo, expandindo a exploração do petróleo. Os contratos previam um período de 40 anos,

³ Os recursos obtidos a partir da indústria petrolífera possibilitaram uma modernização rápida e singular: o processo de urbanização acelerada, a diferenciação na organização do trabalho em múltiplas tarefas especializadas e a racionalização da atividade econômica e do comportamento individual. Com a chegada da *exploración y explotación* petrolera, expandiu-se a divisão do trabalho, a economia rural semifeudal transformou-se e deu lugar a inúmeras funções laborais. O campesino andino tornou-se operário de sondas petrolíferas; o pescador oriental deixou a rede e o anzol para se dedicar à navegação em barcasas que cruzavam o lago de Maracaibo, transportando os operários e engenheiros responsáveis pela manutenção dos poços petrolíferos. Desde então, nem campesinos nem pescadores podiam levantar-se ou sair para trabalhar no horário que desejassem, como sempre haviam feito; passou a existir, ao contrário, um horário e uma jornada precisos a serem cumpridos, estabelecidos por outra pessoa. A migração rural-urbana impulsionou o crescimento das cidades, concomitantemente à expansão da burocracia.

com a possibilidade de prorrogação por mais 20 anos. No entanto, na década de 1960, o governo passou a desconsiderar a extensão dessas concessões e, de acordo com o autor, as companhias, cientes das intenções dos mandatários venezuelanos, buscaram elevar ao máximo a produção e, por outro lado, reduzir os investimentos. Para Ribeiro, a consequência da estratégia adotada pelas empresas resultou em um declínio significativo da produção na década de 1970, sendo revertido somente na década seguinte (Ribeiro, 2018).

Algumas ideias para pensar a crise venezuelana entre os períodos de 1980–1999 são apontadas por Luis Carlos Villalobos (2002). De acordo com Villalobos (2002, p. 238), a partir da década de 1970, fatores como a inflação mais elevada do que no passado, a redução do ritmo de crescimento do PIB, o início da queda da rentabilidade do capital, a redução do salário real, bem como a diminuição do já mencionado investimento privado e da taxa de investimento da economia configuram elementos que justificam o uso da categoria crise. Villalobos acrescenta, ainda, que tais problemáticas não apenas se agravaram na década seguinte, como também se somaram a outros problemas que viriam a surgir.

A exploração e a exportação do petróleo na Venezuela não apenas modificaram, mas, sobretudo, tornaram-se a base de toda a estrutura econômica e social do país sul-americano. Luis Carlos Villalobos (2002) reúne uma série de estudiosos que, ao longo dos anos 1990, buscaram compreender a crise da década anterior. As distintas perspectivas demonstravam um ponto em comum: o rentismo petrolero. Na perspectiva do autor,

define la crisis como la crisis del modelo de desarrollo de la sociedad sobre bases petrolero-rentistas. Es, en resumen, lo que ha ocurrido en estos últimos veinte a veintitrés años (que van desde 1978, 1980) en que las variables económicas como el PIB por habitante, el salario real, entre otras, dejan de crecer e inician la tendencia a la baja, y el sistema político pierde la capacidad para procesar consensos y se hace inadecuado para garantizar los procesos de legitimación (Villalobos, Luis Carlos. 2002, p. 241).⁴

Para o autor, a crise vivenciada pela Venezuela iniciou-se diante das fragilidades de um modelo econômico rentista petrolero que buscou desenvolver a sociedade exclusivamente com recursos oriundos de sua exportação, isto é, sem diversidade econômica. Com a crise do petróleo em 1973 e a consequente redução das importações por parte dos países consumidores, a Venezuela viu-se no limiar de uma crise.

⁴ Define a crise como a crise do modelo de desenvolvimento da sociedade baseado em fundamentos petrolero-rentistas. É, em resumo, o que ocorreu nos últimos vinte e três anos (desde 1978, 1980), em que variáveis econômicas como o PIB per capita, o salário real, entre outras, deixam de crescer e começam a apresentar uma tendência de queda, enquanto o sistema político perde a capacidade de processar consensos e torna-se inadequado para garantir os processos de legitimação.

O país vivenciava aquilo que economistas caracterizam como “doença holandesa”, que, em suma, pode ser compreendida pelo aumento excessivo das receitas oriundas das exportações de matérias-primas, neste caso, o petróleo. Esse movimento tem como consequência a valorização da moeda local e, por conseguinte, gera prejuízos às exportações de bens manufaturados, haja vista que esses produtos perdem competitividade externa, tornando-se mais fácil e economicamente mais viável importar do que produzir nacionalmente, o que leva a indústria local ao declínio.

Nos anos seguintes, a Venezuela vivenciou uma série de ondas de protestos, como o conhecido *El Viernes Negro*, em fevereiro de 1983, diante da desvalorização do bolívar frente ao dólar, e *El Caracazo*, em fevereiro de 1989, caracterizado como uma manifestação contra as medidas econômicas de cunho neoliberal implementadas por Carlos Andrés Pérez, então presidente do país, em acordo firmado com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Desse modo, pode-se considerar que a conturbada década de 1980 foi marcada por uma onda de protestos. A Venezuela experimentou um declínio econômico significativo nos anos que antecederam a eleição de Hugo Chávez, em 1998. A depreciação do bolívar, que, como já mencionado, acumulava anos de sobrevalorização, e a instabilidade macroeconômica tiveram início com o governo de Luis Herrera Campins (1979 – 1984), marcando o começo de um período de recessão econômica conhecido como *Viernes Negro*. Esse período simbolizou o fim da modernização e da prosperidade, sendo a moratória da dívida externa um evento crucial que refletiu a deterioração econômica do país. Para Margarita López Maya, “naquele fatídico fevereiro houve, entre os venezuelanos, a percepção de que ‘a festa’ havia acabado” (López Maya, 2016, p. 161, tradução nossa).

O cenário gerado após 1989 alimentou o descontentamento com as políticas neoliberais implementadas sob a influência de instituições como o FMI e o Banco Mundial, gerando crescente resistência social e repressão por parte do Estado e de seu então mandatário, Carlos Andrés Pérez. O resultado foi centenas de mortos e, para López Maya (2016), tal contexto evidenciou o fracasso do Estado em mediar conflitos sociais e políticos.

O contexto gerado criou um caminho fértil para o surgimento de novas lideranças, como a ascensão de Hugo Chávez e do bolivarianismo em 1992 e, posteriormente, por meio de eleição, em 1998. Em um primeiro momento, a insatisfação social culminou em duas tentativas de golpe de Estado, sendo a primeira liderada por Hugo Chávez. A crise política que se seguiu e a subsequente destituição do presidente Pérez, em 1993, abriram caminho para a emergência do bolivarianismo. Assim, de acordo com Margarita López Maya (2024, p. 126), a ascensão de

Hugo Chávez ocorreu por meio de um movimento que prometia transformar a Venezuela a partir de uma democracia “participativa e protagonista”, deslocando a estrutura da democracia representativa tradicional.

Assim, Hugo Chávez consolidou seu poder por meio de sucessivas vitórias eleitorais e da repressão a insurreições, priorizando a lealdade pessoal em detrimento das instituições democráticas, o que agravou a “doença holandesa” e reduziu a capacidade produtiva do país. A radicalização de suas políticas levou a uma maior centralização do poder, evidenciada na proposta de reforma constitucional de 2007, rejeitada em plebiscito, mas que não impediu a continuidade da agenda chavista por outras vias legais. Após a morte de Chávez, em 2013, Nicolás Maduro assumiu um país em profunda crise econômica e política⁵, marcado por tendências autoritárias desde 2008. A queda dos preços internacionais do petróleo, a partir de 2014, intensificou crises econômicas agudas, resultando em escassez de bens essenciais, enquanto medidas de controle de câmbio e de preços favoreceram a corrupção e o contrabando. A violência também se agravou significativamente, com uma das mais altas taxas de homicídio do mundo em 2014.

A complexa crise econômica e política vivenciada pela Venezuela provocou, e ainda provoca, o deslocamento de inúmeros venezuelanos para diversos países da América Latina. Em um primeiro momento, países como Colômbia e Peru tornaram-se os principais destinos dessas pessoas, cujas origens das saídas podem ser compreendidas a partir de regiões mais próximas às fronteiras. No Brasil, de acordo com Ribeiro et al. (2022, p. 36), cidades como Pacaraima e Boa Vista, localizadas no estado de Roraima, e Manaus, capital do estado do Amazonas, na região Norte do país, foram estratégicas para as pessoas que vinham majoritariamente dos estados de Anzoátegui, Monagas e Sucre, no oriente da Venezuela, bem como de Bolívar, Amazonas e Delta Amacuro, que compreendem a Região Guayana, esta última mais próxima da fronteira com o Brasil. No entanto, a proximidade dessas regiões com a fronteira brasileira não inibe a chegada de pessoas oriundas de outras regiões do país.

Diante do contexto apresentado, a próxima subseção tem como objetivo compreender as consequências dessa crise em solo nacional. Dito de outra maneira, buscará compreender o deslocamento venezuelano no Brasil como um processo diretamente relacionado ao contexto histórico venezuelano.

⁵ Maduro assume um país cada vez mais dependente das importações petrolíferas, na medida em que o Estado vinha acumulando, ao longo do tempo, diversos problemas, como o aumento das dívidas e a fuga de capitais.

2.2 DESLOCAMENTO VENEZUELANO NO BRASIL

Embora a presença venezuelana no Brasil tenha ganhado maior visibilidade a partir de 2016, sobretudo na cidade de Pacaraima, no estado de Roraima, e tenha se intensificado com a instauração de políticas públicas no âmbito da Operação Acolhida⁶, em 2018, estudos apontam que esse movimento teve início ainda nos anos 2000, constituindo, por conseguinte, distintos períodos de deslocamento.

Nesse sentido, de acordo com Baeninger, Demétrio e Domeniconi (2021), a imigração de venezuelanos ao Brasil pode ser compreendida em três ondas migratórias. A primeira ocorre entre os anos de 2000 e 2015; a segunda corresponde aos anos de 2016 a 2017; e a terceira, por sua vez, tem início a partir de 2018⁷. Embora a presença venezuelana nos estados brasileiros seja mais evidente a partir da terceira onda, as raízes desse processo migratório estão inseridas em um contexto histórico que remonta aos anos 1970.

Roberto Briceño-León (2018, p. 244–245), em seu livro *La modernidad mestiza: estudios de sociología venezolana*, considera que a renda petrolífera foi um dos principais fatores de modernização ao longo do século XX e, sobretudo, de diferenciação social na Venezuela nesse mesmo período. O Estado desempenhou um papel crucial no enriquecimento e na divisão do trabalho, promovendo a mobilidade social — coletiva e individual —, características marcantes da modernidade. Por outro lado, de acordo com Margarita López Maya (2024, p. 121), o modelo econômico rentista adotado pela Venezuela configurou uma sociedade com traços muito característicos nas regiões da América Latina e do Caribe. Sob o influxo dessas divisas, o Estado investiu maciçamente em obras públicas, educação e proteção social, forjando uma nova classe média urbana. Contudo, essa lógica modernizadora não se apoiou em uma economia diversificada, germinando, como já mencionado, um modelo vulnerável às oscilações do mercado petrolífero (López Maya, 2016).

Enquanto países do Cone Sul vivenciavam períodos ditatoriais, a Venezuela exportava quantidades significativas de petróleo, atraindo trabalhadores de outros países. Desse modo, ondas migratórias sucessivas atraíram, primeiramente, europeus no pós-Segunda Guerra e, em seguida, trabalhadores de outros países latino-americanos, todos seduzidos pelos altos salários do setor (Briceño-León, 2018, p. 55; Tedesco, 2023, p. 74). A construção civil e os serviços

⁶ Discutiremos a Operação Acolhida mais adiante neste capítulo.

⁷ Em estudos recentes, as autoras consideram a possibilidade de existir uma quarta onda migratória. Contudo, para o presente texto, nos concentraremos nestes três períodos específicos.

urbanos se expandiram, conferindo forma a uma sociedade urbana rentista, porém ainda desprovida de bases produtivas autóctones.

No fim da década de 1970, os principais indicadores econômicos — que vinham em trajetória ascendente — estagnaram, sem que o Estado recorresse a novas divisas. Em fevereiro de 1983, a súbita desvalorização do bolívar, conhecida como “*Viernes Negro*”, escancarou o esgotamento do modelo rentista e inaugurou a persistente crise da década seguinte (López Maya, 2024, p. 121). A dependência quase absoluta da renda petrolífera promoveu uma supervalorização da moeda local e, por conseguinte, drenou a competitividade da indústria nacional, tornando mais vantajoso importar do que produzir internamente. O bolivarianismo prometeu democracia participativa e o fim do rentismo, ao mesmo tempo em que centralizou o controle dos recursos petrolíferos em programas sociais. Essa ênfase estatal, porém, gradualmente reduziu a capacidade produtiva e fragilizou as instituições democráticas (López Maya, 2024).

É nesse contexto de crise que se deflagra o que Baeninger, Demétrio e Domeniconi (2021) chamaram de primeira onda migratória de venezuelanos para o Brasil, marcada pela migração qualificada de venezuelanos, com destaque para capitais como São Paulo e Rio de Janeiro. As autoras caracterizam esse processo migratório de profissionais qualificados como “migrações transnacionais advindas da realocação de empresas” (Baeninger; Demétrio; Domeniconi, 2021, p. 8), haja vista que, nesse primeiro momento, não incluía caráter humanitário.

Com a morte de Hugo Chávez, em 2013, o então vice-presidente Nicolás Maduro herdou não apenas uma crise política latente, mas também uma economia dependente da cotação internacional do petróleo. Após 2014, a queda do preço do barril de petróleo, em um país de modelo econômico rentista, aprofundou a escassez de alimentos e de medicamentos; políticas de controle de câmbio e de preços incentivaram a corrupção e o contrabando (Maingon, 2006; Datanalisis, 2015 apud López Maya, 2016), enquanto a taxa de homicídios chegou a 82 por 100 mil habitantes em 2014 (Observatório Venezuelano de Violência).

A partir de 2016, a dinâmica do deslocamento venezuelano para o Brasil sinaliza uma mudança significativa, concentrando-se no estado de Roraima, a partir de sua fronteira com a Venezuela, como um caminho possível para a permanência documentada no país (Baeninger; Demétrio; Domeniconi, 2021). Desse modo, a intensificação da crise econômica após o falecimento de Hugo Chávez, a consolidação de um novo destino no Brasil associado à fronteira terrestre e a mescla de um perfil ainda considerado “qualificado” com uma parcela mais

empobrecida da população venezuelana marcam, segundo Baeninger, Demétrio e Domeniconi (2021, p. 9-10), a segunda onda migratória de venezuelanos no Brasil.

A terceira onda migratória de venezuelanos para o Brasil possui fatores fundamentais relacionados à política, especialmente no âmbito do humanitarismo. É nessa terceira onda que Chapecó se insere, significativamente, como destino para trajetórias venezuelanas. Diferentemente da primeira onda, para Rosana Baeninger (2018), a presença recente — isto é, a segunda e a terceira ondas migratórias — de venezuelanos no Brasil deve ser contextualizada no âmbito das migrações internacionais constemporâneas, a partir de três movimentos: o primeiro refere-se à perspectiva das migrações Sul–Sul, diante das restrições aos migrantes latino-americanos por parte do Norte Global; o segundo diz respeito às migrações transnacionais de refúgio; e o terceiro, às migrações transnacionais fronteiriças. Para a autora, diante da perspectiva Sul–Sul, “o Brasil se torna o país possível e não o país desejado; possível, em especial, pela imigração documentada” (Baeninger, 2018, p. 136).

Para Baeninger, Demétrio e Domeniconi (2021, p. 17), a concessão de visto de refúgio a uma população venezuelana majoritariamente empobrecida, a partir de 2018 e intensificada em 2019, constitui um ponto determinante para a terceira onda migratória. O reconhecimento em bloco de refugiados venezuelanos enquadra-se no que Martino e Moreira (2020) entendem como estratégias do governo Bolsonaro para se opor, no campo político internacional, às “políticas alinhadas ao espectro político-ideológico de esquerda” (Martino; Moreira, 2020, p. 160). No que diz respeito à argumentação deste texto, é a partir dessa terceira onda que a presença venezuelana em Chapecó começa a ganhar forma.

Quadro 1 - Interiorização de venezuelanos no município de Chapecó (2016–2022)

Ano	Venezuelanos Interiorizados
2016	2
2017	5
2018	16
2019	365
2020	1277
2021	2843
2022	4503

Fonte: Painel de interiorização. Ministério da Cidadania

Assim, a terceira onda migratória venezuelana para o Brasil, marcada por uma agenda humanitária e por políticas públicas específicas, como a concessão de vistos de refúgio em

massa, posiciona a cidade de Chapecó como um espaço central, sobretudo nas estratégias de interiorização desses sujeitos. Esse processo evidencia não apenas a mobilidade física, mas também as articulações políticas e sociais que envolvem a recepção e a integração dos venezuelanos em território brasileiro.

Portanto, o crescimento acelerado do número de venezuelanos interiorizados no município entre 2016 e 2020 contribui para compreender a cidade como um importante polo no âmbito do deslocamento venezuelano no Brasil, consolidando, por conseguinte, Chapecó como um destino possível para trajetórias venezuelanas. Esse processo resulta tanto das condições objetivas da crise venezuelana quanto das estratégias institucionais brasileiras de promover a realocação dessas pessoas para locais com alta demanda de mão de obra, transformando-as, sob a lógica do humanitarismo, em trabalhadores disponíveis. Na subseção que se segue, buscaremos analisar a presença venezuelana em um território marcado por um forte processo histórico de colonização: o Oeste do estado de Santa Catarina.

2.3 DESLOCAMENTOS NO OESTE CATARINENSE: MIGRAÇÕES HISTÓRICAS X MIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS

Ao longo dos anos, a região Oeste de Santa Catarina consolidou-se como um destino relevante para processos de deslocamento. Esse processo pode ser compreendido a partir das dinâmicas de imigração cujos sujeitos Darcy Ribeiro (2002) caracterizou como “gringos”, que vieram para a região Sul do Brasil, sobretudo italianos, alemães e poloneses. Houve diferentes ondas migratórias, principalmente de origem europeia.

Atualmente, há uma forte presença de haitianos, cuja chegada a essa mesorregião teve início em 2014 e, posteriormente, no decorrer de 2018, a vinda de venezuelanos. Há também o deslocamento de outras nacionalidades, estas, por sua vez, em menor escala, como cubanos, senegaleses, bangladeshianos, dominicanos e outras nacionalidades latino-americanas. Como já mencionado, os estudos mais recentes sobre o processo de deslocamento venezuelano no Brasil enquadram esses sujeitos no conceito apresentado por Rosana Baeninger (2018) como migrações transnacionais de refúgio.

No entanto, a região em questão já possuía um processo histórico de ocupação, colonização e exploração. As pesquisas de historiadoras e historiadores, como Mônica Hass (2015), Márcio Both (2014) e José Carlos Radin (2015), sobre a denominada Fronteira Sul buscaram examinar o avanço colonial nesse território. A luta pela terra tornou-se, de certo modo, o cerne desses trabalhos. A colonização, calcada na ideologia do progresso, modificou

radicalmente o modo de vida dos habitantes dessa região. A busca pelo novo, propagada pelo regime colonial, subjugou violentamente a diversidade regional, criando categorias que promoviam a diferença e que, por consequência, estavam atreladas àquilo que o regime considerava atrasado, “incivilizado”.

Uma das muitas consequências dessa corrida desenfreada pelo “progresso” e pelo “novo”, impulsionada por esses processos migratórios do Norte Global, particularmente na cidade de Chapecó, é a consolidação do abate de animais para a indústria frigorífica. Há na região duas das dez maiores cooperativas do agronegócio do Brasil, e esse fator contribui para os processos de deslocamento do tempo presente, à medida que encontra nessas pessoas uma alternativa para suprir a alta demanda de mão de obra da agroindústria, pois "as empresas do ramo precisam trazer esses trabalhadores de fora para executar tais atividades e permitir que a carne possa ser exportada para determinados países" (Oliveira, 2021, p. 184).

No entanto, definir esses processos de deslocamento a partir da agroindústria, sem mencionar suas conexões com as políticas públicas do Estado, seria, no mínimo, insuficiente. Portanto, ao refletir sobre esses deslocamentos para Chapecó e sobre como se constrói, para essas pessoas, a noção de um destino considerável para suas trajetórias na cidade, torna-se fundamental examinar o papel do Estado como ator determinante na promoção da Região Oeste de Santa Catarina como alternativa às trajetórias desses sujeitos, sobretudo a partir de duas políticas públicas: a Secretaria de Negócios do Oeste (SNO) e a Operação Acolhida.

Embora as ações do Estado não possuam uma relação direta entre si, elas se complementam indiretamente nas dinâmicas sociais dessa região no tempo presente. Respectivamente, a instalação da Secretaria de Negócios do Oeste ocorreu ao longo da década de 1960, sob o pressuposto da modernização. Por sua vez, a Operação Acolhida iniciou-se em 2018 como uma resposta do Governo Federal à chegada massiva de venezuelanos na cidade fronteira de Pacaraima, no estado de Roraima.

O objetivo da instalação de uma secretaria estadual no interior do estado tinha um propósito evidente: integrar a região Oeste à capital, Florianópolis, e promover o desenvolvimento econômico de Chapecó, transformando uma pequena cidade do interior em um polo industrial (Scheffer, 2019). Em contrapartida, a Operação Acolhida tem como um de seus objetivos a realocação de venezuelanos do estado de Roraima para locais com alta demanda de mão de obra. Nesse cenário, Chapecó (SC), devido ao seu caráter agroexportador e, por conseguinte, à sua elevada demanda por mão de obra, apresenta-se entre os principais destinos.

O conceito de imigração contemporânea é discutido pelos autores Luiz Reznik e Helion Póvoa Neto (2024). Para os autores, existem pontos específicos que definem ou auxiliam na definição dessa noção. Em concordância com Rosana Baeninger (2018), ao analisar o contexto da imigração para o Brasil, Reznik e Póvoa Neto (2024) indicam que as migrações contemporâneas apresentam um perfil étnico-cultural denominado “Sul Global”.

O texto estabelece uma assimetria entre as imigrações dos séculos passados e as atuais, destacando a desconexão existente entre elas. Assim, propõe uma reflexão acerca dos deslocamentos contemporâneos. Em outras palavras, distingue as diferenças entre uma imigração histórica — que, segundo os autores, ocorre entre o final do século XIX e o início do século XX — e a imigração contemporânea, a qual diverge em aspectos fundamentais.

Nesse sentido, segundo Reznik e Póvoa Neto (2024, p. 7), é possível caracterizar a imigração contemporânea a partir de seis pontos. O primeiro deles é, justamente, a impossibilidade de dissociá-la cronologicamente de fluxos em pleno desenvolvimento. Outro aspecto relevante refere-se à mudança na postura dos governos do final do século XX e do início do século XXI, que não buscam selecionar imigrantes — em contraste com os séculos XIX e o início do século XX, quando, no contexto brasileiro, por exemplo, o Estado incentivava a vinda de nacionais europeus. Assim, para os autores, a imigração contemporânea não é dirigida pelo Estado antes da entrada no território nacional, mas representa um evento que ocorre involuntariamente sob a perspectiva do próprio Estado.

Um terceiro ponto, decorrente do segundo, diz respeito ao deslocamento transfronteiriço a partir de países do Cone Sul, em contraste com as migrações majoritariamente transatlânticas dos séculos XIX e início do XX. No caso venezuelano, foco desta pesquisa, esse fluxo ocorre sobretudo na Região Norte do Brasil, tendo como ponto de entrada a já mencionada cidade de Pacaraima, no estado de Roraima, na divisa com Santa Elena de Uairén, município venezuelano localizado no estado de Bolívar.

Por fim, os demais pontos que caracterizam as imigrações contemporâneas, segundo os autores, são a produção de novas políticas, no contexto desta pesquisa, a Operação Acolhida; o deslocamento fortemente direcionado a áreas que já possuem histórico de imigração, como a região Oeste de Santa Catarina; e a mudança nas dinâmicas de origem e destino, isto é, regiões que historicamente foram receptoras de outras correntes migratórias passam a se tornar regiões emissoras.

A criação de novas políticas migratórias referentes ao deslocamento venezuelano parece surgir não por escolha, mas por necessidade, à medida que esses fluxos ocorrem no interior do

território brasileiro. No que diz respeito à argumentação deste texto, os autores ressaltam duas dimensões fundamentais evidentes no processo de imigração contemporânea. Em primeiro lugar, destaca-se a continuidade histórica dos fluxos migratórios, evidenciada pela atração de novos imigrantes a territórios já marcados por colonizações anteriores, como é o caso de Chapecó (SC), a partir da colonização italiana. Em segundo lugar, ressalta-se que o Brasil também se tornou um país de emigração, direcionando contingentes para várias regiões do globo, o que o insere como ator ativo nas dinâmicas migratórias mundiais, diferentemente de sua trajetória predominantemente receptora.

Os autores destacam que a imigração contemporânea se define, sobretudo, por dois fatores: a ausência de direcionamento estatal em sua origem e o caráter espontâneo dos fluxos migratórios em direção ao Brasil, os quais não resultam, a priori, de políticas públicas, ou seja, ocorrem independentemente da vontade do Estado receptor. Dessa forma, novas políticas migratórias surgem como respostas reativas, sendo a Operação Acolhida um caso exemplar.

Em concordância com Reznik e Póvoa Neto (2024), Rosana Baeninger compreende que a imigração histórica, conforme caracterizada pelos autores, era pautada por políticas de desenvolvimento regional, sobretudo em contextos de crise econômica e na complementaridade dos mercados de trabalho. Portanto, no que se refere aos processos de deslocamento recentes, é preciso considerar as perspectivas das migrações Sul–Sul, pois nesse sentido, essa perspectiva coloca o Brasil, na compreensão venezuelana, como país onde a documentação legal é possível (Baeninger, 2018, p. 135-136). A compreensão desses deslocamentos exige, portanto, compreender às formações históricas regionais e às estruturas de poder que moldaram, ao longo do tempo, os projetos de ocupação territorial e desenvolvimento, como no caso do Oeste catarinense.

2.3.1 Colonização do Oeste Catarinense

Segundo Mônica Hass (2015), no início do século XX, o Oeste catarinense era dominado por práticas de coronelismo, caracterizadas pelo mandonismo político centrado em figuras locais que exerciam controle econômico e social baseado na exploração extrativista da erva-mate e da madeira. O poder estava nas mãos de coronéis que mantinham uma relação de dependência com a população, oferecendo proteção em troca de adesão política, o que evidenciava uma hegemonia econômica e social fortemente enraizada (Hass, 2015. p. 325)

A partir da década de 1920, com a chegada das empresas colonizadoras, em especial a Colonizadora Bertaso, Maia e Cia., fundada por coronéis do Rio Grande do Sul, iniciou-se um

novo padrão de ocupação do Oeste catarinense (Hass, 2015, p. 324). Essas companhias colonizadoras desempenhavam um papel central na política regional, diante do apoio do governo estadual, que via nessas empresas facilitadoras da ocupação e do desenvolvimento da região mais remota, oferecendo concessões de terras e investimentos em infraestrutura em troca da colonização e da exploração econômica (Hass, 2015, p. 325).

As colonizadoras atuavam no controle do comércio da terra e da madeira, pautando a política local e utilizando os órgãos públicos em benefício próprio, em uma forma de mandonismo modernizado que substituiu a violência pela manipulação política e pelo clientelismo. O controle sobre as terras e o eleitorado era absoluto, e os colonos, em grande parte migrantes do Rio Grande do Sul, eram incorporados a essa dinâmica de poder desenvolvimentista, marcada pela exclusão social e pela dominação local (Hass, 2015, p. 331).

Para Márcio Antônio Both da Silva (2014), ao discutir os diversos sentidos da palavra caboclo, ressalta-se que o contexto gerado entre as décadas de 1950 e 1960, marcado pela modernização da agricultura, culminou na expulsão das terras ocupadas por descendentes dos primeiros imigrantes que chegaram ao Brasil, haja vista que estes não possuíam os mesmos benefícios que seus ascendentes haviam recebido à época de sua chegada ao país (Silva, 2014, p. 347 – 348).

Segundo o autor, os conflitos sociais no campo, especialmente no Rio Grande do Sul, não devem ser compreendidos como uma questão de raça, meio físico ou ascendência étnica, mas sim como problemas de natureza política e social. Para Silva, esses conflitos envolveram grupos diversos, como caboclos, indígenas, afrodescendentes e descendentes de imigrantes, e refletem uma situação de miséria, concentração fundiária e, sobretudo, expulsão dos trabalhadores rurais de suas terras. Dessa maneira, a luta pela terra adquire uma dimensão política e social que ultrapassa os aspectos étnicos ou raciais (Silva, 2014, p. 348).

Nesse sentido, a relação entre caboclos e colonos foi marcada por profundas diferenças sociais, econômicas, religiosas e étnicas. Enquanto os caboclos eram marginalizados e excluídos da sociedade, os imigrantes europeus detinham a posse de extensas terras. A entrada de capital estrangeiro na região Sul do Brasil provocou uma ruptura significativa nos laços de compadrio entre os agregados e os coronéis, resultando na “rebeldia” cabocla como resposta à exclusão. Os caboclos passaram a ser considerados não brasileiros e, por esse motivo, foram marginalizados e afastados pelos colonos, representados pelos latifundiários e pelo capital estrangeiro.

No entanto, busca-se analisar os desdobramentos desse processo e como ele influencia

a compreensão de uma cidade que, atualmente, é vista como um importante destino para trajetórias de pessoas em deslocamento. Desse modo, ao considerar a história como um processo de transição constante, observa-se que a colonização europeia esteve estritamente ligada à posse de terras, uma vez que se acreditava que os imigrantes estavam habituados à agricultura em pequenas propriedades voltadas à produção de alimentos (Santos, 2009, p. 43).

Esse fator corroborou, no longo prazo, o desenvolvimento e o fomento das instalações de frigoríficos na região, tendo como consequência aquilo que Sayad (1998) caracteriza como a necessidade do imigrante enquanto força de trabalho, como alternativa diante da alta rotatividade de funcionários das agroindústrias. Entretanto, essa necessidade não se relaciona à imigração europeia anteriormente mencionada, mas às migrações transnacionais de refúgio, com a chegada de haitianos, em 2014, e de venezuelanos, em 2018. Assim, pode-se considerar que tal perspectiva é, embora transitória, resultado de embates sociais e culturais que inevitavelmente se desdobram ao longo do tempo.

No campo histórico-político, as intervenções estatais não apenas se baseiam, mas sobretudo se reafirmam a partir de uma visão específica, de um ponto de vista concreto, cujo objetivo é analisar os fatos à luz das ideologias daqueles que os narram, isto é, de suas crenças e interesses (Martins; Almeida, 2016).

Diante dessa perspectiva, para Michel Foucault (2002), o discurso da história, a partir das revoluções do século XVIII, foi permeado por um sentimento de medo e perigo, no qual todas as relações sociais passaram a ser concebidas sob a lógica da dominação. Esse perigo, no entanto, foi apaziguado no discurso histórico do século XIX, que buscava uma nova harmonia, orientada por um sentido de reconciliação. Ainda assim, Foucault aponta que o perigo ressurgiu no discurso histórico como uma estratégia protetora e conservadora, representando uma espécie de “guerra interna” em defesa da sociedade contra narrativas e ameaças oriundas do próprio corpo social.

Foucault também entende que o campo histórico-político do século XIX foi estruturado pela burguesia, cujo domínio deu origem a um discurso histórico influenciado pela filosofia dialética, como reflexo do processo de aburguesamento. Nesse contexto, a burguesia apropriou-se do discurso histórico e o reelaborou politicamente, moldando a concepção de nação e conferindo ao sujeito histórico do século XIX uma nova identidade política e social. Essa reelaboração, por sua vez, abriu caminhos para a formulação de um novo discurso histórico.

As narrativas desse novo discurso promoveram o ideal de progresso, impondo aquilo que era considerado “novo” em detrimento de outras concepções e identidades, especialmente

as de etnias não brancas. Esse processo não apenas marginalizou, mas, sobretudo, destruiu culturas e tradições, buscando impor-se como ordem dominante por meio da violência. Não há progresso sem destruição.

Dessa maneira, a colonização da fronteira sul, sustentada pela ideologia do progresso, serviu tanto para justificar quanto para efetivar um modelo de desenvolvimento que incorporou alianças entre o poder estatal e os interesses privados, como as empresas colonizadoras, e que se consolidou por meio da reconfiguração do coronelismo e do mandonismo locais. Essa dinâmica política e social não apenas estruturou a ocupação territorial, mas também naturalizou a hegemonia de um grupo social específico, legitimando práticas de exclusão, violência e controle clientelista à medida que apagou outras formas de sociabilidade e referenciais culturais. É nesse contexto de consolidação de um projeto estatal de desenvolvimento e de ordenamento do território que se inscrevem as iniciativas institucionais voltadas à integração e à modernização do Oeste catarinense, entre as quais se destaca a criação da Secretaria de Negócios do Oeste.

2.3.2 Secretaria de Negócios do Oeste (SNO)

A Secretaria de Negócios do Oeste (SNO) foi criada com o propósito de integrar a região oeste de Santa Catarina à capital, Florianópolis, impulsionando o desenvolvimento econômico de Chapecó. A SNO marcou um momento crucial para o crescimento industrial e econômico da região, sendo responsável, com recursos do governo, pela realização de obras de infraestrutura, como a construção do aeroporto regional, a instalação de redes elétricas e a abertura de estradas. Conforme destaca Scheffer (2019, p. 84):

Até a instalação da SNO a infraestrutura da região era composta por poucas e mal conservadas vias de circulação, baixa capacidade na geração de energia elétrica e pouca comunicação com as demais regiões do estado, esse conjunto de carências impossibilitava a expansão econômica do Oeste catarinense.

A criação da Secretaria de Negócios do Oeste ocorreu na década de 1960, pouco mais de quarenta anos após a fundação da cidade. É pertinente considerar a região antes e depois da atuação da SNO. Anteriormente, do ponto de vista do Estado, a região apresentava poucas perspectivas de crescimento econômico, encontrava-se isolada das demais regiões do estado e, com uma infraestrutura considerada precária, especialmente no que se refere às condições de transporte e energia, enfrentava grandes desafios. A intervenção estatal foi crucial para o

desenvolvimento regional, uma vez que o projeto de desenvolvimento instituído pelo governo do Estado e as ações realizadas na área de infraestrutura permitiram aumentar o capital de giro dos produtores locais, com a instalação de diversos empreendimentos industriais, sobretudo na segunda metade da década de 1960, o que possibilitou acelerar o processo de desenvolvimento regional (Scheffer, 2019, p. 87).

Para aqueles e aquelas que analisam as ações da Secretaria de Negócios do Oeste sob a ótica do discurso histórico que Foucault atribui à burguesia, tornam-se evidentes os ideais de progresso, do novo, da modernidade e do desenvolvimento de uma sociedade próspera. Ailton Krenak (2020, p. 47), em suas provocações para adiar o fim do mundo, compreende que as formas de organização social que não estão integradas a uma lógica mercadológica são excluídas, colocando em risco, por conseguinte, outras formas de viver. Assim, nessa perspectiva, a instalação da Secretaria de Negócios do Oeste corroborou para a promoção da violência e da soberania, representada pela canalização dos rios, pelo aldeamento de povos indígenas, pelo desmatamento da mata nativa em detrimento da construção de arranha-céus e pela produção de commodities voltadas para o mercado exterior.

A atual cidade de Chapecó, significativamente mais “desenvolvida” do que outras cidades da região e receptora de fluxos migratórios, muitos dos quais ligados à alta rotatividade nos frigoríficos, pode ser compreendida como fruto de uma intervenção do governo estadual ao longo da década de 1960. Em outras palavras, o “progresso” econômico e de infraestrutura anteriormente observado não ocorreu de forma espontânea, mas foi impulsionado e induzido pela intervenção estatal, tornando, assim, a região de Chapecó — anteriormente denominada Xapecó — resultado de um projeto político, discursivo e social que instituiu sua soberania em detrimento da destruição e do apagamento de outras formas de existência. Portanto, essa dinâmica constitui um elemento central para compreender, em outro contexto histórico, as políticas públicas formuladas pelo governo brasileiro diante dos fluxos migratórios recentes.

2.3.3 Operação Acolhida: deslocamentos e humanitarismo

Em 15 de fevereiro de 2018, o Estado brasileiro reconheceu a situação de vulnerabilidade decorrente do fluxo migratório provocado pela crise humanitária na Venezuela, por meio de ato do Presidente da República, conforme previsto na Medida Provisória nº

820/2018⁸ e regulamentado posteriormente pelo Decreto nº 9.285.⁹ Nesse mesmo dia, foi publicada a referida Medida Provisória, que instituiu medidas de assistência emergencial para o acolhimento de pessoas em situação de vulnerabilidade, tendo suas bases normativas consolidadas com a conversão na Lei nº 13.684 de 2018.¹⁰

As ações do governo brasileiro, conhecidas como Operação Acolhida, constituíram uma resposta ao intenso fluxo de venezuelanos no estado de Roraima e baseiam-se em três pilares: ordenamento de fronteiras, acolhimento e interiorização. Respectivamente, o ordenamento de fronteiras consistiu na oferta inicial de serviços essenciais, como vacinação e identificação das condições de vulnerabilidade dos venezuelanos. O acolhimento foi operacionalizado por meio da implementação de políticas abrangentes de assistência social, contemplando abrigo, alimentação e cuidados de saúde emergenciais.

Por fim, a interiorização buscou realocar os imigrantes para outras regiões do território nacional por meio do Exército Brasileiro, com o apoio de outras instituições. A Organização Internacional para as Migrações (OIM) foi uma das instituições que apoiaram a interiorização, auxiliando na realocação de aproximadamente 100 mil venezuelanos residentes em Roraima até março de 2023, com a Região Sul do Brasil recebendo mais da metade desses imigrantes, destacando-se o estado de Santa Catarina como principal destino. Além da OIM, a empresa aérea Azul Linhas Aéreas Brasileiras e, sobretudo, instituições religiosas apoiaram a interiorização.

O fluxo de venezuelanos aumentou consideravelmente no ano de 2022, principalmente a partir de duas cidades: Pacaraima (Brasil), na fronteira com o estado de Bolívar (Venezuela), caracterizada como a principal porta de entrada dessas pessoas. Posteriormente, muitos chegam a Boa Vista, capital do estado de Roraima, e, a partir desse ponto, são realocados conforme a sinalização de vagas de emprego (VES).

A chegada a Chapecó não ocorre de maneira uniforme. Alguns pesquisam localidades que oferecem um número significativo de vagas de emprego e, sendo Chapecó conhecida por seu potencial agroexportador, a cidade torna-se um destino. Outros são realocados sem opção de escolha, sendo direcionados à cidade por terceiros, geralmente vinculados a entidades religiosas que oferecem abrigo e custeio de passagens. Há também aqueles inseridos na

⁸ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/mpv/mpv820.html. Acesso em: 29 de outubro de 2025.

⁹ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/d9285.html. Acesso em: 29 de outubro de 2025.

¹⁰ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Lei/L13684.html. Acesso em: 29 de outubro de 2025.

Operação Acolhida e os que chegam por meio de conexões com amigos e familiares. Em entrevistas gravadas, Lucia Nuñez, Carmem Martinez e Maria Ángeles relatam, de diferentes maneiras, como chegaram à cidade de Chapecó.

As trajetórias dessas pessoas, relatadas em entrevistas, permitem compreender os alcances da Operação Acolhida. Por um lado, reafirmam o que já assinalava Vicente Ribeiro (2024), sobre a criação de um “corredor migratório” utilizado por pessoas para além da própria Operação Acolhida; por outro, corroboram a concepção de Rosana Baeninger acerca das migrações contemporâneas, segundo a qual o Brasil se torna o país possível, sobretudo no que se refere aos trâmites de documentação (Baeninger, 2018, p. 136).

Contudo, somada a esses pontos, chamo atenção para uma terceira questão: a subjetividade por meio da qual a Operação Acolhida avança no território venezuelano. A partir das redes suporte e apoio, como a citada por Lucia Nuñez (2024)¹¹, ampliam as fronteiras de atuação, mesmo que extraoficialmente, da política do Estado Brasileiro. Dito de outra maneira, sob o pressuposto do humanitarismo, essa operação não apenas executa ações de apoio emergencial, mas também estabelece novas dinâmicas de presença e influência em espaços antes considerados externos.

Essas diretrizes e práticas, formuladas no âmbito federal e transnacional, implicam na consolidação de novas dinâmicas nos territórios de destino, como no caso do município de Chapecó, onde o poder público local passou a estruturar mecanismos próprios de atendimento à população imigrante.

2.3.4 Centro de Atendimento ao Imigrante (CAI)

Com o intuito de lidar com o intenso fluxo de venezuelanos que chegavam e se somavam a outro grupo já instalado, os haitianos, a Prefeitura de Chapecó implementou, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEASC), o Centro de Atendimento ao Imigrante (CAI). Suas atividades iniciaram-se em uma pequena sala localizada no Mercado Público da cidade e, posteriormente, em 2021, foram transferidas para uma sala instalada nas dependências da rodoviária interestadual, principal ponto de chegada à cidade por vias terrestres.

Para o exercício do ano de 2022, a Prefeitura foi contemplada pela Portaria MC nº 641¹²,

¹¹ Em entrevista gravada, a entrevistada, ao descrever seu processo de deslocamento, afirma que tomou conhecimento dessa possibilidade por meio de suas redes de apoio. Abordarei esse ponto mais adiante.

¹² Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/portaria/portaria-mc-no-641-de-9-de-julho-de-2021>. Acesso em: 29 de outubro de 2025.

de 9 de julho de 2021, que, em seu Art. 3º, destinava recursos a imigrantes em situação de vulnerabilidade e risco. O recurso, estimado para o custeio de seis meses de atividades, possibilitou que a Prefeitura aumentasse seu quadro efetivo e, nesse cenário, fui contratado inicialmente para mediar os trâmites referentes à emissão de documentos migratórios entre os imigrantes residentes na cidade e a Polícia Federal.

Diante da proximidade com o meio acadêmico, naquele momento, já no período final da graduação em História, busquei, de forma autônoma, compreender o cenário migratório da cidade, isto é, entender o perfil das pessoas que se apresentavam diariamente nos atendimentos, suas origens e, até mesmo, as rotas utilizadas que as trouxeram até a cidade. Essa atividade resultou na promoção para um setor de estatística migratória. Essa ocupação profissional, atrelada ao trabalho de conclusão de curso (TCC) que passou a ser desenvolvido sobre venezuelanos em Chapecó, permitiu identificar alguns elementos e inquietações que não apenas deram origem ao projeto inicial desta pesquisa, como também possibilitaram uma compreensão um pouco mais privilegiada desse evento, haja vista que, naquele momento, havia a dualidade de pesquisador e participante daquela dinâmica.

O primeiro elemento refere-se ao ponto de partida inicial. No que se refere aos venezuelanos, foi possível evidenciar os centros urbanos com maior volume de saída, destacando-se as cidades de Ciudad Bolívar, Ciudad Guayana, Barcelona e Maturín, localizadas, respectivamente, nos estados de Bolívar, Anzoátegui e Monagas, nas regiões de Guayana e Oriente da Venezuela. É importante salientar que essa predominância é compreensível diante da proximidade territorial dessas cidades com a fronteira brasileira, haja vista que localidades como Maracaibo, no estado petrolífero de Zúlia, encontram-se mais próximas das fronteiras com a Colômbia e o Peru, países que, em razão da proximidade territorial e do compartilhamento da língua espanhola, receberam, em um primeiro momento, uma quantidade significativa de venezuelanos.

Nesse sentido, compreender as características culturais e subjetivas dessas pessoas torna-se fundamental para refletir sobre esse deslocamento para Chapecó, uma vez que se trata de regiões e cidades distintas, nas quais é possível identificar traços culturais e sociais significativamente diferentes. Por exemplo, Ciudad Guayana, no estado de Bolívar, é formada por dois grandes centros urbanos: Puerto Ordaz, uma área mais nobre, que abriga uma camada social de classe média, e San Félix, que representa o oposto.

Outro aspecto refere-se ao índice de escolaridade. Cerca de 83,03% dos venezuelanos que passaram pelo Centro de Atendimento ao Imigrante, ao longo do ano de 2022, haviam

cursado o equivalente ao ensino médio. Nesse caso, é importante salientar o âmbito no qual esses sujeitos estavam inseridos, isto é, tratava-se de uma entidade vinculada à Secretaria de Assistência Social do município. Assim, é necessário levar em consideração o caráter social e seletivo desses órgãos, ou seja, tal dado não representa uma amostra fiel do conjunto de venezuelanos presente na cidade no período mencionado, mas sim uma amostra daqueles que, por algum motivo, recorreram a esse serviço da Prefeitura. De todo modo, o dado contribui para a compreensão das nuances desse processo de deslocamento.

As atividades do CAI estavam concentradas em três frentes: auxílio para a emissão de documentos, atendimento psicossocial e encaminhamento para o mercado de trabalho. Dentre essas frentes, destacavam-se os atendimentos voltados à efetivação da documentação, seguidos pelo encaminhamento para o mercado de trabalho e pelo atendimento psicossocial. A organização dessas ações, bem como os discursos e práticas que as sustentam, inscrevem-se em um vocabulário amplamente associado ao humanitarismo, o que exige, para além da descrição institucional, uma reflexão crítica sobre os sentidos políticos e simbólicos que informam tais intervenções.

2.3.5 Humanitarismo

Em seu livro *História Potencial: Desaprender o Imperialismo*, Ariella Aisha Azoulay (2024, p. 30) Apresenta uma perspectiva crítica sobre o humanismo, argumentando que, embora aparentemente benevolente, muitas vezes atua como uma ferramenta que perpetua a violência institucional e as estruturas de governo diferencial, em vez de desmantelá-las.

Embora reconheça a perspectiva proposta pela autora, observa-se que se trata de um exercício que pouco explora as dimensões práticas — seus limites políticos e, sobretudo, disciplinares — ao se considerar a totalidade dos eventos, especialmente aqueles que ocorrem no tempo presente. Em outras palavras, desaprender, como propõe a autora, implica inevitavelmente outra aprendizagem, seja ela nova ou outrora obliterada. Assim, o intuito consiste em exercitar a imaginação, deslocando as representações impostas sobre o processo de deslocamento venezuelano, ao tensionar a presença venezuelana em Chapecó.

Cabe ressaltar ao leitor que não se trata de desconsiderar os problemas acarretados por esse evento, mas de um exercício político de aproximação da compreensão dos elementos que constituem a totalidade desse movimento. Nesse sentido, conforme apontado por João Carlos Tedesco (2023, p. 179) as ações humanitárias que cercam esses deslocamentos não estão isentas

de interesses; pelo contrário, beneficiam ambas as partes, isto é, por um lado, os promotores dessas ações e, por outro, os venezuelanos. Desse modo, o argumento proposto consiste em debruçar-se sobre as maneiras pelas quais o deslocamento venezuelano, bem como todo o seu processo, tem sido representado nos arquivos oficiais, aqui compreendidos como relatórios estatísticos, discursos políticos e reportagens em jornais eletrônicos, e nas consequentes formas de constituição da memória desse evento.

Nessa perspectiva, a criação e a circulação de imagens e notícias que, desprovidas de contexto, projetam a miséria e a vida arrasada associadas ao processo de deslocamento venezuelano parecem transmitir, ainda que indiretamente, a concepção, em alguma medida, de um ato heroico, atribuindo à comunidade autóctone a responsabilidade de devolver a dignidade a esses indivíduos.

Diante disso, o questionamento levantado por João Freitas de Castros Chaves (2022, p. 3) revela-se pertinente: “em contextos de ação humanitária em benefício de pessoas em situação de mobilidade, qualquer trabalho vale, ou é melhor que nenhum trabalho?”. O questionamento proposto pelo autor insere-se no contexto das Vagas de Emprego Sinalizadas (VES), ações vinculadas à modalidade de interiorização da Operação Acolhida. Chaves (2022) debruça-se sobre a precarização do trabalho e sobre como esta se encontra estritamente ligada ao que o autor denomina “humanitarismo à brasileira”.

O conceito de migrações dirigidas é retomado por Rosana Baeninger, Natália Belmonte Demétrio e Joice de Oliveira Santos Domeniconi (2021) como uma política do Estado brasileiro, tendo a Operação Acolhida como destaque na gestão do fluxo de venezuelanos no Brasil. Nessa mesma ótica, Vicente Ribeiro (2024) reflete sobre o processo de interiorização de venezuelanos no Oeste catarinense e sua relação com a agroindústria, convidando à reflexão sobre a maneira pela qual as políticas públicas, no âmbito dessas ações humanitárias, reconfiguram imigrantes fronteiriços, convertendo-os, por meio das dinâmicas de interiorização, em trabalhadores imigrantes disponíveis.

Ao articular essas reflexões à crítica fundamental de Azoulay sobre o humanitarismo e o letramento do perdão, torna-se evidente que as práticas atualmente adotadas no contexto do deslocamento venezuelano, mesmo sob a égide da assistência e da “dignidade humana”, podem reproduzir as mesmas infraestruturas imperiais e regimes de controle documental que estruturam a exclusão e a precarização do deslocamento venezuelano em Chapecó. A autora alerta para a necessidade de desaprendizagem dos modos hegemônicos de produção do

conhecimento e das imagens, que naturalizam a desigualdade e disfarçam as continuidades do domínio imperial por trás de discursos humanitários (Azoulay, 2024).

Assim, em vez de aceitar simplesmente a narrativa da caridade ou da “mão estendida” como forma de reparar traumas sociais, é urgente investir na crítica radical dessas representações e na transformação das condições de poder que determinam quem pode ser visto como plenamente humano e livre. Esse exercício implica reconhecer a violência estrutural do humanitarismo e suas falsas promessas de liberdade, promovendo formas de solidariedade que efetivamente subvertam os regimes de propriedade, trabalho e mobilidade impostos aos corpos em trânsito. Dessa maneira, a conjuntura venezuelana no Brasil deve ser compreendida não apenas como um desafio humanitário, mas como um espaço político de disputa pela reconfiguração das relações de poder, memória e pertencimento, rompendo com as lógicas coloniais que Ariella Aisha Azoulay expõe de forma contundente.

Ao buscar alternativas para refletir sobre esse cenário *migratório* de venezuelanos na cidade de Chapecó, no Oeste do estado de Santa Catarina, levou-se em consideração que o movimento de deslocamento dessas pessoas está envolto em fronteiras erigidas a partir de uma condição de outridade. Trata-se de uma condição construída não em sua naturalidade, mas que traduz uma determinada representação socialmente erguida e colocada como ideal, a qual, embora por vezes subjetiva, mostra-se concretamente determinante à medida que se insere por meio de princípios diferenciais.

Esse exercício reflexivo inclina à compreensão de que há uma evidente fronteira entre esses atores sociais, a qual se sustenta, entre outras coisas, por meio de discursos sobre o sujeito *imigrante*. A concepção do venezuelano como demanda de mão de obra, atrelada à expropriação do território, constitui alguns dos pontos desse conflito que se desdobra, em Chapecó, a partir de 2017 até os dias atuais.

À medida que essas pessoas, fugindo da crise em que o país se encontrava, cruzaram a linha imaginária erigida a partir da formação dos Estados nacionais, foram marcadas e violentamente enquadradas em categorias de diferenciação, como a de refugiado/a, em divisões nas quais suas identidades e trajetórias, construídas ao longo de suas vidas na Venezuela, não foram consultadas ou sequer consideradas. Na prática, ao cruzarem a fronteira, essas dimensões pouco ou quase nada passaram a valer diante dos novos sentidos que suas existências acabaram por adquirir.

A partir dos princípios diferenciais, o cruzamento da fronteira colocaria essas pessoas inevitavelmente submetidas à discriminação, à xenofobia, à exploração de seus corpos e a

formas crescentes de violência diante da dignidade humana. Essas condições que lhes foram impostas não se restringem apenas ao evento de ultrapassar fronteiras; pelo contrário, esse “carimbo” diferencial, isto é, o enquadramento desses corpos na categoria de refugiados, iria lhes acompanhar onde quer que estivessem.

A partir da minha trajetória com o processo migratório no Brasil, fosse em atividades de trabalho, desenvolvendo atribuições de mediação entre imigrantes e a Polícia Federal referentes a cédulas de identificação e/ou atividades acadêmicas, pude perceber a ação violenta que a produção do arquivo deste evento estava calcada. Embora por um lado compreenda que sua produção não possui compromisso com a historiografia, por outro, é evidente que nós historiadoras e historiadores nos debruçamos sobre eles para dar vida a nossos trabalhos e, por conseguinte, corremos o risco de flertar com uma historiografia que possui em sua essência um teor de violência, isto é, ao produzir nossos trabalhos com base em determinados arquivos encontramos-nos com a possibilidade iminente de agir como um agente colonial, a medida em que perpetuamos as ferramentas e tecnologias do colonialismo e, por conseguinte, sua ideologia.

O interesse da pesquisa não reside apenas nas preocupações com o arquivamento e suas formas de armazenamento, uma vez que, conforme abordado anteriormente, a existência desses arquivos não pressupõe diálogo com a historiografia. Tal constatação conduz, portanto, a um exercício político e historiográfico que busca ir além da compreensão já existente e, sobretudo, consolidada da relação imigração–trabalho.

Portanto, ao refletir acerca dos desafios da escrita historiográfica e ao se pensar a relação entre arquivo, historiografia e poder no interior do processo de deslocamento de venezuelanos, considera-se que a História, enquanto disciplina, foi constituída para legitimar a consolidação dos Estados nacionais e, por conseguinte, a lógica imperialista e colonial. Nesse sentido, o exercício de tensionar as noções, conceitos e ideias que foram historicamente colocados como “naturais” tornou-se não apenas um movimento necessário para a produção deste trabalho, mas a sua própria essência.

Desse modo, buscou-se fundamentar esse exercício de imaginação a partir da exploração do termo “deslocamento”, compreendendo-o como uma categoria analítica que permitisse alcançar o objetivo deste trabalho: as experiências e o sujeito. Assim, o deslocamento não é entendido apenas como mobilidade humana, mas, sobretudo, como o deslocamento de conceitos, sentidos institucionais e ideias, bem como das formas pelas quais se organiza o mundo e se o apresenta como única possibilidade de pensar a sociedade, com a finalidade de

empregar um programa de desordem absoluta. Diante do exposto, a discussão será aprofundada no capítulo seguinte.

3 DESLOCAMENTO COMO CATEGORIA ANALÍTICA

Esta seção tem como objetivo central refletir acerca do “deslocamento”, considerando-o uma categoria analítica, entendida como um instrumento de análise que permite aproximar-se, ainda que parcialmente, de uma compreensão das distintas dinâmicas que constituem a presença venezuelana na cidade de Chapecó. Diante disso, o deslocamento é compreendido para além da mera mobilidade humana; estende-se a um imperativo de desorganizar conceitos, os sentidos das instituições e das ideias, bem como as próprias estruturas pelas quais se organizam e se percebem o mundo. Trata-se da busca por um “programa de desordem absoluta” (Vergès, 2023), que desafia a “compreensão universal de mundo” imposta como ordem, questionando seus alicerces institucionais, sociais e epistemológicos.

Este esforço é, em sua essência, um exercício político que visa deslocar o olhar construído sobre a comunidade venezuelana em Chapecó a partir de discursos dominantes, especialmente midiáticos. Em outras palavras, esse exercício reflexivo busca desativar aquilo que Audre Lorde (2019) denominou “ferramentas do senhor”, pois, segundo a autora, “elas podem possibilitar que os vençamos em seu próprio jogo durante um certo tempo, mas nunca permitirão que provoquemos uma mudança autêntica” (Lorde, 2019. p. 137).

A concepção empreendida sobre o corpo venezuelano como demanda de mão de obra, atrelada à expropriação do território, é aqui compreendida como resultado de políticas públicas humanitárias. Em outras palavras, o que é “vendido” como oportunidade, recomeço e humanitarismo tem sido, em certa medida, instrumento para a reestruturação de formas de trabalho análogas à escravidão, sobretudo no setor frigorífico

Na perspectiva de Azoulay (2024), ao produzir trabalhos com base em determinados arquivos, apresenta-se a possibilidade iminente de agir como agente colonial, à medida que se perpetuam as ferramentas e tecnologias do imperialismo e, por conseguinte, sua ideologia. Embora, por um lado, se compreenda que a produção desses arquivos não possui compromisso com a historiografia, por outro, é crucial considerar o alerta de Reinhart Koselleck *et al* (2013) acerca da responsabilidade crítica dos historiadores ao lidar com conceitos e arquivos, os quais não são neutros, mas permeados por contextos históricos e ideológicos.

Diante disso, colocam-se as seguintes questões: quais são os limites e as possibilidades de se pensar a relação entre arquivo, historiografia e poder no interior do processo de deslocamento venezuelano em Chapecó? De que modo os depoimentos contribuem para a compreensão desse processo e por que o deslocamento, enquanto categoria analítica, pode ser útil? À luz dessas questões, considerou-se a história oral como a metodologia apropriada para a proposta.

Nesse sentido, ao ser concebida como metodologia, sobretudo no campo da História, transcende o simples uso de técnicas de gravação e arquivamento, posicionando-se como um instrumento fundamental para a produção de conhecimento histórico, à medida que articula teoria, prática e análise. Segundo Janaina Amado e Marieta de Moraes Ferreira (2006), a história oral não apenas possibilita o registro das experiências e memórias de determinados grupos, mas também permite a construção de narrativas históricas fundamentadas no testemunho direto dos sujeitos, a partir de uma reflexão teórica e crítica.

A história oral enfrenta desafios epistemológicos que exigem rigor metodológico, sobretudo no que se refere ao “esquecimento” de questões exclusivas da teoria, conforme destacam Amado e Ferreira (2006, p. 20). Nesse sentido, integrar teoria, prática e análise crítica torna-se fundamental para estudos que utilizam a história oral como instrumento metodológico, o que, por conseguinte, permite analisar as formas pelas quais a memória se constrói, se transforma e se expressa no relato das entrevistadas.

Diante disso, este trabalho foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal da Fronteira Sul¹³. Cabe ressaltar ao leitor que as entrevistas utilizadas nesta pesquisa ocorreram em conjunto com o grupo de pesquisa *Crise, Migração e Trabalho: Trajetórias Migrantes de Venezuelanos no Oeste de Santa Catarina*, coordenado pelo Prof. Dr. Vicente Neves da Silva Ribeiro, do qual sou membro desde sua criação. Essa escolha decorre da compreensão de que tanto minha atuação quanto a temática de ambos os projetos estão relacionadas e, nesse sentido, o cruzamento da participação mútua em ambas as pesquisas se mostrou inevitável. Assim, algumas entrevistas foram realizadas por mim, outras pelos membros do grupo de pesquisa e/ou de forma conjunta.

O tratamento dessas entrevistas para utilização como fontes orais ocorreu no âmbito do grupo de pesquisa, a partir da atuação de seus respectivos membros. Dessa maneira, as entrevistas foram realizadas por até três integrantes do referido grupo, sendo gravadas,

¹³ Submetido ao CEP/UFSF via Plataforma Brasil em 03/10/2023, sob o número CAAE: 74817823.4.0000.5564 e aprovado em 14/02/2024 pelo parecer nº: 6.648.519.

transcritas e posteriormente armazenadas em nuvem, cujo domínio e acesso são restritos aos seus membros.

No que se refere à metodologia utilizada para a realização das entrevistas, considerou-se pertinente o uso de entrevistas não diretivas, diante do entendimento de que essa abordagem permitia que os/as entrevistados/as se expressassem de forma espontânea sobre aquilo que lhes convinha naquele instante e, por outro lado, possibilitava ao/à entrevistador/a adentrar, ou não, em questões que considerasse pertinentes. Foi disponibilizada ao/à entrevistado/a a possibilidade de realizar a entrevista em dois idiomas, português ou espanhol, com o intuito de proporcionar uma forma mais confortável de expressão. Pelo mesmo motivo, as entrevistas ocorreram em diferentes locais, sendo sua definição decidida pelo/à entrevistado/a.

Para a transcrição das entrevistas, foi utilizada a ferramenta SPEECHTEXTER.AI, permitindo o acompanhamento e a revisão simultânea da transformação do arquivo de áudio em documento escrito. Após esse tratamento, as entrevistas foram anonimizadas, armazenadas e disponibilizadas em nuvem aos demais membros que compunham o grupo de pesquisa. Nesse sentido, as entrevistas selecionadas para esta pesquisa foram aquelas que, de forma espontânea, continham informações pertinentes aos objetivos deste estudo:

- I – Percepções e experiências laborais;
- II – Percepções de si e da identidade venezuelana referente a outros;
- III – Experiências e percepções cotidianas no processo de deslocamento;
- IV – Percepções sobre o contexto Venezuelano.

No que se refere às análises, o interesse da pesquisa esteve centrado no que Grada Kilomba (2020) definiu como análise episódica, isto é, na seleção de episódios centrais mencionados pelos/as entrevistados/as que dialogassem com os tópicos desta pesquisa. Com base em Philomena Essed e Paul Mecheril, no âmbito dos estudos raciais, a autora estabelece um paralelo, a partir das análises episódicas, acerca da importância de examinar as experiências cotidianas de indivíduos subalternizados sob a perspectiva do sujeito. Essa aproximação entre pesquisador/a e pesquisado/a, explica Grada Kilomba, não se dá a partir de “um sujeito distante olhando para seus ‘objetos pesquisados’”, mas de uma “subjetividade consciente” (Kilomba, 2019, p. 83).

Nesse sentido, a decisão por uma pesquisa centrada em sujeitos decorre, justamente, do encontro entre os objetivos deste trabalho e os escritos de Grada Kilomba: as experiências cotidianas e as subjetividades produzidas no interior do deslocamento de venezuelanos para

Chapecó, que perpassam os campos político, econômico e social. Para a autora, uma pesquisa focada no sujeito:

só se torna concebível quando existe a possibilidade de expressar a própria realidade e as experiências a partir de sua própria percepção e definição, quando se pode (re)definir e recuperar a própria história e realidade. Se as mulheres negras, bem como outros grupos marginalizados, têm o direito capital, em todos os sentidos do termo, de ser reconhecido como sujeitos, então também devemos ter esse direito reconhecido dentro de processos de pesquisa e de discursos acadêmicos (Kilomba, 2019, p. 82).

É preciso evidenciar ao leitor que a escolha por um estudo centrado no sujeito não implica a aceitação passiva dos relatos dos/as entrevistados/as, mas a compreensão de que essa opção metodológica se torna essencial para o desenvolvimento de uma pesquisa que se propõe a compreender e reconstruir as representações impostas sobre esses indivíduos.

Portanto, ao adotar um enfoque centrado no sujeito, é crucial reconhecer, conforme destaca Pierre Bourdieu (2006), que o relato de vida não se reduz a uma narrativa linear e coerente produzida individualmente. Dessa maneira, a narrativa autobiográfica é inevitavelmente moldada por constrangimentos sociais, pela relação entre pesquisador e entrevistado, bem como pelas condições específicas de produção do discurso autobiográfico, traduzindo-se em limites e ocultamentos de determinadas experiências.

Dessa forma, compreender as experiências venezuelanas em Chapecó por meio da história oral implica não apenas legitimar as percepções e definições das entrevistadas em torno de suas experiências sociais, mas, sobretudo, situá-las criticamente no contexto dos espaços sociais nos quais estão inseridas e que, por conseguinte, condicionam suas trajetórias. Em outras palavras, é necessário historicizá-las.

3.1.1 Sujeitos da Pesquisa: Carmen Martínez¹⁴

Carmen Martínez nasceu em 1999. Sua cidade de origem, onde vivia antes de mudar-se para o Brasil, é Aragua de Maturín, no município de Píar, estado de Monagas, localizada na região norte do território venezuelano, a aproximadamente 375 km da capital, Caracas, e a cerca de 663 km de Pacaraima, fronteira com o Brasil. A distância até Chapecó, cidade em que Carmen reside atualmente, é de aproximadamente 4.284 km, chegando a 5.842 km por via terrestre.

¹⁴ Com o intuito de garantir o sigilo e manter a privacidade dos entrevistados/as, optou-se por atribuir nomes fictícios aos perfis apresentados nesta pesquisa, sendo assim, o nome “Carmen Martínez”, assim como “Lucia Nuñez” não corresponde a verdadeira identidade das entrevistadas.

Durante seus estudos de formação básica, trabalhou lavando pratos no restaurante de sua tia, no contraturno de suas atividades escolares, atuação que se estendeu durante seu período de estudos universitários. Carmen ingressou em uma universidade pública logo após concluir o ensino médio, tendo sido admitida na *Universidad Nacional Experimental Simón Rodríguez*, localizada na capital do estado de Monagas, no bairro de Los Guaritos, em Maturín, percurso que demandava cerca de uma hora até sua residência. Na universidade, cursou Administração por algum tempo, até que precisou abandonar o curso após decidir deixar a Venezuela.

Filha, neta e irmã, Carmen faz parte de um extenso núcleo familiar que, diante das dificuldades enfrentadas na Venezuela, foi fragmentado. Atualmente, sua família encontra-se distribuída em quatro países: na Venezuela residem sua mãe, avó, irmão e, possivelmente, seu pai¹⁵; no Chile vivem um ou mais irmãos, sem que haja precisão quanto ao número ou ao gênero; há ainda duas irmãs, sendo uma no México e outra nos Estados Unidos, esta última por parte apenas de seu pai.

O processo de deslocamento de Carmen envolve ainda dois atores centrais: seu companheiro e sua filha. Juntos, chegaram ao Brasil em 2019, quando Carmen tinha cerca de vinte anos de idade; no entanto, com o início da pandemia, optaram por retornar à Venezuela.

Algum tempo depois, no ano de 2020, regressaram ao Brasil. Dessa vez, o país encontrava-se em quarentena em decorrência da crise sanitária que assolava não apenas o Brasil, mas o mundo de maneira geral; por conseguinte, as fronteiras brasileiras encontravam-se fechadas. Embora o país houvesse decretado a quarentena e o fechamento das fronteiras, essa decisão não foi capaz de impedir o deslocamento de Carmen e de sua família.

Carmen, seu esposo e sua filha, que naquele momento era recém-nascida, optaram por cruzar a fronteira Venezuela–Brasil por meio de *trochas*, caminhando por cerca de três horas até o território brasileiro, onde havia um carro à espera para levá-los à cidade de Boa Vista, capital do estado de Roraima, local em que residiram por seis meses enquanto aguardavam o processo de interiorização. Ao longo desse período em Boa Vista, Carmen e sua família ficaram hospedados na casa de outra venezuelana.

Por terem ingressado no Brasil por meio de *trochas*, não possuíam documentos de identificação emitidos no país. Ao relatar sua experiência para obter a documentação brasileira, Carmen afirma tratar-se de um processo exaustivo, pois sempre surgiam entraves, como a indisponibilidade do sistema ou a exigência de algum documento complementar.

¹⁵ Durante a entrevista, Carmen menciona a localização de alguns membros de sua família. Contudo, ao falar de seu pai, não menciona seu paradeiro exato e, diante do contexto, sugere-se que ele ainda esteja na Venezuela.

Após conseguirem a interiorização para Chapecó, permaneceram cerca de dois meses procurando emprego, até que Carmen obteve uma oportunidade na indústria frigorífica, onde atuou por dois anos e meio. Nos primeiros meses de trabalho, foi designada para uma mesa separada, dedicada ao treinamento. Havia duas mesas de trabalho com ritmos distintos: uma operava a 50% da velocidade e outra a 100%. Na mesa de 50%, os aprendizes, identificados por uma touca amarela, trabalhavam sob a supervisão de um funcionário experiente. Durante esse período inicial, foi possível aprender no próprio ritmo, sem cobrança intensa. No entanto, à medida que o tempo avançou e ela adquiriu as habilidades necessárias para desossar peito de peru, as exigências aumentaram.

O trabalho tornava-se mais intenso, exigindo o acompanhamento do ritmo acelerado de uma esteira que não parava. A cada passagem da mesa, que se movia rapidamente, era necessário pegar dois peitos de peru, cada um pesando entre 5 e 6 quilos. O processo incluía a remoção de ossos, pele, pelos e cartilagem, tudo em um curto intervalo de tempo, para que, na volta seguinte da esteira, os próximos dois peitos estivessem prontos para serem desossados.

O trabalho na mesa de 100% era especialmente exaustivo. A carga variava, com peitos de peru pesando entre 6 e 10 quilos, a depender da idade e do estado de congelamento da carne. Além disso, muitas vezes era necessário utilizar as mãos para remover a pele dura e resistente. Segundo a entrevistada, apesar de o trabalho parecer mais adequado para homens, era predominantemente realizado por mulheres, uma vez que muitos homens não suportavam o peso e o ritmo exigidos.

A pressão era constante: monitores supervisionavam de perto, e não se podia deixar a carne passar pela esteira sem ser processada. Caso isso ocorresse, a peça retornava para ser desossada. As regras eram rígidas; as pausas limitavam-se a três intervalos de 20 minutos e a uma pausa de uma hora para o almoço. A necessidade de manter-se focada e a impossibilidade de ir ao banheiro, exceto em casos extremos, tornavam a experiência desgastante.

No ambiente de trabalho, havia uma presença significativa de haitianas, cuja língua, o crioulo haitiano, era considerada de difícil compreensão para as demais. Apenas aquelas que falavam português conseguiam se comunicar melhor com as colegas venezuelanas; não havia presença de brasileiras. Para as que não dominavam o idioma, a barreira linguística tornava a interação praticamente impossível, em razão das grandes diferenças entre as línguas.

Além das haitianas, muitas venezuelanas também trabalhavam no local. Com o tempo, a mesa de trabalho passou a ser dividida de forma espontânea: as haitianas se concentravam na parte de trás e as venezuelanas na parte da frente, o que facilitava a familiarização e a formação

de pequenos grupos, criando um sentimento de pertencimento e comunidade. Enquanto as haitianas conversavam entre si em sua língua nativa, as venezuelanas faziam o mesmo, o que proporcionava um ambiente mais acolhedor para cada grupo, remetendo, em certa medida, à sensação de estar em família.

A solidariedade entre as colegas era evidente, especialmente nos momentos de maior cansaço. Quando o trabalho se acumulava, as venezuelanas apoiavam-se mutuamente; por exemplo, se uma estava sobrecarregada, a colega à frente prontamente auxiliava, dizendo: “Joga pra mim”. Essa cooperação constituiu-se como um aspecto positivo do ambiente laboral, fortalecendo os laços entre as trabalhadoras venezuelanas no frigorífico.

Havia um forte preconceito contra as venezuelanas por parte de trabalhadores brasileiros, o que contribuía para a constituição de um ambiente de discriminação. Mesmo com o apoio mútuo e o senso de comunidade entre as colegas, a experiência permanecia marcada por desafios e preconceitos que precisavam ser enfrentados cotidianamente.

Atualmente, aos 25 anos, Carmen atua como prestadora de serviços de limpeza de forma independente, por meio do Cadastro de Microempreendedor Individual (MEI).

3.1.2 Sujeitos da Pesquisa: Maria Ángeles

Maria Ángeles nasceu em Maracay, capital do estado de Aragua, na região central da Venezuela. Maracay situa-se a cerca de 83 km a oeste da capital, Caracas, a 1.275 km da fronteira brasileira em Pacaraima e a 4.454 km, em linha reta, de Chapecó, cidade em que atualmente reside.

Durante sua formação básica, Maria iniciou-se precocemente no trabalho familiar de produção e venda de alimentos, atuando já aos 11–12 anos, como relata em entrevista gravada e transcrita, “na porta dos vizinhos, oferecendo os produtos”. Aos 18 anos, ingressou em seu primeiro emprego formal em um grande cassino; ao longo de sua trajetória profissional, acumulou experiências como assistente administrativa em um hospital e em outras duas empresas, além de ter gerido o próprio empreendimento de vendas. No campo acadêmico, iniciou o curso de Turismo e, posteriormente, optou por migrar para Gestão Ambiental, curso que não concluiu. Em Chapecó, no momento da escrita (2025), cursa Psicologia.

A família de Maria Ángeles encontra-se, em sua maioria, na Venezuela. Maria e seu companheiro decidiram migrar para o Brasil: ele chegou primeiro a Manaus e ela, em maio de 2018, partiu de Caracas com 25 dólares, atravessando o percurso de ônibus e por meio de

caronas até Pacaraima, onde permaneceu nos abrigos da Operação Acolhida. Em Pacaraima, obteve passagem para Boa Vista e, posteriormente, seguiu até Manaus.

Atualmente, Maria Ángeles dedica-se aos estudos e a projetos de cunho sociocultural: mantém um empreendimento de espetinhos, colabora em atividades culturais aos sábados e desenvolve um projeto audiovisual voltado à documentação de histórias de imigrantes venezuelanos. Em entrevista, relatou que seu objetivo é transformar sua experiência em uma ferramenta de inclusão, promovendo iniciativas de educação, reciclagem e engajamento comunitário em Chapecó.

3.1.3 Sujeitos da Pesquisa: Lucia Nuñez

Lucia Nuñez, possui 51 anos, é natural de Buenos Aires, Argentina, mas residiu grande parte de sua vida na Venezuela, o que lhe concedeu dupla cidadania. Antes de seu deslocamento para o Brasil, vivia na cidade de Maracaibo, estado de Zulia, região fronteiriça com a Colômbia e conhecida por sua riqueza petrolífera. A distância terrestre entre Maracaibo e Chapecó (SC) é de aproximadamente 6.805 km. Sua trajetória profissional é marcada por sua vinculação ao governo venezuelano, tendo atuado na área de recursos humanos dos Ministérios da Defesa e da Educação.

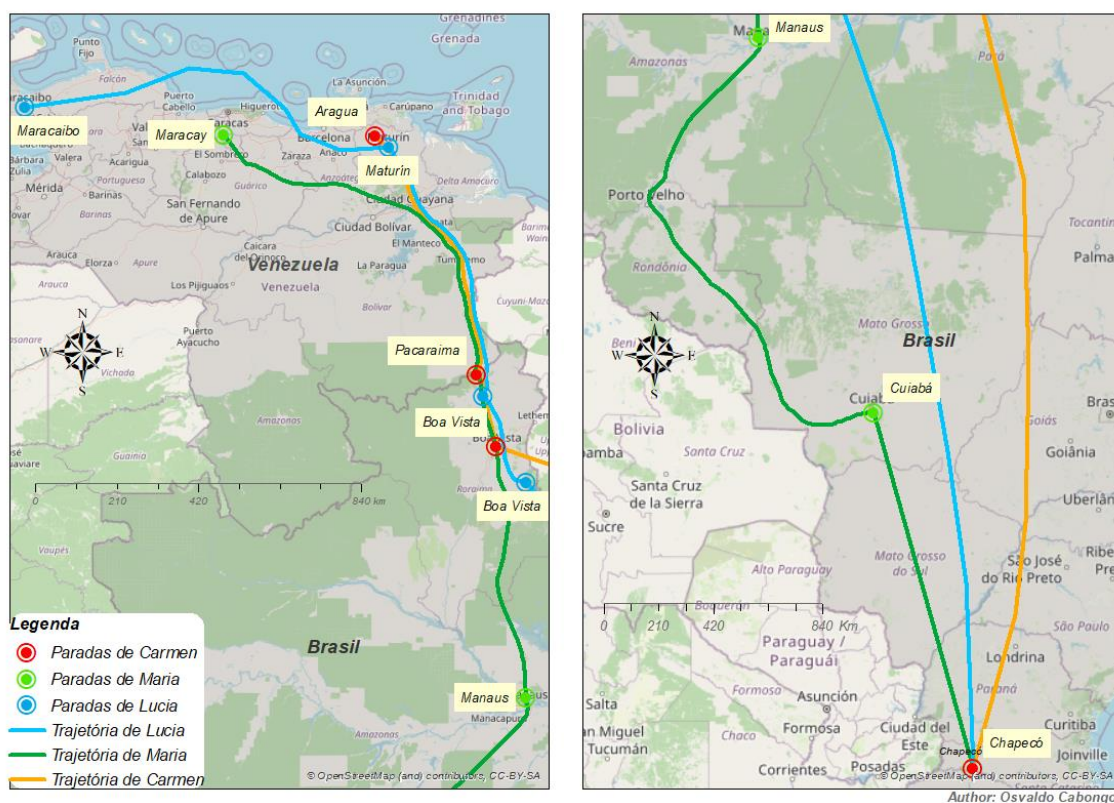
Considerando o contexto em que a entrevistada nasceu em Buenos Aires e se mudou para Caracas, na Venezuela, em 1982, em decorrência da Guerra das Malvinas, cabe ressaltar que seu pai era engenheiro eletricitista e trabalhou por longo período na PDVSA (Petróleos de Venezuela S.A.). Compreende-se, portanto, que ela cresceu inserida nesse contexto, isto é, em um dos principais meios de distribuição das rendas petrolíferas do país: a própria indústria.

Formou-se em Administração e trabalhou por longo período no governo venezuelano, atuando na área de recursos humanos tanto no Ministério da Educação quanto no Ministério da Defesa. Contudo, a partir da análise das entrevistas, observa-se que esses vínculos em âmbito nacional parecem estar relacionados a uma prestação de serviços, ainda que não seja possível afirmá-lo com absoluta certeza. Isso se justifica pelo fato de que, apesar da magnitude de ambos os ministérios, a entrevistada atribui maior relevância ao funcionalismo público municipal, no qual seu vínculo se estabelecia por meio de processos eleitorais. Nesse sentido, infere-se que ela integrava um grupo político que vinha sendo frequentemente eleito e, por conseguinte, mantinha-se nos cargos municipais. No entanto, em dezembro de 2017, esse grupo não foi reeleito, ocasião em que a entrevistada enuncia a frase que dá título à seção que se segue:

entonces, ahí fue donde mi familia empieza a sentir los aspectos económicos, e continua: de por lo que estaba pasando porque particularmente nosotros no... les digo, les hablo con sinceridad.”

Esse conjunto de elementos permite compreender que, enquanto esteve inserida no funcionalismo público, a entrevistada sentiu de forma menos intensa os impactos da crise. Vale ressaltar que, conforme já apontado por Roberto Briceño-Léon (2018), os recursos provenientes da renda petrolífera foram amplamente direcionados a investimentos em infraestrutura e programas sociais, promovendo o crescimento da demanda interna. Contudo, em razão do modelo econômico rentista, esse movimento ocorreu sem um correspondente aumento da capacidade produtiva do país. Além disso, tal dinâmica acabou por favorecer, de maneira indireta, a consolidação de um novo grupo economicamente privilegiado: os servidores públicos, desvinculados das atividades empresariais.

Figura 1 - Rotas de deslocamento das pessoas entrevistadas até Chapecó (SC)



Fonte: elaborado por Osvaldo Cabongo em Dezembro (2025).

3.2 AHÍ FUE DONDE MI FAMILIA EMPIEZA A SENTIR LOS ASPECTOS ECONÓMICOS

Yo siempre trabajé para el gobierno Venezolano yo trabajé para el Ministerio de Educación y para el Ministerio de Defensa en el área de recursos humanos en las dos

partes yo estaba bien si nosotros habíamos tomado una posición política dentro del municipio donde nosotros vivíamos donde no fue muy bien. Y trabajé municipalmente, además de los otros trabajos nacionales, pero llegó el segundo periodo para la reelección del equipo con el que nosotros estábamos trabajando y no, no, no quedamos. Entonces, ahí fue donde mi familia empieza a sentir los aspectos económicos de por lo que estaba pasando porque particularmente nosotros no, les digo, les hablo con sinceridad. Te estoy hablando de finales de 2017, de diciembre de 2017, cuando perdimos las elecciones. (Núñez, Lucía. 2024).¹⁶

A entrevista de Lucia Nuñez destacava-se por suas particularidades quando comparada às demais¹⁷, sobretudo por se tratar de uma entrevistada com vínculos no governo. No entanto, a partir do conjunto de entrevistas realizadas, foi possível identificar um padrão, uma espécie de estrutura que, de certo modo, se manifestava em todas as entrevistas, incluindo a de Lucia.

Em um primeiro momento, diante da abordagem realizada, as/os entrevistadas/os falavam sobre a vida na Venezuela. Majoritariamente, dado o contexto, os relatos vinculavam-se a uma experiência marcada pela crise, dialogando pouco com outras temáticas. O cultivo de alimentos, a pesca, a mudança do sistema monetário para um sistema de trocas no cotidiano, os índices de violência e o declínio das instituições de educação e saúde eram questões que, dadas as trajetórias de cada indivíduo, configuravam esse cenário de vida em crise.

Posteriormente, era abordado um período que aparentava possuir caráter transitório, referente aos primeiros momentos em território brasileiro. Tratava-se de uma vida na região Norte do país, especificamente nas cidades de Pacaraima e Boa Vista, ambas no estado de Roraima, e em Manaus, no estado do Amazonas. Nesse contexto, as entrevistas tendiam a abordar a experiência nos abrigos; no entanto, na amostra analisada, observou-se que poucos estavam diretamente vinculados à Operação Acolhida — embora se reconheça que todo o processo se insere, ainda que de forma indireta, no contexto dessa operação. Destacavam-se, sobretudo, os abrigos de caráter religioso, em especial aqueles que parecem ser financiados pela Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, incluindo o caso relatado na entrevista de Lucia Nuñez. Como já indicado, esse período mostrava-se transitório, sendo recorrente entre as/os entrevistadas/os o desconhecimento acerca de seu local de destino.

¹⁶ “Trabalhava para o governo venezuelano. Trabalhei no setor de recursos humanos do Ministério da Educação e Ministério da Defesa. Em ambos as partes eu estava bem, havíamos tomado uma posição política no município em que vivíamos, o que não foi muito bem recebido. Trabalhei também no município, além dos outros trabalhos nacionais, mas chegou o segundo período para a reeleição da equipe com a qual estávamos trabalhando e, não, não, não fomos reeleitos. Então, foi aí que minha família começou a sentir os impactos econômicos do que estávamos passando, porque particularmente nós, eu digo sinceramente... estou falando do final de 2017, dezembro de 2017, quando perdemos as eleições.” (Tradução nossa).

¹⁷ No momento da seleção das entrevistas para o presente trabalho, o grupo de pesquisa contava com oito entrevistas realizadas.

O terceiro momento, por sua vez, aparenta ser mais estável e refere-se à região em análise, sobretudo a pessoas que já possuem uma trajetória de vida mais longa em Chapecó, no estado de Santa Catarina. Nesse ponto, eram mencionadas as relações sociais, os anos iniciais dessas pessoas na cidade e a busca por condições mais concretas de vida, incluindo as relações de trabalho e a escassez de oportunidades. De modo geral, mesmo diante de problemáticas associadas ao deslocamento em contexto de refúgio, como questões documentais e a falta de oportunidades de trabalho mais qualificadas, as falas apresentavam um tom de segurança e tranquilidade, especialmente quando contrastadas com a vida na Venezuela.

É verdade que as falas não seguiam exatamente essas estruturas e se apresentavam de forma fragmentada ao longo das entrevistas, havendo variações quanto à ênfase atribuída a determinados pontos em detrimento de outros. Conforme mencionado anteriormente, a entrevista de Lucia apresentava algumas particularidades que se destacavam quando comparadas às demais, sobretudo no que se refere à percepção da entrevistada acerca das condições existentes na Venezuela. O argumento desenvolvido neste trabalho apoia-se nessa distinção, a partir da distribuição da renda petrolífera, uma vez que apenas Lucia Nuñez possuía, em sua trajetória, uma relação direta com o governo venezuelano.

Yo nací en Buenos Aires, Argentina, y cuando ocurrió la guerra de las Malvinas nosotros fuimos para Venezuela, allí vivimos en Caracas. Mi papá trabajaba como ingeniero eléctrico. Entonces salió de su empresa una contratación para México y otra para Venezuela. Entonces él quedó en el sector de Venezuela. Trabajó bastante tiempo en Caracas, dos años. Después volvimos a Argentina para ver a mi hermano. Y después volvimos ya para el Zulia para un proyecto grande de equipos. Ahí en ese proyecto empezó a participar el gobierno. Y todo fue un desastre y la empresa quebró. Y nos quedamos. A mi papá le gustó (Nuñez, Lucia. 2024).¹⁸

A história da entrevistada começa com seu nascimento em Buenos Aires e sua mudança para Caracas no começo dos anos 1980, devido à Guerra das Malvinas. Essa trajetória acontece dentro de um contexto específico de reorganização familiar e profissional. Seu pai, que era engenheiro eletricista, trabalhou por muitos anos no setor petroleiro, o que colocou a entrevistada, desde pequena, em um ambiente diretamente ligado à indústria do petróleo. Essa experiência ajuda a entender sua formação social, já que ela esteve inserida em um dos principais polos de circulação e redistribuição das riquezas geradas pelo petróleo no país.

¹⁸ “Eu nasci na Argentina, em Buenos Aires. Nos mudamos para Caracas, na Venezuela, no contexto das guerras da Malvinas. Meu pai era engenheiro elétrico e na empresa que ele trabalhava, havia duas vagas no exterior, uma no México e outra na Venezuela e nós fomos para Venezuela. Ele trabalhou dois anos em Caracas e depois voltamos para Argentina, para visitar meu irmão e, quando voltamos para Venezuela, nós fomos para Zulia em um projeto grande que envolvia muitas equipes, nesse projeto, começou a participar o governo. Foi um desastre, tudo desandou e a empresa quebrou. Mas nós ficamos, meu pai gostava.” (Tradução nossa).

A percepção mais aguda da crise por parte da entrevistada emerge quando ela se distancia dessa condição privilegiada. À medida que se afasta do governo, Lucia passa a deslocar-se para fora do circuito da renda petrolífera. É nesse movimento que sua narrativa começa a se alinhar à dos demais entrevistados, à medida que passa a experienciar diretamente o sistema de trocas, intensificado pelo colapso do valor do bolívar no final de 2018.

Cuando hubo cortes de luz, siempre fue mucho más severo con nosotros, sobre todo porque el estado Zulia es un estado que está a nivel del lago de Maracaibo, y nosotros por estar más cerca del ecuador, nosotros tenemos un clima que es muy caluroso. Tenemos seis meses de calor y seis meses de humedad que representa mucho más calor para la población. Entonces, lo que es el consumo eléctrico siempre va a estar alto por los sistemas de electricidad y refrigeración de las casas. Nosotros después de que hubo los nueve días del apagón general de Venezuela nosotros seguimos y continuamos porque los daños que le hicieron al sistema eléctrico del país fueron muy graves. Recuerden que en Venezuela, su sistema eléctrico depende de una represa que es la represa del Guri. No es como Brasil que tiene muchas represas para llegar a eso (Nuñez, Lucia. 2024).¹⁹

Outro aspecto desse deslocamento refere-se à decisão de deixar o país. Motivada por preocupações relacionadas ao futuro do filho, sobretudo no que diz respeito às condições de educação, segurança e saúde, essa escolha evidencia a gravidade da situação vivenciada. Essa mudança de contexto é sublinhada pela fala da entrevistada, que expressa alívio ao constatar que, fora da Venezuela, o filho pode desfrutar de maior liberdade e segurança, como ao caminhar tranquilamente pelas ruas ao retornar de uma festa na cidade de Chapecó.

Entonces en base a eso que estábamos viviendo yo pensé tenemos que tomar una decisión además de esto yo pertenezco a una iglesia que es la iglesia de Jesucristo de los Santos de los Últimos Días que es la iglesia mormona se conoce así, donde nosotros tenemos un miembro de la iglesia que es socio, dueño prácticamente de la línea aérea azul y de Brasil entonces le estaba ofreciendo colaborar con los miembros de la iglesia este con esos puestos que no son llenados cuando salen los aviones sí con eso es que sobran este era negociado para poder este venir para algún lugar quien escogía el lugar era él este y cuando nosotros tomamos esta decisión nosotros nos hablaron clarito solamente te puedes llevar una maleta 22 kilos y una mochila de cinco, así que tu vida la metes ahí, entonces más o menos la mitad de la maleta se me fue el currículo, las cosas, y por eso uno todo tiene que dejar las cosas que uno valorizaba más, pero bueno, la decisión fue tomada, nosotros del Zulia salimos, del Zulia hasta Maturín en avión interno de Venezuela, ya de Maturín para Santa Elena de Guairén fuimos por vía terrestre²⁰ (Nunez, Lucia. 2024).

¹⁹ “Quando havia cortes de energia, sempre era mais severo com a gente. O Estado de Zulia está no mesmo nível do lago Maracaibo e por estar próximo à linha do Equador temos um clima muito quente. Temos seis meses de calor e seis meses de umidade, o que representa muito mais calor para a população. Então, o consumo de energia será sempre alto por causa dos sistemas de energia e refrigeração das casas. Depois do apagão geral na Venezuela, que durou 9 dias, nós continuamos, porque os danos que fizeram no sistema elétrico do país foram muito graves. O sistema elétrico da Venezuela depende da represa do Guri, não é como no Brasil, que possui outras alternativas.”

²⁰ “Tomamos uma decisão com base no que estávamos vivendo. Eu faço parte da Igreja Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, conhecida como a igreja mórmon. Um dos membros de nossa igreja é sócio da Cia. Area Azul, no Brasil. Ele estava ajudando os membros da igreja, oferecendo assentos que não eram preenchidos nos voos e, assim, os lugares que sobravam eram negociados para que alguém pudesse viajar para algum lugar, mas quem

É preciso considerar que a Venezuela vivencia ciclos recorrentes de crise desde a década de 1980, os quais, em determinados momentos, tendem a se intensificar, seja no campo energético, educacional ou, sobretudo, econômico. No contexto em questão, pode-se afirmar que o alinhamento da narrativa da entrevistada às das demais após a não reeleição municipal não a exclui de ter vivenciado outros ciclos da crise, evidenciando as maneiras pelas quais as divisas oriundas do petróleo impactam a vida daqueles(as) que se encontram dentro e fora de sua distribuição. Isso permite inferir, a partir de sua fala, que, embora tenha vivenciado ciclos de crise na sociedade venezuelana, esses momentos não foram capazes de fazê-la sentir plenamente os impactos daquilo que estava acontecendo.

Ao tratar, por exemplo, do sistema de trocas que visava suprir as necessidades básicas diante da alta inflação e da desvalorização do bolívar, Lucia menciona que moradores da vizinhança, entre eles diversos professores universitários e colegas de trabalho, passaram a desenvolver outras atividades, recorrendo à pesca como forma de obtenção de alimentos, em razão da proximidade do Lago de Maracaibo, localizado a cerca de cinco quadras. Cada indivíduo buscava alternativas para suprir as necessidades alimentares, tanto das crianças quanto dos próprios adultos. No entanto, nas palavras de Lucia: *"Yo por pertenecer a estos ministerios, siempre a nosotros nos llegaban las famosas cajas, que ustedes conocen, eran las cajas de CLAP, que la mayoría venían granos."*

Os Comitês Locais de Abastecimento e Produção (CLAP), segundo Carlos Aponte Blank (2020, p. 149), constituem um programa de distribuição alimentar microlocal (realizado de forma domiciliar) de itens básicos subsidiados pelo governo. Para o autor, *"se supone que la bolsa/caja del CLAP se distribuya al menos una vez al mes a los hogares venezolanos, que tienen un promedio cercano a los 4 miembros"* (Aponte Blank, 2020, p. 150).

Ao longo de seu texto, Aponte Blank debruça-se sobre as distintas dimensões desse programa, explorando seus vínculos com a corrupção no país, bem como apontando sua ineficiência e seu caráter clientelista. Objeto de diversos estudos e matérias midiáticas, o programa CLAP divide opiniões entre apoiadores de Maduro, que o vinculam a uma agenda de combate à fome em oposição ao setor privado, e aqueles que se colocam como oposição, defendendo o argumento de que o programa atua como uma arma política de compra de votos.

escolhia o destino não éramos nós. Quando decidimos vir, nos disseram que só podíamos levar uma mala de 22kg e uma mochila de 5kg, e nossa vida precisava caber ali dentro. Então, mais ou menos metade da mala foi ocupada pelo currículo e, por isso, tivemos que deixar para trás as coisas que mais valorizávamos. Mas, enfim, decidimos. Saímos do Zúlia e fomos até Maturín em um voo interno na Venezuela, e de Maturín para Santa Elena de Guairén seguimos por via terrestre." (Tradução nossa).

No entanto, o interesse deste trabalho não reside nas controvérsias em torno da existência ou não desse programa, mas na forma como Lucia Nuñez se relaciona com ele. Desse modo, o argumento central apoia-se em sua afirmação de que, em razão de seus vínculos com os Ministérios da Educação e da Defesa, recebia as caixas do programa. Assim, considerando que o recebimento das caixas CLAP por parte de Lucia não decorre, ao que parece, do cumprimento dos requisitos previstos para esse programa social, conforme apontado por Aponte Blank, mas de seu vínculo direto com o governo, retoma-se o argumento inicial: a fronteira que se estabelece a partir da distribuição das rendas petrolíferas.

Isto é, ainda que, neste momento, sua posição não seja plenamente privilegiada, sua experiência permite refletir sobre a forma subjetiva pela qual a entrevistada transita entre inclusão e exclusão, ou seja, entre aqueles que desfrutam dos recursos oriundos das rendas petrolíferas e aqueles(as) considerados(as) inaptos(as) a acessar tais benesses, por menores que sejam.

Portanto, a experiência de Lucia Nuñez no interior do governo venezuelano permite compreender que, enquanto integrante de um grupo político eleito, sua ocupação lhe possibilitava acessar os benefícios produzidos pelo modelo econômico rentista. Em outras palavras, tal posição a situava no interior da chamada “fronteira petrolífera”. Isso, no entanto, não implica que sua condição a afastasse completamente dos ciclos de crise, mas, conforme já mencionado, possivelmente a preservava de vivenciá-los em sua totalidade.

A trajetória de Lucia permite analisar que a centralidade do petróleo não apenas estruturou a economia nacional, mas também moldou os padrões de inclusão e exclusão social, criando distinções nítidas entre aqueles que integravam o circuito de redistribuição da renda petrolífera e aqueles que se encontravam fora dele, promovendo, por conseguinte, uma fronteira petrolífera. Desse modo, ao mesmo tempo em que o funcionalismo público, financiado a partir das rendas petrolíferas, garantia certa estabilidade a seus integrantes, perpetuava a fragilidade estrutural de uma economia pouco diversificada.

A narrativa de Lucia permite refletir que, enquanto esteve plenamente inserida no governo venezuelano, os impactos da crise econômica eram, no mínimo, atenuados por sua condição. Contudo, à medida que se afasta desse campo privilegiado, sua narrativa passa a se aproximar daquelas das demais pessoas entrevistadas, ressaltando as dinâmicas de uma vida em meio à crise, marcada, por exemplo, pela adoção de sistemas de troca em detrimento do sistema monetário.

Por fim, a experiência de Lucia Nuñez evidencia a complexidade dos processos de deslocamento a partir de fatores estruturais, como a crise econômica e política, e subjetivos, como as percepções, seja de si, a partir de suas experiências sociais, seja do contexto venezuelano.

3.3 *EL ESTADO QUE TIENE MÁS EMPLEO Y OPORTUNIDADES DE TRABAJO*

Yo viví en Roraima y nosotros nos regresamos porque empezó la pandemia. Nosotros nos regresamos a Venezuela, después nosotros volvimos de nuevo y de ahí estaba cerrada la frontera, que fue cuando comenzó la pandemia, que tuvimos que pasar por Trocha. [...] Nosotros llegamos a Pacaraima y no dejaban pasar a las personas por una parte que decían la balanza, que era donde llegaban las personas, las registraban a ver si tenían algún tipo de documentación y como la gente no podía pasar por ahí por la balanza, nosotros agarrábamos la trocha y de ahí el carro nos esperaba del otro lado de la balanza para podernos llevar a Boavista y en Boavista fue que pudimos hacer la documentación. (Martínez, Carmen, 2024).²¹

A entrevista de Carmen Martínez é a única que menciona a entrada por meio de *trochas*, caracterizadas como rotas alternativas utilizadas para o cruzamento de fronteiras. Esses caminhos são considerados perigosos e, na maioria das vezes, controlados por grupos armados que cobram pela sua utilização. É importante destacar que essa “taxa de utilização” não significa, necessariamente, uma travessia em segurança.²²

Como já mencionado na seção anterior, a presença venezuelana no Brasil se estabelece por meio da cidade fronteira de Pacaraima, no estado de Roraima. João Carlos Tedesco (2023, p. 113), em sua obra sobre venezuelanos no Brasil, destaca o impacto econômico gerado pela intensa mobilidade dessa população na cidade de Pacaraima, bem como as atividades decorrentes da Operação Acolhida, expressas em termos de crescimento do PIB, ampliação de serviços e aumento da oferta de bens de consumo.

A forte circulação dessas pessoas em um estado que, para Tedesco (2023, p. 113), possui baixa capacidade de absorção econômica, sobretudo no contexto da pandemia de Covid-19, demonstra, de acordo com o autor, o “horizonte espacial” no qual Carmen e sua família estavam

²¹ “Eu já morei em Roraima, mas voltei quando começou a pandemia. Retornamos ao Brasil quando iniciou a pandemia, mas não conseguimos entrar pelo posto de imigração, pois as fronteiras estavam fechadas. Quando chegamos em Pacaraima (RR), não deixavam as pessoas passarem pela imigração e como nós não podíamos cruzar a fronteira pela imigração, tivemos que passar por Coiotes. Quando chegamos do outro lado, no Brasil, havia um carro nos esperando para nos levar à Boa Vista, onde fizemos nossa documentação.” (Tradução nossa).

²² Carmen menciona que, ao longo de todo o percurso, havia pessoas escondidas que, na percepção da entrevistada, estavam mal-intencionadas e aguardavam uma oportunidade para roubá-las. Não é possível determinar com precisão quem eram essas pessoas, tampouco quais seriam suas reais intenções, sendo possível que façam parte do grupo que controlam essas rotas e, desta forma, poderia alterar o sentido colocado inicialmente por Carmen, mas, essas questões, ficam restritas ao campo das possibilidades. Os detalhes deste evento não foram abordados pela entrevistada e tampouco questionados por nós.

inseridos. Diante disso, a presença venezuelana tende a se estender para cidades da região com maior infraestrutura, como Boa Vista, capital do estado de Roraima, e Manaus, capital do estado do Amazonas.

Carmen e sua família seguiram para Boa Vista, onde viveram por seis meses enquanto aguardavam o processo de interiorização. Segundo Carmen, as oportunidades disponibilizadas para interiorização ocorriam majoritariamente pela modalidade de vaga de emprego sinalizada (VES), destinada apenas ao indivíduo que possuía oferta de trabalho. Por conseguinte, tais oportunidades não contemplavam todo o núcleo familiar e, diante da ausência de desejo de separação, a família permaneceu aguardando a interiorização.

Carmen e sua família chegam a Chapecó por meio do pedido de reunião social — uma das modalidades de interiorização, que consiste em ter alguém na cidade de destino que possa recebê-la (ACNUR, 2025). A interiorização ocorreu após Carmen solicitar a uma venezuelana residente em Chapecó que encaminhasse o pedido de reunião social para ela e sua família, evidenciando as estratégias e articulações realizadas no âmbito da comunidade venezuelana com o intuito de lidar com determinadas restrições presentes no processo de interiorização. A escolha por Chapecó como destino para sua trajetória insere-se na perspectiva já abordada no capítulo anterior: a necessidade de mão de obra. Nas palavras de Carmen:

La verdad fue porque nosotros buscamos en Google. Y nosotros buscamos “el estado que tiene más empleo y oportunidades de trabajo” salió Santa Catarina - Chapecó. Y de ahí nosotros conocemos a esa persona que nos pidió, que es de allá donde nosotros vivíamos, le pedimos el favor. Ya él tenía mucho tiempo aquí con su familia y nosotros le pedimos el favor que nos hiciera esa petición y de ahí nosotros vinimos. (Martinez, Carmen. 2024).²³

A demanda por mão de obra, sobretudo no setor de abate de animais e produção de carne, articulada às políticas públicas de cunho humanitário vinculadas à Operação Acolhida, bem como às dinâmicas e estratégias internas ao processo de deslocamento venezuelano, insere a cidade de Chapecó como um polo determinante no contexto do deslocamento venezuelano no Brasil. Nesse sentido, ao considerar as cidades da região Norte como centrais para a presença venezuelana no país, diante da intensa movimentação de pessoas que chegam da Venezuela, torna-se necessário pensar em um segundo estágio desse processo, isto é, as cidades de assentamento.

²³ “Nós pesquisamos, no Google, buscamos por ‘estado com mais oportunidades de trabalho’ e encontramos Chapecó, Santa Catarina. Conhecemos uma pessoa que morava na mesma cidade em que vivíamos, pedimos para que ela que nos recebesse, que preenchesse o formulário para a reunião social.” (Tradução nossa).

Ao se estabelecerem em Chapecó — aqui entendida como cidade de assentamento — essas pessoas passam a se inserir em outras dinâmicas sociais. Se, no primeiro estágio, conforme Tedesco (2023, p. 117), havia o jogo da *governança das vulnerabilidades*²⁴, que compreendia essas pessoas como vítimas de múltiplos processos, servindo ainda, sob a perspectiva das questões humanitárias, como dividendos políticos, hierarquias institucionais e discursos xenofóbicos, no segundo estágio modifica-se a intencionalidade nas relações de poder, permanecendo os status de subalternidade.

Nesse sentido, a ideia da “Operação Acolhida” e de suas dinâmicas não se estende ao conhecimento da sociedade. O que se observa no extrato social é justamente a vinculação dessas pessoas ao trabalho precarizado, a discursos excludentes e xenofóbicos em um espaço territorial já constituído por um processo de migração histórica, estabelecido por uma colonização de caráter coronelista que se reconfigura diante de novos contextos econômicos, políticos, sociais e culturais (Hass, 2015).

Tuvimos dos meses para poder trabajar nosotros salíamos todos los días porque no teníamos para pagar la lotación o el autobús salíamos todos los días a buscar trabajo mi esposo se montaba la niña en el hombro y salíamos a caminar todos los días salíamos tempranito porque en ese entonces había frío entonces salíamos a las seis de la mañana y para allá volver a las tres a las cuatro de la tarde vinimos aquí a Aurora, a Saiki, fuimos al centro en muchas partes, no conocíamos. Solamente salíamos a ver dónde era la suerte. Después me dijeron... una señora que yo conocí en el supermercado, me dijo que en BRF, en la Sadia, estaban buscando personal. Entonces yo le dije que yo no sabía hablar mucho portugués. Y ella me dijo, solamente cuando vayas a la entrevista, demuestra que tienen seguridad, que quieres el empleo. Y así fue. Yo fui a la Sadia, y casualidad de la vida, que la supervisora que me tocó era de Uruguay. (Martinez, Carmen, 2024).²⁵

As experiências de Carmen Martinez na agroindústria serão abordadas na próxima seção. Contudo, o processo de deslocamento de Carmen, embora carregue singularidades, assemelha-se às demais trajetórias venezuelanas na cidade de Chapecó. A primeira alternativa tende a ser, em geral, o trabalho na agroindústria²⁶. Segundo Carmen, “só encontrávamos

²⁴ A governança da vulnerabilidade pode ser compreendida como a noção destes corpos como dividendos políticos, que evidenciam as hierarquias institucionais, redes e relações de poder (Tedesco, 2023, p. 117).

²⁵ “Demoramos dois meses até começar a trabalhar. Meu esposo colocava nossa menina no ombro e saíamos caminhando todos os dias em busca de trabalho, pois não tínhamos dinheiro para pegar a lotação. Saíamos por volta das 6hrs da manhã e voltávamos por volta das 15hrs/16hrs da tarde. Saíamos com a esperança de encontrar algo, fomos a Aurora, no bairro SAIC, ao Centro e muitos outros lugares que não conhecíamos. Até que conheci uma senhora, no supermercado. Ela me disse que na BRF/Sadia estavam contratando. Eu disse a ela que não sabia falar muito bem o português e ela me disse que, quando chegasse na entrevista, demonstrasse com força que queria o emprego. E eu fui para entrevista e, por coincidência da vida, a entrevistadora era do Uruguai.” (Tradução nossa).

²⁶ Quando a entrevistada menciona que Chapecó aparece no Google como resultado de buscas por lugares com muitas ofertas de emprego, faz-se necessário reconhecer o papel crucial que o setor agroindustrial desempenha na construção desse cenário, mesmo que seus números estejam implícitos nos resultados da pesquisa.

oportunidades na agroindústria, agora conseguimos ter oportunidades em farmácias e outras coisas” (Tradução nossa).

No momento em que esta dissertação é escrita (novembro de 2025), é possível observar o fortalecimento da comunidade venezuelana na cidade de Chapecó. Há empresas de importação de produtos e insumos da cultura venezuelana, estabelecimentos e comércios, sobretudo voltados à culinária típica da Venezuela, além de atividades comerciais que se afastam daquelas promovidas pela agroindústria²⁷, como exemplificado pela imagem a seguir:

Figura 2 - Post de comércio de produtos venezuelanos em Chapecó



Fonte:.. Instagram (2025).

A escolha por compreender o deslocamento enquanto categoria analítica não se trata de aceitar as condições sociais subalternas que historicamente foram impostas a diferentes grupos sociais por aqueles que detêm os espaços de poder e, por conseguinte, não o toma como a única perspectiva possível, exercendo, como alternativa, aquilo que Artur Lima de Ávila sintetizou como “buscar, mesmo que sem certeza de sucesso, alguma outra forma de devolver à história aquela dignidade que ela (talvez) mereça” (Ávila, 2018, p. 41).

A recusa das condições de subalternidade tornou-se o ponto de partida para a elaboração desta pesquisa, ainda no período em que atuava no Centro de Atendimento ao Imigrante (CAI). Era inquietante a frequência com que o telefone tocava naquele local. Para minha surpresa, não se tratava de usuários em busca de esclarecimentos; os telefonemas eram, em sua maioria, de estudantes que encontravam no intenso fluxo de pessoas o seu objeto de pesquisa. Chamava a

²⁷ É importante ressaltar que, embora exista esse movimento e fortalecimento da comunidade venezuelana, a demanda por mão de obra na agroindústria é rotativa e, nesse sentido, continua a se valer da vulnerabilidade de novos venezuelanos que chegam à cidade.

atenção a forma como as perguntas realizadas se restringiam a questões quantitativas. Questionamentos como “você saberia me dizer qual é o número de imigrantes que a cidade possui?” eram recorrentes nos telefonemas, assim como “você poderia informar quantos imigrantes, em média, chegam por mês?” e “em relação ao trabalho, para qual setor laboral são mais encaminhados?”, compondo, de modo geral, o roteiro dessas abordagens.

Entretanto, pouco dialogavam com outras questões e demandas que, embora subjetivas, estavam presentes diariamente nos atendimentos, mas que eram incapazes de serem vistas pela lupa quantitativa, ainda que visivelmente presentes à medida que o indivíduo se encontra imerso nesse cenário. Contudo, não cabe aqui um juízo de valor a respeito das investigações dos colegas pesquisadores. Na verdade, buscou-se refletir sobre os interesses estabelecidos pela academia para pensar aquele “estrangeiro”, o outro corpo, o “estranho”. Na perspectiva de quem lá dentro estava, os questionamentos eram rasos e as respostas, por vezes, óbvias: a presença dessas pessoas, majoritariamente, estava voltada ao ramo industrial de abate e produção de carne na cidade.

Como acadêmico e pesquisador dessa área, os interesses até aquele momento não se afastavam muito daqueles outrora abordados. Mesmo sob o olhar de quem estava imerso nesse processo, as referências e inclinações não foram capazes de abordar a questão que passou a causar incômodo: a produção do arquivo que aquele evento criava, colocando aqueles corpos violentamente enquadrados em categorias cuja essência residia nos pressupostos de um governo diferencial: o refugiado, o imigrante e sua relação com o trabalho. Essa diferenciação tinha impacto direto na vida social dessas pessoas, sobretudo em um território historicamente explorado e dominado por um processo de colonização. Definitivamente, naquele instante, já não havia conformação.

Nesta jornada acadêmica, flertou-se com a interdisciplinaridade a todo instante e, na trajetória aqui considerada, os linguistas tiveram um espaço de relativo destaque. Assim, buscou-se pensar a etimologia da palavra migrante. Proveniente do latim, *migrare* diz respeito a mudar de condição, de lugar. Em um mundo no qual a geopolítica das fronteiras ainda não vigorava, pode-se considerar que a humanidade foi marcada por uma necessidade natural de mudanças em suas condições e em distintos lugares. Compreende-se que tal necessidade não se restringe apenas às mudanças promovidas pela mobilidade. Nessa perspectiva, seria possível ampliar essa compreensão e considerar a necessidade de mudança em outro modo de enxergar o mundo e a si mesmo? Ou seja, migrar para uma nova condição da própria existência, das

formas de constituir o saber? O deslocamento proposto neste trabalho vem ao encontro desses questionamentos.

3.4 *CON LA ESPERANZA DE QUE LAS COSAS SE MEJORARAN, ME PIDIÓ IR A OTROS LUGARES EN BRASIL*

Mi compañero decidí salir del país. Complicado, porque yo no quería más él era primeros hijos, era primera familia... y decidí salir del país. Y él viene siete meses antes que yo para acá, para Brasil. Morando en Manaus, con una familia conocida, todo. Haciendo banana frita, vendiendo nos onibus, en Manaus tenemos mucho. [...] Él vendía frente a una parada de una universidad y tres caras con una faca batieron en él sólo porque él era venezolano y porque estaba en un lugar que no era para él vender. Cuando él llegó a mi casa todo roto, yo quería ir de vuelta (Venezuela). Entonces, él con la esperanza de que las cosas se mejoraran, me pidió ir a otros lugares en Brasil para viajar, que era lo que yo gustaba. Y dentro de la misma pandemia nos vinimos más dentro del... (Angelis, 2024).²⁸

Durante a entrevista, Maria Angelis (2024) traz à tona, de forma recorrente, o desejo de retornar à Venezuela. A entrevistada viveu cerca de nove meses na cidade de Manaus junto com sua família, experiência que se tornou insustentável após um incidente de violência contra seu companheiro. É nesse contexto que Chapecó, a partir das redes de apoio construídas ao longo do deslocamento, consolida-se como destino para a trajetória da entrevistada e de sua família.

A chegada à cidade foi possibilitada, conforme mencionado no parágrafo anterior, por amizades estabelecidas ao longo do deslocamento, as quais indicaram uma igreja disposta a apoiar sua interiorização. No entanto, não foi possível compreender plenamente como se deu essa dinâmica; em um primeiro momento, a entrevistada relata ter chegado à cidade de Cuiabá, no estado de Mato Grosso, região Centro-Oeste do Brasil, e, estando lá, conseguiu, por telefone, organizar sua ida para a cidade de Chapecó por meio dessa instituição religiosa.²⁹

Sua entrevista é marcada por episódios de violência física e psíquica, vivenciados ao longo de sua trajetória. Por um lado, conforme o relato de Maria, a violência sofrida em Manaus apresenta-se de forma mais direta, manifestando-se verbal e fisicamente em determinados

²⁸ “Meu companheiro decidiu sair do país. Eu não queria, mas era sua primeira família, seus primeiros filhos e, por isso, ele quis sair. Ele veio sete meses antes do que eu para o Brasil, ficou morando em Manaus. Ele vendia banana frita, vendia nos ônibus, em frente à parada de ônibus da universidade. Uma vez, três caras com uma faca bateram nele só por ele ser venezuelano e por estar em um lugar que não era para ele vender. Quando ele chegou em casa todo machucado, eu quis voltar para Venezuela. Ele com esperança que as coisas iriam melhorar, me pediu para procurar lugares no Brasil que pudessemos viajar, era o que eu gostava e, no meio da pandemia, nós viemos mais para dentro do...” (Tradução nossa)

²⁹ Manaus está localizada na região Norte do Brasil, enquanto Cuiabá se encontra na região Centro-Oeste e, por sua vez, Chapecó, na região Sul. Não foi possível compreender, ao certo, os detalhes dessa dinâmica. Em um primeiro momento, Maria Angeles relata ter ido para Cuiabá, no estado de Mato Grosso, ao encontro de uma amiga; Chapecó, por sua vez, surge pela indicação de outra amiga, conhecida por ela na cidade de Pacaraima, fronteira com a Venezuela.

momentos; por outro, na cidade de Chapecó, assume um caráter mais subjetivo, isto é, trata-se de um tipo de violência que se manifesta de modo indireto, naturalizado nas relações sociais e institucionais.

Após o episódio ocorrido em Manaus, Maria Angeles e sua família chegaram à cidade de Chapecó e, cerca de oito dias depois, para sua surpresa, descobriu-se grávida. Inserida em uma cidade cuja economia informal, culturalmente, não possuía a mesma dinâmica que a de Manaus, somada às limitações decorrentes da necessidade de repouso exigida pela gestação, segundo Maria, “não podíamos fazer como fazíamos em Manaus” (tradução nossa).

De maneira fragmentada, a entrevistada relata que seu período de adaptação em Chapecó foi difícil, diante do contraste cultural entre as duas cidades. Marcada por um processo de desinformação e de compreensão do funcionamento da cidade, afirma que “é preciso atravessar as ruas apenas em locais específicos, há horários definidos para tudo e um silêncio constante” (Angelis, 2024, tradução nossa). A necessidade de silêncio constante a incomodava, e foi durante esse período que sua gravidez se agravou e seu filho acabou indo a óbito no parto.

yo llegue la y me faloron no tengo nada, yo fui de nuevo y no tengo nada, no me abría mi carterina de gravidez porque tú estás sangrando, entonces fue una y otra vez y cuando voy a ganar el nene, la doctora me fala, no, tú no estás sintiendo dolor porque tú estás aquí, eran las 3 de la mañana. Entonces cuando el nene nació él se dio cuenta que era cierto, que estaba aconteciendo y después de eso hicieron 3 y 4 curetas y no dio para tirar todas las cosas y dio aquel lá, que tuve que volver con más otra infección para él y saber tirar. complicado. Un año de reposo total, depresiva también, fue complicado, sola, sola, sola³⁰ (Angelis, Maria. 2024).

Compreender a cidade de Chapecó como espaço de assentamento para o deslocamento venezuelano implica refletir que esses corpos são ambientados em dinâmicas outras, que não apenas diferem, mas, muitas vezes, complementam as dinâmicas estabelecidas nas cidades de recepção, aqui entendidas como Pacaraima, Boa Vista e Manaus. Em outras palavras, ser venezuelano nas cidades de recepção e de assentamento configura representações impositivas distintas.

Dessa maneira, a violência em Chapecó transcende o dano físico e se expressa também na imposição de categorias identitárias que desumanizam e controlam os indivíduos subalternizados. Para Ariella Aisha Azoulay (2024, p. 251), essa imposição é um efeito da

³⁰ “Eu cheguei lá e me falaram que não tinha nada. Eu fui de novo e não tinha nada. Não olharam minha carteira de gravidez porque eu não estava sangrando. Então, uma, duas vezes. Quando eu ia ganhar o nenê, a doutora me falou: ‘você não está sentindo dor, por que você está aqui?’. Eram três da manhã. Então, quando o nenê nasceu, ela se deu conta de que era verdade, que estava acontecendo mesmo. Depois disso, fizeram três e quatro curetagens, não deu para tirar tudo e ficou aquele resíduo, que me obrigou a voltar com outra infecção para eles tirarem. Complicado. Um ano de repouso total, depressiva também. Foi complicado. Eu me sentia sozinha, sozinha, sozinha.” (Tradução nossa).

tecnologia arquivística, que permite não apenas a persistência desses rótulos, mas, sobretudo, a violência exercida sobre esses corpos.

Em sua obra sobre colombianos no Sul e Sudeste do Brasil, Angela Facundo (2017, p. 365) demonstra que o refúgio é um registro possível do sofrimento. Para a autora, a violência se manifesta nas relações de poder e nas práticas administrativas que buscam gerenciar a vida dessas pessoas, produzindo-as como problemas sociais a serem controlados e legitimados e, por conseguinte, colocando-as em um espaço de marginalização dentro da ordem social. Para a autora, há uma recusa, por parte dessas pessoas, à conversão de seus sofrimentos em matéria-prima para a construção da imagem humanitária que produz a tríade do refúgio (Facundo, Angela, 2017. p. 362).³¹

A concepção tradicional de violência é expandida por Ariella Aisha Azoulay (2024, p. 252) ao demonstrar que ela se manifesta como uma dimensão estrutural e simbólica da sociedade. Assim, na esteira de Facundo (2017) e Azoulay (2024), compreender a violência sofrida por venezuelanos não se reduz ao dano físico, mas se perpetua por meio da subjugação cotidiana expressa por Maria Angelis, baseada, sobretudo, nos rótulos impostos pelo arquivo, isto é, “a imigrante venezuelana”, categoria acentuada diante de um deslocamento proveniente de crise, imbricado internamente no Brasil sob a égide humanitária.

Esse processo se naturaliza por meio do regime do arquivo, o que será analisado no capítulo três, e consolida uma categoria identitária redutora, convertendo venezuelanos à mera força de trabalho e a posições de subalternidade social que, por conseguinte, legitimam e invisibilizam a continuidade da opressão sob novas formas, bem como a exclusão econômica e social dessas pessoas. Desse modo, as representações sobre venezuelanos nos arquivos operam como um aparato de poder que reduz a violência contra esses corpos a uma condição “natural” e que, por conseguinte, não possibilita a inserção plena dessas pessoas na sociedade.

Nessa perspectiva, ao deslocar a compreensão acerca das maneiras pelas quais regimes de poder dominantes se expressam frente ao processo de deslocamento de venezuelanos no Brasil, sobretudo na cidade de Chapecó, Santa Catarina, busca-se argumentar, neste trabalho, acerca da violência exercida sobre esses corpos, compreendida socialmente como um evento natural, das maneiras como esses regimes permitem que tais corpos transitem pelas estruturas

³¹ Angela Facundo traz o relato de uma colombiana que afirmava preferir ser assassinada na Colômbia a ser condenada a uma morte lenta no Brasil. A autora traz a reflexão sobre a sensação de desamparo e sofrimento associada ao refúgio. “Dizer que tivesse preferido a morte ao refúgio é uma rejeição da mensagem de salvação, da ideia de restauração e da suposta bondade que, segundo os agentes do refúgio, são a base desse bem precioso” (Facundo, 2017, p. 362).

sociais e, por conseguinte, das fronteiras erigidas nesse evento e de como podem ser compreendidas.

Desse modo, buscou-se fundamentar o desenvolvimento do trabalho em literaturas que desafiaram não apenas os limites disciplinares da historiografia, mas, sobretudo, colocaram em xeque a compreensão universal de mundo que se impôs como ordem e, a partir daí, questionaram seus alicerces institucionais, sociais e epistemológicos. Trata-se, portanto, sobretudo, de um exercício político; assim, busca-se desativar, na narrativa deste trabalho, as ferramentas do senhor (Lorde, 2023). Desaprender esses regimes é um exercício constante, árduo e duradouro.

Para compreender esse deslocamento, considera-se como referência o conceito de margem/marginalidade, a partir de bell hooks (2019). Embora a autora trate esse tema sob uma ótica racial do contexto estadunidense, toma-se como base esse princípio para refletir sobre o lugar que foi imposto não apenas à comunidade negra, mas a todo grupo social que, dentro de um projeto de sociedade excludente, foi subjugado a um regime de poder. Ademais, não é de interesse deste trabalho transmitir a percepção de que essas experiências são homogêneas; ao contrário, o que as enquadra nessa margem é justamente o oposto: as ações do opressor.

Bell hooks reflete acerca da noção de marginalidade a partir de questões étnicas de afro-estadunidenses e, portanto, para a autora, o corpo negro encontra-se à margem daquilo que o sujeito opressor e colonizador idealizou como modelo a ser seguido..

Para nós, estadunidenses negros morando em uma pequena cidade de Kentucky, os trilhos da ferrovia eram um lembrete diário de nossa marginalidade. Do outro lado desses trilhos, havia ruas pavimentadas, lojas nas quais não podíamos entrar, restaurantes nos quais não podíamos comer e pessoas que não conseguimos olhar nos olhos. Do outro lado desses trilhos, havia um mundo em que podíamos trabalhar como empregadas domésticas, zeladores, prostitutas, contando que estivéssemos prestando serviços. Podíamos entrar nesse mundo, mas não viver nele. (hooks, 2019, p. 288).

Reconhece-se neste trecho de bell hooks uma possibilidade de reflexão que, conforme abordado anteriormente, é estendida para pensar outros corpos subjugados a esse regime opressor. Rememora-se o período em que se residia na Baixada Fluminense, região metropolitana do Rio de Janeiro, bem como a popular linha de trem Central–Japeri, principal meio de ligação entre o subúrbio do Rio de Janeiro e a elite carioca. Trata-se do espaço em que, diariamente, por volta das 17h30, empregadas domésticas, porteiros, babás, vendedores ambulantes com suas inúmeras e diversas mercadorias e tantos outros trabalhadores e trabalhadoras que desempenham serviços, por vezes informais, se encontram para retornar ao subúrbio sem pavimentação, sem água encanada e rede de esgoto, sem segurança pública e com

poucos investimentos por parte do Estado; para retornar à margem, ao lugar que lhes foi destinado ou, mais precisamente, ao local que lhes foi decretado e imposto como “seu” em um mundo capitalista severamente cruel e desigual.

A margem não é apenas um espaço físico; portanto, possui outra produção, a qual bell hooks (1990) definiu como “espaço radical”, caracterizado por ser um lugar em que se reafirmam as origens, um espaço de resistência, onde indivíduos oriundos das classes mais baixas podem existir sem a necessidade de “apagar-se”. Trata-se de um espaço de resistência, de luta, de amor e de apego, no qual se criaram distintas formas de conceber e enxergar a vida: uma potência de laços afetivos e de cooperação, uma espécie de enfrentamento às estruturas coloniais vigentes.

Na compreensão adotada neste trabalho, identifica-se esse “espaço radical” em diversas autoras e autores, sem precedentes disciplinares, isto é, da ciência ao romance. Saidiya Hartman (2022), por exemplo, dedica-se a estudar a história de pessoas negras na diáspora africana, com enfoque em questões de gênero, violência e memória. Em seu livro *Vidas rebeldes, belos experimentos: histórias íntimas de meninas negras desordeiras, mulheres encrenqueiras e queers radicais*, a autora analisa uma série de histórias de mulheres negras do início do século XX na cidade de Nova Iorque e explora justamente esse caráter dos laços afetivos, das relações e das experiências cotidianas vivenciadas por tais mulheres, e não o caráter opressor do Estado de Nova Iorque que segrega e regulamenta a vida. A autora busca valorizar o sujeito histórico e, arrisca-se a afirmar que, por isso, a obra recebe o título *Belos experimentos*.

Ainda considerando o exemplo da autora, permite-se ir além e trazer ao leitor a compreensão adotada neste trabalho acerca da premissa empregada no texto de Hartman. Considera-se que a busca por “belos experimentos” nasce a partir de pesquisa de campo que resultou em seu livro *Perder a mãe: uma jornada pela rota atlântica da escravidão*, no qual a autora viaja a Gana em busca de compreender seus antepassados. Saidijy Hartman (2021) refaz a rota atlântica da escravidão e, nessa jornada, depara-se com sucessivas quebras de expectativas. Em suma, estaria Hartman indicando que, a partir de suas desilusões, há a compreensão de que não existiria uma “mãe África”, isto é, uma África comum a todos os negros?

Na perspectiva adotada neste trabalho, é justamente essa compreensão do mundo que tornaria possível a produção de *Belos experimentos*. Ou seja, a obra seria resultado do entendimento de sua marginalidade enquanto mulher afro-estadunidense e de que, nesse sentido, não haveria outro lar, uma “mãe” para a qual retornar, que não fosse o local no qual

veio ao mundo. Nesse aspecto, a autora intervém ao rejeitar a compreensão historiográfica de que a história negra estaria fadada a ser reduzida à violência e, portanto, busca teorizar a história de mulheres negras estadunidenses do século XX.

Aprecia-se o verso da música “*É tudo para ontem*”, no qual Emicida, inspirado por Ailton Krenak, afirma: “viver é partir, voltar e repartir”. O encanto da arte reside, neste entendimento, justamente na possibilidade de lhe atribuir inúmeras interpretações. Assim, opta-se por atribuir uma interpretação própria à arte de Leandro, o Emicida. Nesse sentido, viver é partir não em seu sentido físico, não para fora da realidade ou da margem. Trata-se de partir no sentido de migrar na própria noção de existência e a ela atribuir incontáveis condições, novas formas, novas linguagens e novos modos de existir e conceber a vida, para que, então, seja possível repartir o retorno de quem, antes, nunca esteve aqui, bem como repartir as narrativas do devir como um novo sujeito. Portanto, concorda-se com a afirmação de Leandro quando diz: “viver é partir, voltar e repartir”.

Propõe-se, assim como Saidiya Hartman, a busca por uma escrita que não dialogue com as ferramentas do senhor, isto é, com os pressupostos ontológicos daqueles que, nos últimos quinhentos anos, colonizaram e impuseram suas premissas ao mundo. Trata-se de uma escrita da história que se propõe a compreender e a desaprender, a todo instante, as ferramentas operacionais da violência das instituições (Azoulay, 2024).

Para tal, tomam-se como ponto de partida os conceitos de margem e centro, cunhados por bell hooks, para pensar os espaços nos quais o “outro” corpo — e, neste caso, não apenas o corpo negro — pode estar como subalterno, a serviço, mas sem usufruir de forma plena. Em outras palavras, trata-se dos lugares em que a ótica da outridade é instituída, sobretudo em uma lógica social construída por e para o colonizador, bem como para seus descendentes. Nesse sentido, o reconhecimento da marginalidade cria, por consequência, não apenas outras possibilidades que permitem devir como um novo sujeito, mas também outras formas possíveis de compreensão histórica.

Na esteira de Saidiya Hartman, busca-se como referência sua forma insubmissa de escrever a história, bem como os aspectos empregados no livro *Perder a mãe: uma jornada pela rota atlântica da escravidão*, estruturado a partir de textos escritos como um diário de viagem, no qual a autora se percebe em uma condição de não lugar no mundo e, em busca de um lugar, constrói, em *Perder a mãe*, um conjunto de memórias e quebras de expectativas que resultam em outra compreensão não apenas de seu objeto de estudo, mas também de si mesma.

Portanto, propõe-se essa reflexão para compreender que o deslocamento, enquanto categoria analítica, pode ser útil para a construção de uma narrativa histórica sobre a presença venezuelana no Brasil, em especial na cidade de Chapecó. Assim, o deslocamento não implica suprimir as experiências sociais dessas pessoas a uma compreensão romantizada da história, mas, sobretudo, o oposto: olhar para elas por uma ótica que permita, de forma crítica, aproximar-se do todo, haja vista que sua compreensão completa não pode ser alcançada neste trabalho.

4 CONTRA-ARQUIVO

Figura 3 - Linha 02 da Autoviação de Chapecó



Fonte: Auto Viação Chapecó (2025).

Não é possível afirmar se o termo “mais importante” é adequado para definir a Linha 02 da Autoviação de Chapecó; certamente, porém, trata-se da linha que mais horários demanda da empresa responsável pela mobilidade urbana da cidade. Quase sempre lotado, o ônibus percorre o trajeto que sai do terminal apresentado na fotografia até o bairro Efapi, parada final que, curiosamente, se encerra poucos metros após a entrada da Aurora Frigorífico FACH 1.

A Linha 02 carrega consigo uma dualidade ligada à imigração na cidade, cumprindo sua

rota diariamente. No exterior do veículo, o nome exibido no letreiro do ônibus faz referência a um casal de imigrantes que se instalou em Chapecó, ao que tudo indica, em meados da década de 1930 — imigrantes que, segundo jornais locais, carregam consigo o estigma de pioneirismo da cidade. Por outro lado, no interior do veículo, não é incomum observar a polifonia de idiomas: o crioulo haitiano, raramente sozinho; o espanhol latino-americano, quase sempre só, mas sempre ao encontro de seus semelhantes. Alguns passageiros puxam o cordão para solicitar a parada ao longo do trajeto, mas, a depender do horário, é possível que estejam a caminho do trabalho, muitos dos quais se dirigem à agroindústria.

A pesquisa do historiador José Carlos Radin (2015) sobre a denominada Fronteira Sul buscou, entre outras coisas, examinar o avanço colonial nesse território. Tal pesquisa permitiu compreender as maneiras pelas quais a memória dessa imigração histórica se consolidou, no espaço público, como uma memória forte.

O livro *História da Fronteira Sul*, organizado por José Carlos Radin, Delmir José Valentini e Paulo Afonso Zarth, reúne uma série de estudos que se debruçam, de modo geral, sobre o questionamento da memória relativa à colonização do Oeste catarinense. Trata-se, mais precisamente, de uma crítica à hegemonia construída em torno dessa memória oficial, a qual tende a silenciar a presença e a agência das populações que já habitavam o território antes da chegada dos colonizadores.

Grande parte dos trabalhos apresentados na obra enfatiza os conflitos relacionados à posse e ao controle da terra, revelando disputas contínuas em torno do território. Não obstante, a memória da colonização se constrói como força política no espaço público ao longo do tempo e, conseqüentemente, exerce o poder de condicionar os espaços físicos e epistemológicos que outras narrativas ocuparão — sobretudo aquelas vinculadas a processos migratórios mais recentes. No contexto do deslocamento venezuelano, esse condicionamento não ocorre apenas pela ausência de um distanciamento cronológico suficiente que permita a elaboração de uma memória que se confronte, com alguma eficácia, os discursos estabelecidos, mas, sobretudo, pela estrutura social que constitui o todo desse evento de deslocamento.

Ainda assim, não se trata, necessariamente, de uma disputa frontal entre memórias concorrentes, mas antes da constatação de uma assimetria no processo de construção e legitimação das diferentes formas de lembrar. Em outras palavras, o que existe é um desequilíbrio de poder na maneira como certas memórias são construídas, valorizadas e reconhecidas como válidas, enquanto outras são ignoradas ou deslegitimadas. Em suma, a obra *História da Fronteira Sul* permite exemplificar, de maneira objetiva, o que Enzo Traverso

(2012), em seu livro *O Passado, Modos de Usar: história, memória e política*, compreende como memórias fortes — relativas ao poder e à influência daqueles que exercem, ainda que temporariamente, o domínio sobre o espaço público —, bem como possibilita observar a manutenção desse poder no tempo presente, ou seja, as maneiras pelas quais os vestígios da colonização do oeste catarinense são mobilizados na contemporaneidade.

Diante disso, busca-se propor, neste capítulo, a compreensão de um contra-arquivo, com a finalidade de deslocar as representações sobre o corpo venezuelano a partir do tensionamento entre os arquivos que constituem a imagem dessas pessoas inseridas no interior desse evento. Desse modo, o exercício de deslocar essas representações baseia-se em uma História Potencial³², proposta por Ariella Aisha Azoulay, que, para a autora, a partir da fotografia como arquivo, busca reimaginar o passado, considerando as possibilidades e trajetórias suprimidas pelas narrativas dominantes.

Nesse sentido, as análises que se seguem são discutidas a partir de autoras e autores que, mesmo de forma não intencional, assumiram a potencialidade como tema central de suas obras, bem como a relação entre arquivo, historiografia e poder. Embora o conceito de Azoulay dialogue diretamente com a fotografia como arquivo, autoras como Saidiya Hartman abordam a potência a partir de narrativas literárias e, conseqüentemente, expandem o conceito para outras formas de registro. Por fim, busca-se expandir os conceitos de Azoulay para uma análise do tempo presente a partir da narrativa de venezuelanas em Chapecó.

4.1 *LA VIDA COMO INMIGRANTE NO ES FÁCIL*

O oeste catarinense acolhe o primeiro grupo de refugiados venezuelanos que chega ao sul do Brasil. Conduzidos pelo Governo Brasileiro, um grupo de 81 pessoas chegou na segunda-feira (27) no Aeroporto Serafim Enoss Bertaso, de Chapecó, e outros 70 chegam nesta quarta-feira (29). No total, o grupo é formado por 150 adultos, homens e mulheres oriundos de várias regiões da Venezuela que – fugindo da violência que eclodiu naquele país sul-americano – adentraram em território brasileiro por Pacaraima (Estado de Roraima). Eles foram acolhidos por instituições assistenciais e recrutados pelo Exército Brasileiro para trabalhar no sul. Chegam a Chapecó com documentos oficiais fornecidos pelas autoridades do Brasil. Receberão treinamento e irão trabalhar nas unidades industriais da Cooperativa Central Aurora Alimentos de Chapecó e Guatambu, além da JBS de Itapiranga. Os trabalhadores venezuelanos ocuparão vagas nas áreas de produção e apoio (Aurora Coop. 2019)³³

³²A História Potencial é aqui compreendida como a busca por uma escrita da história que não seja uma ferramenta operacional da violência das instituições, na medida em que reconhece, nesses sujeitos, a recusa à transformação de si em recurso, a formação de um corpo político diferencial e a negação de uma perspectiva centrada no novo e no progresso.

³³ Disponível em: www.auroracoop.com.br/refugiados-venezuelanos-acolhidos-em-chapeco/ Acesso em: 29 nov. 2024.

Essa reportagem pode ser encontrada no site oficial da Aurora Alimentos e demonstra, em sua redação, como se estabelecem as dinâmicas envolvendo venezuelanos no Sul do Brasil, destacando o “recrutamento” realizado pelo Exército brasileiro. Diante desse contexto, é possível compreender que se trata da Operação Acolhida. Nesse sentido, esse registro simboliza a discussão colocada por Abdelmalek Sayad (1999, p. 109), ao compreender o trabalho como elemento fundamental que legitima a existência do imigrante na sociedade de “acolhimento”, criando, por conseguinte, uma relação de subordinação e precariedade, uma vez que o indivíduo é visto como útil apenas enquanto trabalhador.

No entanto, a análise de Sayad sobre a condição de imigrante demonstra dimensões essencialmente políticas e econômicas. Para o autor, há um paradoxo entre o sentimento de pertencimento e a exclusão, isto é, a condição de emigrante e imigrante impede a redução dessas pessoas a uma mera transferência de força de trabalho, ainda que esta seja um elemento fundamental nesse contexto.

Dito de outra maneira, para Sayad (1999), o trabalho desempenha papel central na legitimação sociopolítica dessas pessoas, ao mesmo tempo em que as vincula a uma posição subordinada, marcada pela precariedade e pela instrumentalização econômica. Tal condição evidencia o caráter paradoxal desses sujeitos como indivíduos utilitários, porém socialmente marginalizados, o que, por conseguinte, os condiciona a não se sentirem pertencentes nem à sociedade de origem nem à de destino. Dessa maneira, a redação da Aurora Alimentos sobre venezuelanos nas agroindústrias do Sul do Brasil evidencia um dos lados dessa relação, na medida em que invisibiliza as dimensões simbólicas, jurídicas e políticas existentes na condição de imigrante.

Nesse sentido, ao analisar as entrevistas, foi possível observar que o termo imigrante quase não era utilizado. Na entrevista com Carmen Martinez, por exemplo, a palavra imigrante, bem como suas variações, foi utilizada pela entrevistada uma única vez, com o objetivo de retratar as dificuldades encontradas por esse grupo de pessoas. Na ocasião, Carmen utilizava esse termo com o intuito de se referir à sua relação com o Estado brasileiro. A entrevistada, após relatar sua trajetória laboral na cidade de Chapecó, menciona que trabalhava em uma empresa que prestava serviços de limpeza em uma praça de alimentação e que, em determinado momento, encontrou uma oportunidade para continuar prestando o serviço, mas, dessa vez, sem a mediação da empresa, isto é, por meio de um regime contratual como microempreendedora individual (MEI).

Desse modo, seu trabalho requer a prestação de um determinado serviço que, por sua

vez, não necessariamente exige a emissão de notas fiscais, mas essa possibilidade lhe abre novas oportunidades e ofertas de trabalho. No entanto, Carmen menciona que, por alguma razão, não consegue emitir as respectivas notas fiscais referentes aos serviços prestados e que, ao procurar ajuda em órgãos do Estado, não obtém sucesso. Ao final, conclui e expressa que a vida como imigrante não é fácil, mas que é preciso ter forças para continuar:

Yo creo que también es falta de información de la policía porque yo recorrí seis policías en Chapeco. Y todos me dijeron que tenía que tener un abogado o un contador. El contador no me pudo solucionar. Porque la verdad no pudo, porque él me dijo que yo tenía que tener la biometría y mis huellas en la Policía Federal y el contador no me pudo solucionar y el abogado, él dice que iba a comenzar a meterla, pero ahora ella ya me dió una solución. Entonces voy a ir allá a ver si él puede ayudarme con eso. Pero bueno, no ha sido fácil. La vida como inmigrante no es fácil, es bastante dura, pero tenemos como que esa fuerza de que vinimos como a superarnos, avanzar, por unas oportunidades que no tenemos en nuestro país. La verdad, no existen esas oportunidades ahorita en nuestro país. Ni queriendo trabajar, hay como superarse en Venezuela. Porque en Venezuela no hay posición económica ahorita. Todos están como en igualdad. Todos están como que con las manos en la pared. Porque si tienes un día para comer, no tienes para comprar jabón. Esa es la situación en Venezuela³⁴ (Martínez, Carmen. 2024).

Embora pareça que Carmen tenha procurado ajuda em outros órgãos que não os competentes para a resolução de seu problema, interessa ressaltar a maneira como a entrevistada se relaciona com a palavra imigrante. Chama atenção não apenas o fato de ela não mencionar esse termo em nenhum outro momento, mas, sobretudo, o modo como se refere a ele como uma condição, “*La vida como inmigrante no es fácil*”.

A construção dos signos, no contexto da linguística saussuriana, é formada pela combinação do conceito com a imagem acústica, isto é, pelo significado estabelecido pela ideia e por sua transformação fonética, o significante. Segundo Cunha (2008), a língua é um sistema de valores que, por sua vez, é fundamental para compreender a relação entre significante e significado. No sistema linguístico proposto por Saussure, o valor é entendido como um elemento que não apenas define o significado de um signo, mas também estabelece sua posição dentro de um sistema de diferenças; desse modo, a língua adquire seus valores a partir das diferenças que mantém com outros signos no interior do sistema linguístico (Cunha, 2008).

³⁴ “Eu acho que também é falta de informação da polícia porque eu rodei seis polícias em Chapecó. E todos me disseram que eu tinha que ter um advogado ou um contador. O contador não conseguiu resolver. Porque de verdade não conseguiu, porque ele me disse que eu tinha que ter a biometria e minhas digitais na Polícia Federal e o contador não conseguiu me resolver e o advogado, ele disse que ia começar a mexer nisso, mas agora ela já me deu uma solução. Então vou lá ver se ele pode me ajudar com isso. Mas enfim, não tem sido fácil. A vida como imigrante não é fácil, é bem dura, mas temos como que essa força de que viemos para nos superarmos, avançarmos, por oportunidades que não temos no nosso país. A verdade é que não existem essas oportunidades agora no nosso país. Nem querendo trabalhar, dá para se superar na Venezuela. Porque na Venezuela não tem posição econômica agora. Todos estão como em igualdade. Todos estão como que com as mãos na parede. Porque se você tem um dia para comer, não tem para comprar sabão. Essa é a situação na Venezuela..” (Tradução nossa).

Assim, a palavra imigrante só possui um significado definido quando se coloca em contraste com outras palavras, como, no contexto do deslocamento venezuelano, por exemplo, “brasileiros/as”. Essa relação de diferença pressupõe a condição de interdependência de conceitos dentro do sistema linguístico (Cunha, 2008, p. 12), ou seja, a compreensão de um signo depende do reconhecimento de sua posição e função em relação a outros signos.

No episódio em questão, esse reconhecimento pode se dar de inúmeras maneiras, como pelo idioma, ou pela ausência dele, por acessórios e por aspectos culturais. A consciência das diferenças é fundamental para a construção do significado e, posteriormente, do significante. Para a linguística saussuriana, a língua se forma, bem como se transforma, a cada momento de uso; assim, o sujeito não apenas utiliza a língua, como também é ator fundamental em sua construção ao longo do tempo. Na entrevista com Carmen, a expressão “*la vida como inmigrante no es fácil*” só possui sentido, pois está em contraste com outra identidade, neste caso, a identidade brasileira.

Nesse sentido, por outro lado, há uma idealização do outro a partir de discursos dominantes. Kathryn Woodward (2014, p. 33) ressalta que “todo contexto ou campo cultural tem seus controles e suas expectativas, bem como seu ‘imaginário’; isto é, suas promessas de prazer e realização”. A autora ilustra a relação entre o “social” e o “simbólico” ao citar o exemplo de Audre Lorde, mulher, lésbica e negra, que, a partir de pressupostos heterossexuais e de discursos racistas — os quais, em uma sociedade colonizada, configuram-se como dominantes —, negam a Lorde o acesso a este “imaginário”.

Nesse sentido, a autora sugere, portanto, que toda prática social é simbolicamente marcada. Woodward baseia-se nos conceitos de significado e significante, de Ferdinand de Saussure, a fim de evidenciar que “todas as práticas de significação que produzem significados envolvem relações de poder, incluindo o poder para definir quem é incluído e quem é excluído” (Woodward, 2022, p. 19).

Seguindo o argumento de Woodward, interessa pensar as práticas sociais que produzem significados sobre esses corpos e, a partir disso, deslocá-los com o objetivo de compreender outra face desse fenômeno que se encontra obliterada pela condição de “imigrante”. Portanto, busca-se refletir, nesta seção, a partir dos seguintes questionamentos: de quais corpos se está falando? Quais significados esses corpos imprimem à medida que se deslocam? E, sobretudo, como consequência dessa segunda questão, quais ações desses corpos, em um mundo compartilhado, podem estar submersas por essa lógica? Ao fim, propõe-se uma breve reflexão acerca dos usos do corpo político dentro da lógica imperial.

4.1.1 Classificação: a representação do “problema”

A crise econômica e social vivenciada pela Venezuela a partir de 2015 iniciou uma dinâmica migratória entre a Venezuela e seus países vizinhos, dentre eles o Brasil. Nesse contexto, segundo Martino e Moreira (2020), a entrada em massa de venezuelanos pela cidade de Pacaraima exigiu que o governo brasileiro se posicionasse em suas políticas migratórias de reconhecimento legal dessas pessoas, com o objetivo de reformular os trâmites referentes à emissão de documentos para venezuelanos que, até então, não se mostravam efetivos para dar conta das particularidades desse processo de deslocamento venezuelano.

Inicialmente, segundo Martino e Moreira, havia divergências sobre o reconhecimento legal desses indivíduos, tanto no campo institucional quanto no acadêmico. Para as autoras, o debate estava centrado no reconhecimento, ou não, da condição de refugiado. Entre aqueles que se posicionavam a favor, havia a compreensão de que esses indivíduos estavam fugindo da Venezuela; por outro lado, sustentava-se o entendimento de que não havia perseguições individuais decorrentes da situação vivenciada no país (Martino; Moreira, 2020, p. 154).

Diante da entrada em massa dessas pessoas, a alternativa encontrada foi proceder com as solicitações de protocolo de refúgio, colocando-as sob o status de solicitantes de refúgio. Essa condição “garante a seus portadores estar em situação regular no país enquanto aguardam a análise da decisão sobre o reconhecimento da condição de refugiado” (Martino; Moreira, 2020, p. 155). No CAI, era comum receber venezuelanos que solicitavam a renovação desse protocolo, haja vista que a validade dessa solicitação era de 365 dias corridos.³⁵

Nesse contexto, o processo de renovação dessa solicitação era, na verdade, uma nova solicitação junto ao CONARE (Comitê Nacional para Refugiados), que, por conseguinte, colocava essas pessoas em um limbo documental. O documento, emitido pela Polícia Federal, era desconhecido por parte da comunidade brasileira e, diante de sua fragilidade — impresso em folha A4, com foto 3x4 colada em um espaço reservado da folha —, condicionava essas pessoas a um sentimento de insatisfação, sob a justificativa de que o documento não era aceito em outras esferas da vida social, como escolas, bancos e até mesmo órgãos governamentais.

³⁵ A solicitação de protocolo de refúgio não garantia que o processo culminasse na condição de refugiado e, como apontam Martino e Moreira (2020, p. 155), não havia um prazo estipulado para a análise dessas solicitações.

Figura 4 – Protocolo de Solicitação de Refúgio

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - POLÍCIA FEDERAL
Protocolo de Solicitação de Refúgio

Nome Social: XXXXXX XXXXXXXX

Hipótese Legal: LEI Nº 9.474/97 | Validade: 04/10/2020

Data de Nascimento: XXX/XXXX

País de Nascimento: XXXXXXXXXX

Foto 3x4

Filiação 1: XXXXXXX XXXXXXX XXXXXXX

Filiação 2: XXXXXXX XXXXXXX XXXXXXX

Protocolo anterior: XXXXXXXX

Local: SAO PAULO - SP

Assinatura do Portador: _____

Documento assinado eletronicamente por XXXXXX XXXXXXXXXXXX, em 04/10/2019, às 11:50:55, conforme horário oficial de Brasília.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sisconare.mj.gov.br>, informando o código verificador XXXXXXXX-XXXX-XXXX-XXXXXXXXXXXXXX

Protocolo de Refúgio: XXXXX XXXXXXXXXXXXXXXX-XX

QR Code

Condição do solicitante: Extensão
Nome civil, conforme Decreto nº 8.727/2016: XXXXXXXX

Fonte: Governo Federal do Brasil

Após reivindicações da sociedade civil e de governos locais, o governo brasileiro publicou a Resolução Normativa (RN) nº 126, de 02 de março de 2017 (Martino; Moreira, 2020, p. 155). As autoras ressaltam que essa RN se colocava como destinada àqueles em “situação irregular” ou “a quem não se aplicam os critérios da Lei de Refúgio”. Com isso, percebe-se a intenção de ofertar uma medida que contemplasse os venezuelanos que, até então, se encontravam em um limbo migratório, isto é, estavam na condição provisória de solicitantes de refúgio, mas ainda sem previsão de que o reconhecimento do refúgio ocorreria de forma definitiva. Ainda, no segundo artigo da resolução, consta que o indivíduo deveria optar por qual política migratória desejava se regularizar, seja pela residência provisória, seja pela solicitação de refúgio, o que, para as autoras, pode ser entendido como uma tentativa de dificultar o acesso ao refúgio (Martino; Moreira, 2020, p. 156).

Para as autoras, parece haver uma dificuldade de acesso à condição de refúgio, à medida que o reconhecimento de uma pessoa como refugiada implica um compromisso do Estado em garantir assistência e proteção diante da comunidade internacional (Martino; Moreira, 2020). Martino e Moreira permitem refletir sobre a existência de um governo diferencial que, dentro de sua lógica, cria uma condição que cerca a imagem dessas pessoas: a configuração de um “problema”, uma atribuição não desejada, na medida em que há uma tentativa, por parte do governo brasileiro, de não se responsabilizar integralmente pelo fluxo de pessoas que carrega consigo, segundo as autoras, todos os requisitos para a condição de refugiado/a.³⁶

³⁶ Conforme apontam Martino e Moreira (2020), o reconhecimento da condição de refugiados aos venezuelanos pode ser compreendido como uma estratégia do governo Bolsonaro para se posicionar contrariamente, tanto no âmbito interno quanto internacional, às políticas associadas à esquerda. As autoras destacam que, em discurso proferido em janeiro de 2020, o presidente enfatizou a necessidade de proteção aos migrantes venezuelanos que

Martino e Moreira (2020, p. 161) ressaltam a posição de privilégio ocupada pela condição de refúgio e que, diante dos pressupostos já mencionados, os “Estados buscam ‘fracionar’ o instituto do refúgio, o que se percebe nas medidas de concessão de proteção complementar e de residência temporária, instituídas discricionariamente por autoridades governamentais”. As medidas adotadas pelo Estado com o objetivo de dificultar o acesso ao refúgio condicionam essas pessoas a buscarem justamente o oposto, isto é, a Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM).

Para as autoras, a condição de refúgio estaria, portanto, não baseada na questão humanitária, que, a priori, se destaca, mas sim na qualidade e na quantidade das pessoas que serão reconhecidas, trazendo uma dualidade à condição humanitária: por um lado, um serviço de acolhida e defesa dos direitos humanos e, por outro, uma medida que visa filtrar pessoas indesejadas. Em outras palavras, não se trata apenas de dificultar o acesso à condição de refúgio, mas, sobretudo, de condicionar quais corpos poderão ter e usufruir dessas condições.

A lógica apresentada por Martino e Moreira (2020) cria um sistema classificatório que Kathryn Woodward (2014) define como um aplicador da diferença, sendo capaz de dividir uma população em ao menos dois grupos opostos que, no caso dos solicitantes de refúgio, especialmente os venezuelanos, podem ser compreendidos como aqueles que podem e os que não podem ter suas condições reconhecidas, haja vista que, para a autora, “essa marcação da diferença ocorre tanto por meio de sistemas simbólicos de representação quanto por meio de formas de exclusão social” (Woodward, 2014, p. 40).

Nesse sentido, pode-se considerar a noção de impróprios³⁷ como significados produzidos no processo de pessoas venezuelanas que buscam a condição de refugiadas? Ademais, esse sistema classificatório possui outra dimensão, que Kathryn Woodward (2014, p. 48) define como “produtos de sistemas culturais de classificação cujo objetivo é a criação de ordem”.

Para a autora, as construções de identidades são sempre criadas em relação a uma outra, em um processo dualista entre incluídos e excluídos, isto é, relativamente ao que não é (Woodward, 2014). Um refugiado é o não nacional, protegido e assegurado internacionalmente pelo Estado que lhe concedeu tal condição. Por outro lado, o solicitante encontra-se em uma condição de transição, temporariamente regular, sem proteção e sem quaisquer garantias

fugiam de uma crise marcada pela “miséria”, “populismo” e “regime” de Maduro, além de criticar a oposição representada pelo PT por supostamente não acolher tais migrantes.

³⁷ Ver: PEREIRA, Allan Kardec da Silva. *Impróprios para a história: rebelião, tempo e antinegitude em Ferguson (2014–)*. 2022. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

decorrentes dela. O residente, por sua vez, possui autorização temporária ou permanente para estar regular no país, sem ter as garantias de um refugiado, mesmo que possua as exigências consideradas necessárias para a concessão desse status. De todo modo, no contexto do deslocamento venezuelano no Brasil, a produção da identidade imigrante tem como referencial a identidade brasileira.

Entretanto, as identidades são fluidas e, nesse sentido, uma identidade assume diferentes posições. Logo, um venezuelano/a em Boa Vista/RR, por exemplo, pode assumir uma determinada identidade, enquanto uma venezuelana/o em Chapecó/SC pode assumir outra, pois suas construções passam pela referência não apenas do ser ou não ser brasileiro, mas, sobretudo, pela oposição à identidade local (Woodward, 2014).

Pode-se sinalizar que, nesse cenário, os status classificatórios, por si só, são insuficientes para a compreensão do processo de deslocamento venezuelano, se desvinculados de outras condições que produzem diferença. Em outras palavras, a compreensão da cultura local em que a pesquisa está inserida é um fator fundamental para analisar os símbolos e significados que cercam esse evento.

A identidade se caracteriza como um produto da diferença culturalmente construída, que pode assumir diferentes posições e, conseqüentemente, implicações (Woodward, 2014). Nesta seção, buscou-se descrever alguns aspectos da construção da identidade imigrante venezuelana, atrelada a uma representação de “problema”, sinalizada por meio dos sistemas classificatórios de regulamentação migratória do governo brasileiro. Contudo, não se adentrou na lógica pela qual essas concepções são construídas, ou seja, as maneiras de agir dentro das perspectivas do regime de poder dominante não erradicam suas problemáticas e contradições. Dessa limitação emerge a necessidade de deslocar o olhar para os fundamentos mais amplos que sustentam essas classificações, interrogando as próprias noções de humanidade e organização social.

4.1.2 Armadilha imperial: os usos do corpo político

Ainda nas primeiras páginas de seu livro *Ideias para adiar o fim do mundo*, Ailton Krenak (2020, p. 10–11) levanta a seguinte questão: “como é que, ao longo dos últimos 2 mil ou 3 mil anos, nós construímos a ideia de humanidade”. Nas páginas seguintes, o autor reflete sobre a colonização, sobre como o progresso europeu orientou as concepções de verdade em diferentes períodos da história e sobre como as instituições, criadas no século XXI, foram instituídas para manter essa estrutura de humanidade. Sobre isso, reflete o autor: “porque

insistimos tanto e durante tanto tempo em participar desse clube, que na maioria das vezes só limita a nossa capacidade de invenção, criação, existência e liberdade? (2020, p.13)”.

A provocação de Krenak propõe uma reflexão, a pensar e questionar os motivos que levam à compreensão dos Estados nacionais como a melhor forma de organização social na Terra. Parece notório que a população não branca não é plenamente contemplada como parte dessa humanidade, mas, ainda assim, insiste-se nessa ideia. Insiste-se em pensar em refugiados, em imigrantes e em ressaltar diferenças politicamente impostas pelas instituições que, por sua vez, foram configuradas justamente para produzir a diferença. Não estaria evidente que não há um futuro dentro dessa lógica? Refugiados, residentes temporários ou permanentes, processos migratórios — não seriam todos fragmentos de um problema maior?

Pode-se imaginar Audre Lorde, no final dos anos 1970, em uma conferência sobre diferenças de raça, sexualidade, classe e idade na Universidade de Nova York, com um microfone na mão, após toda a solenidade de abertura, dizendo:

Ler essa programação é presumir que lésbicas e negras nada têm a dizer sobre o existencialismo, o erótico, a cultura e o silêncio das mulheres, sobre o desenvolvimento da teoria feminista ou sobre heterossexualidade e poder. E o que isso significa em termos pessoais e políticos, quando as duas únicas mulheres negras que se apresentam aqui foram literalmente encontradas de última hora? O que isso significa, quando as ferramentas de um patriarcado racista são usadas para examinar os frutos desse mesmo patriarcado? Significa que há limites restritos para as mudanças possíveis e admissíveis (Lorde, 2019, p. 135-136).

Os argumentos de Lorde e Krenak estão centrados na recusa de imposições ontológicas que excluem suas subjetividades. Krenak busca resgatar as estratégias que os povos originários do Brasil mobilizam diante da colonização, bem como a essência que inspirou a resistência de seus antepassados a um regime que objetivava acabar com seus mundos, suprimir suas identidades e, por conseguinte, transformá-los em “civilizados”, aptos a integrar o “clube da humanidade” (Krenak, 2020, p. 28). Para Ailton Krenak, essa essência ancestral teve e ainda tem o propósito de adiar o fim do mundo.

Audre Lorde, do ponto de vista de uma mulher negra, denuncia a lacuna nos estudos sobre mulheres no campo intelectual dos anos 1970, os quais negavam as subjetividades, as contribuições e os modos de enxergar o mundo dessas mulheres que “estão fora do círculo do que a sociedade julga como mulheres aceitáveis” (Lorde, 2019, p. 137). Lorde se impõe contra a subjugação de seu corpo e conduz à reflexão de que, para ser possível se opor ao regime dominante, é preciso agir fora de sua lógica e, portanto, desaprendê-la.

Nessas perspectivas, retoma-se ao cerne desta seção: como Carmen se relaciona com a palavra “imigrante”? A utilização desse termo como uma condição temporária, e não como uma

definição permanente, parece ser, assim como nas ideias de Ailton Krenak e Audre Lorde, uma recusa — ainda que inconsciente — a uma suposta identidade que o regime imperial, por meio de suas ferramentas de diferenciação, tenta impor. Assim, a definição de ser imigrante é construída a partir de uma identidade que busca se diferenciar e, por conseguinte, definir-se como superior. Por outro lado, a condição de estar como imigrante refere-se àqueles que estão imersos nessa lógica diferencial, mas recusam sua definição.

A identidade se caracteriza como um produto da diferença culturalmente construída, que pode assumir diferentes posições e, consequentemente, implicações (Woodward, 2014). Aceitar a condição de refúgio como um conceito natural em um mundo compartilhado é, por conseguinte, não apenas aceitar a violência que reside em sua essência, mas, sobretudo, compactuar com sua perpetuação, à medida que se opera como um agente dessa violência — mesmo que não haja a intenção plena de sê-lo.

A problemática dos arquivos governamentais sobre essa temática reside não apenas no fato de sua produção não ser pensada para o fim que a historiografia lhes atribui, mas, sobretudo, em estarem inscritos sob uma ótica, por vezes, colonialista. Em outras palavras, sua produção está, na maioria das vezes, alicerçada por aqueles que, ao longo do tempo, detiveram os espaços de poder e, por conseguinte, tornaram-se responsáveis por atribuir significados a determinados contextos que dialogam pouco com o todo, mas muito com a violência. Romper essa lógica torna-se essencial para estabelecer a potência de situações que sempre estiveram ali, pois, enquanto houver princípios baseados no governo diferencial, haverá ferramentas para a metamorfose do colonialismo.

É evidente que há imigrantes e imigrantes. Contudo, parece que, no campo social, o termo imigração pressupõe e, por conseguinte, transforma esses sujeitos venezuelanos em um corpo político que, por sua vez, é concebido a partir de uma lógica calcada em uma diferença politicamente imposta, logo, por um poder soberano. Essa diferença cria um espaço de subjugação de um corpo sobre o outro, legitimando discursos xenofóbicos e preconceituosos. Dito de outro modo, há uma naturalização das categorias identitárias que, longe de serem neutras, constituem ferramentas instituídas para a manutenção de hierarquias de poder, exclusão e sujeição política. Os paradoxos da alteridade, analisados por Abdelmalek Sayad, denunciam as dinâmicas hierárquicas da sociedade, tal como o “clube da humanidade” descrito por Krenak e a lacuna epistemológica denunciada por Lorde.

Questionar esse evento sob a ótica do deslocamento e enxergar outros sentidos, significados e significantes é o que se propõe neste trabalho. À medida que se propõe à olhar

para o todo desse evento — os deslocamentos do corpo político frente a regimes de poder dominantes —, torna-se possível compreender que o termo imigrante é, por si só, um deslocamento de sentidos atribuído pelo regime dominante ao sujeito. Logo, mostra-se incapaz de abarcar o todo desse evento, haja vista que tal concepção é criada pelo próprio regime, não sendo possível, portanto, abranger integralmente o processo de deslocamento.

4.2 *NO PUEDES IR AL BAÑO SOLAMENTE QUE TE ESTÉS MURIENDO, DESMAYANDO. DEL RESTO NO PUEDES SALIR*

A cidade de Chapecó tem se destacado no cenário nacional pelo alto fluxo migratório e pela forte geração de empregos. No último ano, foram cadastrados mais de quatro mil imigrantes no município, sendo cerca de 80% venezuelanos. Esse movimento reflete diretamente no mercado de trabalho local, que absorveu aproximadamente 74% dessa mão de obra em 2023. Além disso, Chapecó ocupa hoje o posto de terceiro município do Brasil com maior número de imigrantes e, no ranking da geração de empregos, ficou atrás apenas de São Paulo, Curitiba e Caxias do Sul. A chegada de milhares de imigrantes a Chapecó impacta diretamente a economia local. No último ano, foram gerados cerca de 5.172 novos postos de trabalho, dos quais 40% foram preenchidos por trabalhadores venezuelanos. Esse fenômeno tem sido essencial para suprir a necessidade mão de obra na cidade. *Os imigrantes preenchem uma lacuna importante no mercado de trabalho, contribuindo para o crescimento econômico e garantindo que setores estratégicos continuem produtivos*”, destacou Márcio da Paixão Rodrigues. A vinda de estrangeiros não se restringe apenas ao mercado de trabalho. Chapecó tem se consolidado como um polo de oportunidades, oferecendo melhores condições de vida, acesso à educação e assistência social às famílias imigrantes. (CLICRDC, 2025).

A reportagem destaca a importância dos venezuelanos para o crescimento econômico da cidade, enfatizando que estes ocupam cerca de quarenta por cento das vagas disponíveis. Segundo Vicente Ribeiro *et al.* (2022, p. 39), as indústrias frigoríficas são os principais indicadores econômicos da cidade de Chapecó, responsáveis, por conseguinte, pela absorção significativa de venezuelanos em busca de trabalho.

Essa dinâmica é demonstrada de forma mais aprofundada por Vicente Ribeiro (2024, p. 12), ao compreender que, a partir das características e necessidades do setor industrial da região de Chapecó, encontrou-se campo fértil na estratégia de interiorização de venezuelanos por meio da Operação Acolhida. Essa perspectiva corrobora os estudos apresentados por João Carlos Tedesco (2023, p. 101), ao indicar que os venezuelanos têm sido utilizados como dividendos políticos e econômicos, sobretudo no contexto laboral.

Em vídeo veiculado nas redes sociais do então presidente da República, Jair Bolsonaro, o prefeito da cidade de Chapecó, João Rodrigues, materializa em seu discurso o alerta de Tedesco (2023, p. 101), ao estabelecer uma associação direta às disputas presidenciais que ocorreriam no ano seguinte, em 2022:

Perdeu o emprego? Pegue a passagem e volte para a Venezuela. Se Brasil é bom, é bom para trabalhar. Meus amigos, estamos aqui em Chapecó, e talvez muita gente, por esse país afora, não se dê conta do que é que nós estamos sujeitos a viver num futuro muito próximo. Está comigo aqui Jesus, venezuelano. O que é que tu fazia na Venezuela? Salário de marinho, de engenheiro. Tinha? Não, não tinha. Maduro foi bom presidente para vocês lá, Maduro? Nada? Vocês querem o Maduro no governo lá na Venezuela? Não querem? É, mas aí querem o Lula aqui também, né? Não querem também? Porque o PT aqui diz que vocês têm uma boa democracia lá. É, o PT diz que vocês estão muito bem lá. Então é isso que desengana a população brasileira. Esta situação, que se repete em todo o território nacional, é de seres humanos que a Venezuela renegou. Para quem vai buscar emprego, nós vamos ajudar. Quem vai ficar aqui vai passar o dia inteiro trabalhando: limpando, arrumando, cortando grama, varrendo este pátio. Por quê? Porque é assim que funciona. Não tem nada de graça aqui. Nem para vocês foi fácil na Venezuela, mas para brasileiros também é difícil. Então, vocês vão ter apoio, mas só depende de vocês todos. Se vocês já tinham atividade onde moravam, vamos enquadrar vocês naquele emprego certo. Mas avisem os amigos venezuelanos com quem vocês têm contato: não venham para Chapecó, porque não vai ter mais. Nós vamos ajudar quem está aqui e fechar a porta. Em 30 dias, a gente encerra tudo isso aqui. Em 30 dias, todo mundo vai ter emprego. E depois que pegarem, quem perder o emprego ganha uma passagem. Bora. Perdeu o emprego, pega a passagem e volta para a Venezuela. Se Brasil é bom, é bom para trabalhar. O emprego que tem, não perca. Chegue antes, saia por último. Respeite a empresa, respeite o patrão, respeite os seus colegas, dedique-se ao máximo. Nós fazemos de tudo. Agora vocês têm que se ajudar (Rodrigues, 2021).

Diante disso, a reportagem e o discurso político do então prefeito condicionam a imagem dos venezuelanos sob a égide humanitária a uma representação vinculada à servidão e ao setor agroindustrial de Chapecó, considerado campo estratégico para a economia da cidade. Essa representação, imposta a partir de dinâmicas sociais existentes na região, subjuga esses corpos e, por conseguinte, inviabiliza a compreensão de outras experiências presentes nessas trajetórias.

Nesse sentido, Carmen Martinez, ao relatar, durante a entrevista, sua experiência laboral nesse setor, descreve com riqueza o ambiente de trabalho na agroindústria, permitindo compreender as dinâmicas de organização interna desse setor, que separam os trabalhadores segundo níveis de experiência, distribuindo-os, assim, entre uma esteira com velocidade reduzida, destinada à aprendizagem do corte de peito de peru, e esteiras destinadas aos trabalhadores mais experientes. Assim, a distinção entre quem está aprendendo e quem já domina a atividade se estabelece, sendo expressa inclusive por elementos visuais, como a touca amarela utilizada pelos iniciantes. É nesse cenário que ela situa seu primeiro mês de trabalho na agroindústria:

Ellos tienen dos mesas, una de 50% y una de 100%. En la mesa de 50% tu tienes que estar la persona que están aprendiendo que están de toca amarilla y ahí están esas personas y tienes como una madrina o un padrino que te enseña a refilar que es alguien que no sale de la mesa es como una persona vieja que tiene bastante tiempo trabajando y ya es experto en eso Y de ahí esa persona te enseña, tienes una bandeja en la parte del lado, esa persona te enseña cómo vas a refilar, cómo vas a agarrar el cuchillo, cómo tienes que usar los guantes, las cosas de protección. Y de ahí tú vas refilando y

vas colocando la pechuga en la bandeja hasta aprender. Cuando ellos vean que tú tienes los cortes claros, ellos te quitan la bandeja. Y ahí te dejan tres meses en la mesa de cincuenta por ciento y después de los tres meses te pasan a la mesa de cien por ciento³⁸ (Martínez, 2024).

O trabalho na agroindústria tende a ser pesado e exaustivo, além de extremamente exploratório, à medida que leva o corpo ao máximo, ao seu limite. O episódio narrado descreve um ambiente de trabalho marcado por exigências físicas intensas, relacionadas ao manuseio diário de peitos de peru que chegam congelados e com pele. Segundo Carmen, a quantidade de quilos manuseados ao longo do dia torna-se difícil de contabilizar, já que as peças variam de tamanho: algumas chegam a pesar cerca de seis quilos, enquanto outras podem atingir dez quilos, especialmente quando se trata de aves mais velhas.

O processo de trabalho envolve a retirada manual da pele, o que demanda força contínua das mãos e a execução de movimentos repetidos ao longo de toda a jornada. A tarefa, na percepção da entrevistada, costuma ser associada ao que ela denomina “trabalho para homens”, diante da exigência física que envolve tal atividade, embora o espaço mencionado seja composto apenas por mulheres.

Para além das exigências físicas, há também pressão psicológica exercida por monitores — pessoas destinadas exclusivamente à supervisão dessas atividades. Segundo Carmen, os monitores cobram e exigem que nenhuma peça ultrapasse a posição correta na linha de trabalho e, caso alguma peça “passe”, retornam com ela até a pessoa responsável, reforçando a necessidade de manter atenção ininterrupta ao trabalho.

Es una presión que tienes ahí. Como que tienes que tener la visión solamente en respirar. No puedes ir al baño solamente que te estés muriendo, desmayando. Del resto no puedes salir. Solamente había tres intervalos de 20 minutos. El del café de la mañana, que la gente iba a tomar un café, eran 20 minutos. Después a las 9 y se daban una hora de comida, de almuerzo. Y de ahí ya cuando... a la una quedaban 20 minutos más y la gente descansaba sus 20 minutos, daba tiempo de ir al baño beber agua y volcar. Solo eso. No es permitido el uso del teléfono.³⁹ (Martínez, 2024).

A narrativa de Carmen inviabiliza o discurso humanitário acerca do “acolhimento dessas

³⁸ “Eles têm duas mesas, uma de 50% e outra de 100%. Na mesa de 50%, você tem que estar com as pessoas que estão aprendendo, que usam touca amarela, e lá estão essas pessoas. Você tem como uma madrinha ou padrinho que te ensina a refilar, que é alguém que não sai da mesa, uma pessoa mais experiente que já tem bastante tempo de trabalho e é especialista nisso. Essa pessoa te ensina, você tem uma bandeja ao lado, e ela te ensina como refilar, como segurar a faca, como usar as luvas e os equipamentos de proteção. Aí você vai refilando e colocando o peito na bandeja até aprender. Quando eles perceberem que você tem os cortes claros, eles te tiram a bandeja. Então, você fica três meses na mesa de 50% e depois desses três meses passa para a mesa de 100%.” (Tradução nossa).

³⁹ “É uma pressão que você tem ali. Como se você tivesse que ter a visão só em respirar. Você não pode ir ao banheiro a não ser que esteja morrendo, desmaiando. Do resto, não pode sair. Só havia três intervalos de 20 minutos. O do café da manhã, que a gente ia tomar um café, eram 20 minutos. Depois às 9 e davam uma hora de almoço. E daí já quando... a uma, mais 20 minutos e a gente descansava esses 20 minutos, dava tempo de ir ao banheiro, beber água e voltar. Só isso. Não é permitido o uso do telefone.” (Tradução nossa).

peessoas” e, por conseguinte, evidencia as condições de exploração e de precarização da vida humana presentes no próprio discurso humanitário, acolhedor e, sobretudo, promotor de novas oportunidades e de melhores condições de vida. Esse tensionamento torna-se ainda mais evidente diante de matérias jornalísticas que revelam situações de vulnerabilidade dessas pessoas na agroindústria.

Um trabalhador venezuelano morreu após sofrer uma descarga elétrica no frigorífico Ecofrigo, em Chapecó, no Oeste de Santa Catarina. O acidente de trabalho teria ocorrido na noite da última sexta-feira (4), mas só foi exposto na segunda-feira (7) pelo Sitracarnes (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Carnes e Derivados). Identificado [REDACTED], o trabalhador venezuelano tinha 24 anos. Conforme informações do Sindicato, ele teria se mudado para o Brasil em busca de melhores oportunidades. (NDMais, 2025).

A reportagem, mesmo em um contexto trágico, introduz a lógica do humanitarismo ao buscar reafirmar um discurso falacioso sobre a procura por melhores condições de vida, à medida que, por outro lado, reduz as condições de trabalho e as dinâmicas internas existentes no setor de abate de animais e produção de carne, situando a violência exercida sobre esses corpos sob a mera égide do acidente.

Nesse sentido, Ariella Aisha Azoulay (2024) convida a desaprender o imperialismo. Sua crítica incide sobre a lógica na qual se moldou a sociedade em que se vive; a autora compreende que os fundamentos dessa sociedade são imperialistas e, por conseguinte, violentos em sua essência. Dessa maneira, desaprender o imperialismo envolve recusar os mecanismos de destruição que se tornaram viáveis: os saberes, as normas, os procedimentos e as práticas que permitem a aniquilação de mundos, possibilitando a transformação das pessoas em cidadãos de um sistema político com governança calcada na diferença (Azoulay, 2024). Para a autora

O objetivo é articular a conexão entre (o que parecem ser) os polos inconciliáveis do imperialismo: por um lado, aqueles forçados a viver nas partes mais fisicamente destruídas de nosso mundo comum e aceitar papéis secundários e subservientes, a fornecer serviços e recursos (incluindo eles próprios como recursos) para a manutenção da grandeza branca e a aceitar uma versão de cidadania baseada na grandeza branca e por ela perpetuada; e, por outro lado, a materialização dessa mesma cisão em instituições, estruturas e infraestrutura democráticas. Desaprender torna-se um processo de desligamento da utilização inquestionada de conceitos políticos - instituições como cidadão, arquivo, arte, soberania e direitos humanos, e categorias como novo e o neutro, que alimentam o impulso imperial intrínseco ao progresso, que condiciona à forma como a história mundial é organizada, arquivada, articulada e representada (Azoulay, 2024, p. 29-30).

Para Azoulay, desaprender é recusar as ferramentas de uma sociedade que não fora projetada para um todo. Essa recusa, segundo a autora, sempre esteve presente e ocorre à medida que pessoas e organizações se opõem a essas lógicas. Nesse sentido, deslocar as representações dessas pessoas como recurso para setores estratégicos da cidade, sob a

justificativa do acolhimento, surge da compreensão de que desaprender o imperialismo é agir fora de sua lógica, por meio da promoção de ações de confronto e resistência que vislumbram determinadas possibilidades de futuro, pois não é necessário conceber novas ações que mobilizem, no futuro, novas condições, se se compreender que, ao rebobinar a história até o evento de violência, percebe-se que o confronto e a resistência sempre estiveram presentes.

Em outras palavras, aceitar os eventos ocidentais como ordem mundial e, por conseguinte, propor, com base em suas próprias ferramentas e conceitos, uma reivindicação de futuro é agir a favor dessa lógica e, portanto, incorrer no que Azoulay (2024) caracterizou como a “armadilha do imperialismo”.

Nesse sentido, assume-se o compromisso de reconhecer, evidenciar, resgatar e potencializar as histórias e ações que sempre estiveram presentes, mas que foram ocultadas pelas tecnologias imperiais. Não se trata de negligenciar as complexidades e, por conseguinte, romantizá-las, mas de empreender, no tempo presente, uma recusa constante da naturalização da violência e de evidenciar que esse movimento de oposição aos regimes de poder dominantes sempre esteve presente por parte daqueles que foram vítimas desse regime. Portanto,

Y ya por lo menos la mesa se veía dividiendo. Las haitianas estaban en la parte de atrás y las venezolanas en la parte de adelante. Es una división como que se hizo como para familiarizar. Eso se me enredó la lengua. Sentirse como en familia, ¿saben? Las haitianas estaban allá, hablaban su idioma, nosotros no podíamos entenderlo y nosotros hablábamos aquí nuestro idioma. Y de ahí era como, por lo menos cuando yo me sentía cansada o cuando yo estaba muy llena de pecho, la compañera del frente me decía, lánzame, y así nos ayudábamos una con otra. Eso fue una parte muy buena cuando empezaron a ayudar a las venezolanas en frigorífico.⁴⁰ (Martínez, 2024).

A narrativa de Carmen transcende suas atividades laborais, isto é, a produção de carne. Nessa perspectiva, a agroindústria fica em segundo plano e dá ênfase às relações que se constituem entre as esteiras carregadas de peito de peru congelado, mesmo que essas relações sejam atravessadas por um forte choque cultural; por outro lado, não é incomum imaginar que, entre as mulheres daquela equipe, ocorram aproximações a partir do reconhecimento entre pares.

Essa condição corrobora a compreensão de História Potencial proposta por Ariella Aisha Azoulay (2024). Primeiramente, para a autora, o reconhecimento da violência e da resistência deve ser compreendido sem as noções pré-existentes daquilo que se entende como

⁴⁰ “E já pelo menos a mesa se via dividida. As haitianas estavam na parte de trás e as venezuelanas na parte da frente. É uma divisão que se fez como para familiarizar. Isso se me embolou a língua. Sentir-se como em família, sabem? As haitianas estavam lá, falavam o idioma delas, nós não conseguíamos entender e nós falávamos aqui o nosso idioma. E dali era como, pelo menos quando eu me sentia cansada ou quando eu estava muito cheia de peito, a companheira da frente me dizia: me joga, e assim nos ajudávamos uma com a outra. Isso foi uma parte muito boa quando começaram a ajudar as venezuelanas no frigorífico.” (Tradução nossa).

resistência e revolução. Segue-se a compreensão de que a perpetuação de um corpo político diferencial coexiste com a violência e, por consequência, impõe a outros grupos que compartilham o mundo agir como agressores, à medida que, mesmo contra suas vontades, são obrigados a se identificar e a cooperar com o grupo dominante. Desaprender o conceito tradicional de liberdade e reconstruí-lo sob a perspectiva de qualquer grupo social que se opôs à transformação de si em recurso e, por fim, compreender que, quando a violência é transformada em lei, cria-se uma lacuna entre os agressores e seus descendentes, à medida que esses descendentes ignoram não apenas a violência, como também rejeitam qualquer forma de oposição (Azoulay, 2024. p. 182).

Portanto, para Ariella Aisha Azoulay (2024), uma História Potencial origina-se da recusa em aceitar as consequências da violência como um fato consumado e da insistência de que há sempre algo a ser feito, pois nada em um mundo compartilhado está consumado. Considerando a perspectiva da autora, esse exercício situa-se “na objeção em participar da naturalização das consequências da violência imperial em grande parte de nossas práticas, conhecimento, desejos, imaginações e sonhos são construídas” (Azoulay, p. 98, 2024) e, dessa forma, no resgate das maneiras pelas quais sujeitos se opuseram a esse regime de poder, muitas vezes negligenciadas por meio da violência do arquivo.

Dessa maneira, a autora conduz à reflexão acerca das inúmeras histórias potenciais possíveis quando se propõe uma escrita da história comprometida com o exercício contínuo de desaprender o imperialismo. Nesse aspecto, questiona-se quantas “histórias potenciais” permanecem submersas quando se reflete sobre o processo de deslocamento de venezuelanos em Chapecó. Recusar o imperialismo, sobretudo em sua dimensão epistêmica, e encontrar nesses deslocamentos maneiras de lidar com a existência que se opõem à violência e, por conseguinte, que sejam capazes de potencializar essas histórias configura-se como um caminho possível para essa questão. Trata-se, portanto, de desaprender para aprender e, nesse sentido, essa oposição é identificada na narrativa de Carmen Martinez:

todos nosotros agarramos todos como para un chiste, como para tener ambiente feliz, contento y era algo como que yo cantaba una música y la otra me seguía y así pasábamos todo el día para que se fuera el día, un ambiente de trabajo tranquilo para que se fuera el día de trabajo porque de verdad era un trabajo pesado y la gente estaba como que angustiada [...] ¿Cuántas horas han pasado? ¿Dos horas todavía faltan? ¿Que apenas estamos llegando? ¿Que el cansancio? ¿Por qué uno se paraba en la madrugada? Simplemente compararse en un horario de madrugada ya no se sentía cansado. Y cuando veíamos que venían esos peitos grandísimos, bueno, ¿qué podíamos hacer? Solamente olvidarnos de lo que estábamos haciendo y conversar y

conversar hasta que pasara el día⁴¹ (Martínez, 2024).

Audre Lorde (2023, p. 135) chama atenção para a necessidade de examinar as diferenças entre as mulheres, bem como para a contribuição significativa que mulheres pobres, negras e lésbicas trazem a partir de suas experiências. Nesse sentido, faz-se necessária a compreensão de que essas experiências não são homogêneas e de que se escreve a partir das perspectivas de uma mulher venezuelana. Portanto, não é possível definir como cada uma dessas mulheres age diante das dinâmicas estabelecidas em seus trabalhos, tampouco o que, de fato, essas ações significavam. Contudo, o reconhecimento dessas diferenças abre espaço para outras possíveis potencialidade.

Desse modo, ao propor a construção desse contra-arquivo, busca-se pôr em xeque as representações veiculadas sobre o corpo venezuelano no que diz respeito ao seu deslocamento, evidenciando, assim, não apenas outras dimensões desse evento, mas, sobretudo, um contraponto ao que se poderia chamar de “memória da imigração venezuelana”. Nesse sentido, busca-se deslocar os ideais, a moral e as perspectivas ocidentais que, consideradas como consequências de um período moderno, buscam, a todo momento na atualidade, ser expressas como “naturais”.

4.3 ¿CÓMO TÚ ME VAS A HABLAR PARA MÍ QUE TÚ ME ESTÁS AYUDANDO CUANDO TÚ NUNCA PREGUNTÓ QUÉ ES LO QUE YO ESTOY PRECISANDO?

Chapecó, no Oeste de Santa Catarina, foi a cidade que acolheu o maior número de imigrantes venezuelanos nos últimos cinco anos. Os dados fazem parte do levantamento da Operação Acolhida – força-tarefa do governo federal em parceria com organizações para atendimento e assistência aos imigrantes – que também aponta que o estado catarinense foi a unidade da federação que mais recebeu venezuelanos no país (NSCTotal, 2023).⁴²

O uso demasiado de determinadas palavras pode passar a impressão de que, na verdade, pouco se reflete sobre o que elas têm a dizer. Assim, no contexto do deslocamento venezuelano, não é incomum encontrar reportagens, documentos e discursos políticos nos quais aparece a

⁴¹ “Nós levamos tudo como se fosse uma brincadeira, para criar um ambiente feliz e contente, era algo como eu cantava uma música e a outra me seguia, e assim passávamos o dia inteiro até o final do expediente. Um ambiente de trabalho tranquilo para que o dia de trabalho passasse, porque de verdade era um trabalho pesado e a gente estava meio angustiada ... quantas horas se passaram? ainda faltam duas horas e meia? a gente mal chegou? e o cansaço? Acordávamos de madrugada para ir ao trabalho, depois que se acostuma, não sentíamos mais cansada. E quando víamos que vinham aqueles peitos grandíssimos, bom, o que podíamos fazer? Só esquecer o que estávamos fazendo e conversar e conversar até que o dia passasse.” (Tradução nossa).

⁴² Disponível em: www.nsctotal.com.br/noticias/cidade-do-oeste-e-principal-destino-de-imigrantes-vindos-da-venezuela-saiba-por-que. Acesso em: 29/08/2024

palavra *acolhimento*, que, inclusive, a partir de uma de suas variações, dá nome à principal política pública relacionada a esse evento.

Ao aprofundar-se na compreensão do termo *acolhimento*, observa-se que suas definições estão associadas a ações que evidenciam características como afeto, amparo e conforto. A literatura brasileira apresenta inúmeras formas de compreender as definições e características que materializam esses sentimentos. Conceição Evaristo (2017), em *Becos da memória*, constrói em sua narrativa sucessivos momentos de acolhimento, ainda que sua obra trate, em essência, de contextos trágicos; não importavam o momento, o dia ou a hora, as portas da favela estavam sempre abertas para receber Bondade.

Seria possível compreender outras definições de acolhimento, até mesmo na morte do personagem de Jorge Amado, Quincas Berro D'Água, ou melhor, Joaquim Soares da Cunha. Afinal, quão acolhedor pode ser abandonar o moralismo em prol da boemia, buscando novas formas de viver e estar no mundo? As narrativas literárias de Conceição Evaristo e de Jorge Amado em nada se relacionam com o deslocamento venezuelano, mas dialogam com as inúmeras interpretações possíveis de acolhimento.

Não é original deste trabalho a compreensão de que acolhimento e deslocamento são palavras antônimas. A contradição evidencia-se na continuidade da reportagem “conforme o estudo, entre o fim de 2018, no pico da crise humanitária na Venezuela, e julho de 2023, Santa Catarina recebeu 24 mil imigrantes. Desses, 4,4 mil desembarcaram em Chapecó” (NSCTotal, 2023). A transformação dessas trajetórias em números estatísticos revela que o acolhimento, nesse contexto, trata-se, na verdade, de um recebimento dessas pessoas, mesmo que elas, em suas experiências cotidianas, não se sintam acolhidas.

Figura 4 - Maria Ángelis



Fonte: arquivo pessoal

A entrevista gravada com Maria Ángelis foi realizada na varanda de sua casa, pois, para além da entrevista, seria realizada uma sessão de fotos para um projeto cultural que ocorria em paralelo à pesquisa. Portanto, além de Maria Ángelis, estavam presentes Valéria Cenci Romanzini, minha colega em um projeto fotográfico e autora das fotografias realizadas. No momento da captura, a entrevista já havia terminado, e as fotografias eram feitas enquanto Maria Ángelis relatava seus projetos pessoais. O sorriso espontâneo estampado em seu rosto reflete a interação com as lentes de Valéria. Era como se Maria Ángelis estivesse dividida entre continuar a relatar seus projetos ou fazer uma pose para as fotos. Ela começou a rir e não cessou de compartilhar seus projetos.

Momentos antes dessa foto, o grupo estava sentado em frente à porta de sua casa, à esquerda do corredor. Maria Ángelis havia comentado: *"En la facultad también es complicado, más siempre hay una, si siempre hay una diferencia, si hay siempre alguien que te lembra que tú no eres de aquí, siempre."* Nos minutos seguintes, ela detalhou alguns episódios desse sentimento de ser lembrada, constantemente, de que era uma intrusa. Entre esses momentos, um em específico foi narrado de maneira expressivamente emotiva: trata-se do falecimento de uma de suas filhas, que permanecia na Venezuela.

Maria Angelis destacou a ocasião em que buscou ajuda no Centro de Atendimento ao Imigrante (CAI) para conseguir passagens que lhe permitissem retornar à Venezuela, a fim de que, talvez, pudesse velar o corpo de sua filha.

con las mujeres del CAI yo tuve así una cosa medio rara porque cuando mi fila muere yo quería ir embora y yo tenía mis documentaciones toda vencida. En contacto con otro me hacen hablar con una persona que la liga para la Policía Federal para que me reciban. El CAI estaba funcionando ahí en el lado y cuando yo fui lá la recepción fue muy tensa porque todo el mundo me olía y me preguntaba por qué yo conocía a aquella persona que había ligado. Sabes, tipo, y de dónde tú conoces a ella, y por qué tú conoces a ella, y quién te falou de ella, sabes, y yo tuve que mostrar a mi teléfono y que yo no conocía a nadie, que solamente me hicieron, sabes, entonces yo aquello...⁴³ (Angeles, 2024).

Eu me lembro desse evento, embora não com todos os detalhes, pois não tive envolvimento direto, haja vista que o atendimento narrado por Maria fazia parte de outro setor restrito à assistente social e psicóloga. Ainda assim, o relato de Maria Angelis deslocou minha percepção e me levou a refletir em sua fala: *“hay siempre alguien que te lembra que tú no eres de aquí, siempre.”* Segundo Maria Ángelis (2024) diante das dificuldades logísticas e burocráticas para sair do Brasil e retornar à Venezuela após o falecimento de sua filha, conseguiu o número de telefone com uma colega venezuelana para auxiliar a conseguir estabelecer contatos com brasileiros, ONGs e associações que pudessem ajudar na situação.

O objetivo, de acordo com a entrevistada, era conseguir a passagem aérea para a Venezuela. A pessoa que lhe auxiliava afirmou que poderia consegui-la desde que fossem enviados todos os documentos necessários; no entanto, estes estavam vencidos e, por conseguinte, impossibilitavam a emissão das passagens. É nesse contexto de busca pela renovação de sua documentação que Maria Ángelis se dirige ao CAI.

entonces, en eso, llego ahí y hay aquella tensión, hay aquella tensión del por qué tú la conoces, de dónde la conoces, cómo hablaste con ella, cómo esto, cómo lo otro, es un interrogatorio que tú te sientes cuando yo estoy haciendo algo mal. ¿Será que yo hablé con alguien que yo no debía? ¿Será que yo me voy a meter en un problema?⁴⁴(Angelis, 2024).

⁴³ “Com as mulheres do CAI eu tive uma coisa meio estranha, porque, quando minha filha morreu, eu queria ir embora e eu tinha meus documentos todos vencidos. Em contato com outra pessoa, me fazem falar com alguém que liga para a Polícia Federal para que me recebam. O CAI estava funcionando ali do lado e, quando eu fui lá, a recepção foi muito tensa, porque todo mundo me olhava torto e me perguntava por que eu conhecia aquela pessoa que tinha ligado. Sabe, tipo, de onde você conhece ela, e por que você conhece ela, e quem te falou dela, sabe, e eu tive que mostrar meu telefone e provar que eu não conhecia ninguém, que só me indicaram, sabe, então aquilo tudo.” (Tradução nossa)..

⁴⁴ “Então, nisso, cheguei lá e tem aquela tensão, tem aquela tensão do por que você a conhece, de onde você a conhece, como você falou com ela, como isso, como aquilo, é um interrogatório que você se sente como se estivesse fazendo algo errado. Será que eu falei com alguém que não devia? Será que eu vou me meter em um problema?” (Tradução nossa).

Não é possível afirmar quais eram as intenções das pessoas que a receberam e realizaram tais questionamentos, o que conduz à reflexão sobre as situações cotidianas que possibilitaram a construção desse sentimento de não pertencimento. No seguimento da entrevista, o sentimento de exclusão volta a aparecer de maneira enfática em sua narrativa. Ao relatar sua experiência de trabalho no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Maria Angelis aponta que, após a mudança de governo e da liderança na instituição, passou a sentir-se invisível, sem obrigações ou atividades a serem cumpridas, mesmo tendo disponibilidade para trabalhar.

Yo no tenía ni una actividad para fazer, mismo teniendo las posibilidades de hacer, ¿sabe? Y eso fue terrible. Incluso, ellos me ofrecieron un segundo año de contrato, porque tu ten dos años solamente de frentista y yo me falei que no, porque mi problema para ayudar a todo mi trabajo era procurar a los meninos a la escuela y los horarios chocaban porque cuando acepté un trabajo no era la misma condición, era un año después que todo muda y todas las cosas que yo tenía que cuidarse de los meninos, y entonces comenzó aquella confusión dentro del trabajo, me botaron más horas de trabajo para yo poder salir esa hora de medio día procurando a los meninos, y ya no era de 8 a 2 y de 8 a 5 yo comencé a hacer mi carterilla de motorista y ellos me faloron que yo tenía que tirar manos de las cosas que yo no podía hacer⁴⁵ (Angelis, 2024).

Os episódios cotidianos de exclusão promovem uma dualidade: por um lado, parecem soar, segundo Maria Ángelis, como um lembrete de que esse não é o seu lugar. Por outro, levantam a hipótese de que, na perspectiva de seus antigos supervisores, era factível acreditar que uma oferta de trabalho poderia ser considerada uma ajuda, um ato de caridade — mesmo que essa “ajuda” em nada pudesse efetivamente contribuir para a resolução do problema em questão —, fruto de uma suposta benevolência.

Nessa perspectiva, a recusa de Maria Angelis à transformação de seu corpo em uma condição de subalternidade, que lhe impõe a concepção de que sua existência está voltada ao trabalho e à necessidade de sobreviver, demonstra parecer à comunidade autóctone algo “impensável”⁴⁶, uma vez que a representação imposta sobre esses corpos está inserida em uma lógica imperial, linear e atrelada ao progresso (Azoulay, 2024. p. 184).

Entonces me faloron que para mí ayudar, ellos me iban a trocar de aquí para el centro de donaciones en el Centro. ¿Y yo... primero que pide ayuda? Y segundo como es

⁴⁵ “Eu não tinha nem uma atividade para fazer, mesmo tendo as possibilidades de fazer, sabe? E isso foi terrível. Inclusive, eles me ofereceram um segundo ano de contrato, porque você tem só dois anos como frentista, e eu disse que não, porque meu problema para ajudar em todo o meu trabalho era buscar as crianças na escola, e os horários batiam, porque, quando aceitei o trabalho, não era a mesma condição, era um ano depois que tudo muda, e todas as coisas que eu tinha que cuidar das crianças. E então começou aquela confusão dentro do trabalho, me botaram mais horas de trabalho para eu poder sair àquela hora do meio-dia buscando as crianças, e já não era de 8 às 2, e de 8 às 5 eu comecei a fazer minha carteira de motorista, e eles me falaram que eu tinha que largar mão das coisas que eu não podia fazer.” (Tradução nossa).

⁴⁶ Ver: **TROUILLOT, Michael-Rolph.** *Silenciando o passado: poder e a produção da história*. Tradução de Sebastião Nascimento. Rio de Janeiro: Cogobó, 2024.

que si yo tengo un problema de preocupación me envío a mi hijo allí, en Jardín del Lago, que ellos estudian ahí. ¿Yo voy a ser ayudada ahora trabajando en el Centro? ¿Me entendió? Y... Entonces, el silencio me ha ayudado a que yo acepte que las cosas no son como yo quiero. Y entonces, eso me sentí como un insulto. Porque yo estoy comprendiendo lo que estás haciendo. ¿Yo estoy comprendiendo lo que tú... me entiendes?⁴⁷ (Angelis, 2024).

Quando se permite olhar para esse evento a partir de uma perspectiva que se propõe à tentativa de uma história potencial, deixa-se de enxergar apenas venezuelanos em condições de vulnerabilidade, em busca de emprego, de regulamentação migratória, em refúgio e, sobretudo, como sujeitos que estariam sempre à mercê da benevolência e do olhar humanitário.

Ao exercer o direito de não agressão (Azoulay, 2024), torna-se possível deslocar a percepção e compreender uma mulher que lamenta o luto pela filha, as dificuldades de inserção em uma sociedade cujo idioma desconhece, mesmo nos pequenos detalhes, como pedir uma parada de ônibus. Passa-se a enxergar pessoas — homens e mulheres, trabalhadores braçais, profissionais liberais, professores, entre outras —, indivíduos distintos, com diferentes perspectivas e visões sobre o mundo em que vivem e, como consequência, deslegitima-se o discurso de uma história única sobre a presença venezuelana em Chapecó, ou, em outras palavras, amplia-se a compreensão de inúmeras e iminentes histórias potenciais presentes nesses deslocamentos.

Quando se reduzem esses corpos às categorias impostas pelas instituições que os leem socialmente, reproduzem-se pressupostos imperialistas que moldaram essas noções. Dessa forma, condenam-se esses corpos a uma história de violência, classificando-os como “outros”, como corpos políticos e sociais subjugados a partir de seus conceitos diferenciais. Ora, por que se insiste em marcá-los com essa diferença? À medida que se ressaltam os impactos — quase sempre apresentados como aspectos negativos — desse deslocamento para as cidades, dos discursos políticos e xenofóbicos, das condições geopolíticas e das precariedades do trabalho, por que se insiste em condená-los a uma história de violência, lembrando-os constantemente de que não pertencem a esse lugar?

Naturalizam-se essas tecnologias de tal modo que, por algum momento, parecem intrínsecas à condição humana na Terra. Contudo, pouco se questionam as estruturas que tornaram possível a materialização dessas condições. Se os poderes imperialistas, a partir da

⁴⁷ “Então me falaram que para me ajudar, eles iam me transferir daqui para o centro de doações no Centro. E eu... primeiro que pede ajuda? E segundo, como é que se eu tenho um problema de preocupação me enviam meu filho ali, no Jardín del Lago, que eles estudam lá. Eu vou ser ayudada agora trabalhando no Centro? Entendeu? E... Então, o silêncio me ajudou a aceitar que as coisas não são como eu quero. E então, isso eu senti como um insulto. Porque eu estou compreendendo o que você está fazendo. Eu estou compreendendo o que você... me entende?” (Tradução nossa).

lógica neoliberal, insistem em tornar os sujeitos atores do progresso, deve-se promover seu regresso. Isso não significa retornar a uma determinada lógica ou temporalidade, mas permitir-se imaginar e até mesmo criar novas possibilidades de estar no mundo e de conceber a existência. Insiste-se na compreensão de que, dentro da lógica neoliberal em que se vive, não há futuro para as pessoas marginalizadas por regimes de poder dominantes serem capazes de conceber suas vidas de forma plena. Para Françoise Vergès (2023, p. 79) “não permitir esse exercício é admitir que o mundo é imutável. Criar utopias emancipatórias dentro da tradição daqueles que os/as dominados/as alimentaram desde sempre permite agir e tornar possível o que todos acreditam impossível”.

No entanto, é necessário cautela para não negar as realidades dos fatos e das problemáticas que, por um lado, impulsionam esses deslocamentos e, por outro, os limitam. O interesse reside, assim, na tentativa de compreender a totalidade que compõe os eventos desses processos de deslocamento, buscando exercitar o que Ariella Aisha Azoulay (2024, p. 256) define como o letramento do imperdoável contra o dano causado pelo arquivo a esses corpos. Deve-se redefinir a pergunta-problema, que levanta a possibilidade de compreender a violência projetada sobre esses corpos como uma história da imigração venezuelana no Brasil, para uma história que pertence às ferramentas da modernidade, bem como às maneiras pelas quais se organiza este mundo. Essa reconfiguração é, por si só, um movimento de potência.

4.4 *NO SOMOS SOLAMENTE LAS PERSONAS QUE PRECISAMOS, TAMBIÉN SOMOS PROFESORES, TAMBIÉN SOMOS ESTUDIANTES*

Um grupo com 59 migrantes venezuelanos desembarcaram nesta semana, em Chapecó, para iniciar uma nova fase a partir de oportunidades de emprego em cidades do Oeste de Santa Catarina e Norte do Rio Grande do Sul. Eles estavam abrigados em centros de acolhimento em Boa Vista (RR). Trinta e um deles foram contratados para trabalhar numa indústria de alimentos na região de Seara, no Oeste catarinense, e um venezuelano segue viagem para Frederico Westphalen, no Norte do Rio Grande do Sul, onde vai trabalhar numa empresa de peças mecânicas (Correio do Povo, 2020).

Abdelmalek Sayad, ao tratar da imigração e dos paradoxos da alteridade, explica a matéria jornalística com notável destreza. Sayad (1998, p. 54–55), ao buscar compreender o que é um imigrante, entende a figura do imigrante, essencialmente, como uma força de trabalho provisória e condicionada ao mercado de trabalho do país receptor, neste caso, materializada nas cidades que compõem as regiões Oeste de Santa Catarina e Norte do Rio Grande do Sul. Segundo Sayad (1998), a condição de imigrante está intrinsecamente vinculada ao desempenho de uma função laboral específica, que lhe confere existência social e jurídica temporária.

Dessa forma, de acordo com Sayad (1998), o trabalho não apenas legitima a presença do imigrante na sociedade de imigração, mas também determina os limites dessa presença, uma vez que a ausência ou o término da atividade laboral implica a negação ou a “morte” social do imigrante. Assim, o imigrante é colocado em uma situação ambígua: apesar de ser utilizado como força de trabalho indispensável, permanece marginal e provisório, reduzido a um elemento cuja permanência depende de sua utilidade econômica (Sayad, 1998, p. 55).

Esse paradoxo, abordado pelo autor, entre ser imprescindível como trabalhador e, ao mesmo tempo, permanecer marginalizado, evidencia a natureza dual e contraditória da alteridade que o imigrante encarna na sociedade contemporânea, explicitada no processo de deslocamento de venezuelanos para Chapecó. Contudo, segundo Azoulay (2024, p. 111), o campo fenomenal é fabricado, e a violência na produção dessas categorias, quando perceptível, é em grande parte estrutural e institucionalizada.

Em outras palavras, a categoria “imigrante” é fabricada por instituições que, por conseguinte, impõem uma violência estrutural que naturaliza papéis sociais e políticos, tornando-os quase inevitáveis e imutáveis, como exemplificado por Sayad (1998, p. 55), ao compreender que o “imigrante” só existe por causa do trabalho, sendo este o que lhe faz nascer, ser e morrer. No entanto, para Azoulay (2024, p. 111), a História Potencial rejeita essa naturalização à medida que explora a recusa dessas imposições. O movimento de recusa a essa naturalização é explicitado por Maria Angelis

Tengo ese proyecto me reúno con unas personas hacer cultura los sábados de tarde que me acaso también haciendo esa planificación de cómo nos ayudan entre pueblo también de cómo nos mostramos lo que somos verdad que no somos solamente las personas que precisamos, que también somos profesores que también somos estudiantes que también somos más todas esas cosas⁴⁸ (Angelis, Maria. 2024).

A articulação entre a comunidade venezuelana relatada por Maria Angelis é ofuscada nos espaços de circulação de informação, nos discursos e posicionamentos de autoridades políticas e, sobretudo, na composição de dados estatísticos sobre esse movimento. Para Azoulay (2024, p. 182), o não reconhecimento deve ser analisado sem uma compreensão pré-existente do que se entende por resistência.

Esse movimento pode ser observado na obra de Grada Kilomba, *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*, quando a autora realiza uma série de

⁴⁸ Tenho esse projeto, eu me reúno com algumas pessoas para fazer cultura nas tardes de sábado, que, por acaso, também estou fazendo esse planejamento de como nos ajudamos entre o povo, também de como nos mostramos como aquilo que somos, na verdade, que não somos somente as pessoas que precisamos, que também somos professores, que também somos estudantes, que também somos mais, todas essas coisas

questionamentos sobre quais sujeitos possuem o direito de produzir academicamente. Qual discurso pode ser reconhecido e qual não pode?

Não é que não tenhamos falado, o fato é que nossas vozes, graças a um sistema racista, têm sido sistematicamente desqualificadas, consideradas conhecimento inválido; ou então representadas por pessoas brancas que, ironicamente, tornam-se “especialistas” em nossa cultura, e mesmo em nós (Kilomba, 2020, p. 51).

Na perspectiva de Kilomba sobre os discursos acadêmicos, não se trata de afirmar que esses sujeitos não produzem academicamente; é, justamente, o oposto: essas produções situam-se à margem e não dialogam com os métodos científicos tradicionalmente aceitos, espaço que historicamente foi ocupado e idealizado para atender aos interesses do/a sujeito branco/a.

Entretanto, tal reflexão não deve, de modo algum, ser compreendida como a afirmação de que todos/as os/as que experienciam as opressões de um mundo colonizado são cientistas de seu próprio tempo. Trata-se, na verdade, daqueles/as que, a partir do reconhecimento de suas próprias marginalidades, foram capazes de produzir saberes e compreensões críticas deste mundo e da sociedade, que reconheceram seus corpos como campo político e se impuseram, a seu modo, contra a violência que sobre eles recai. Nesse sentido, como não as considerar como outras possíveis formas de produção do conhecimento? Ao ignorá-las, seria possível compreender a historiografia, sob uma perspectiva academicista, como ferramenta que pressupõe a objetificação do corpo como campo de pesquisa?

Para Allan Kardec Pereira (2021), essa perspectiva coloca esses corpos como capazes de contribuir para o saber histórico, mas não como produtores desse saber. Portanto, se assim se concorda, pode-se falar sobre essa marginalidade, desde que o discurso esteja colocado no centro, não sendo possível falar sobre a margem a partir da própria margem (hooks, 2019).

Estoy trabajando en un proyecto audiovisual igual para mostrar también un vídeo y un documental las historias también de algunos venezolanos y eso más que queremos porque nosotros venimos con un plan mismo que sea un, dos días o tres que nosotros queramos estar aquí en Chapeco, nosotros tenemos un plan y el plan es de superación. No es todo como que hay bueno 30 años en aurora, no es que necesitamos tanto para poder hacer tanto, para poder volver quizás o para poder traer, me entendió, entonces motivada también a que somos mucho más que y que la población sigue creciendo, no es como a Venezuela nos desconocemos un movimiento migratorio, lo desconocemos por total, las venezolanas salían de viajes, no de migrante, huyendo de ningún lado⁴⁹ (Angelis, 2024).

⁴⁹ Estou trabalhando em um projeto audiovisual, igualmente para mostrar também um vídeo e um documentário, as histórias também de alguns venezuelanos, e isso é mais o que queremos, porque nós viemos com um plano, mesmo que seja um, dois dias ou três que nós queiramos estar aqui em Chapecó, nós temos um plano, e o plano é de superação. Não é tudo como se fosse, ah, bom, 30 anos em Aurora, não é que precisamos de tanto para poder fazer tanto, para poder voltar talvez ou para poder trazer, entendeu, então também motivada a que somos muito mais do que isso e que a população segue crescendo, não é como na Venezuela, nós desconhecemos um movimento

Durval Muniz de Albuquerque Jr. (2007, p. 95) salienta que a história necessita criar formas de dar glória aos indivíduos subalternizados. Em uma primeira leitura, foi possível compreender que se tratava de registrar, documentar, de “dar voz” a esses indivíduos. Durval estaria, porventura, sugerindo a necessidade de discutir novas teorias da história — talvez não inteiramente novas, mas certamente (in)disciplinadas, isto é, que transgredissem fronteiras epistemológicas e dialogassem de maneiras distintas — capazes de abordar as particularidades das vidas desses sujeitos subalternizados.

Nesse sentido, ao tratar de uma história que aborde processos de deslocamento venezuelano, considera-se insuficiente negligenciar a interdisciplinaridade, sobretudo a prática de observar e descrever, conforme evidenciado na narrativa de Maria Angelis. Seria possível discutir esse evento de maneira que não perpassasse a interdisciplinaridade, a descrição e o testemunho? Para Allan Kardec Pereira (2021), em uma perspectiva sobre estudos de negritude, a literatura negra “sempre foi descritiva, ou seja, expôs o real da vida e das experiências negras, partindo do ponto de vista dos próprios negros, como uma espécie de participante observador.” (Pereira, 2021, p. 485).

Persiste-se na concepção de que falar sobre experiências marginalizadas implica, consequentemente, pensar interdisciplinarmente. Assim, ao ser observada por distintas lentes, a discussão sobre experiências marginalizadas de venezuelanos em Chapecó torna-se um tema intrinsecamente interdisciplinar, sendo capaz de contribuir para reflexões, desaprendizagens e, por conseguinte, novas formas de percepção desse deslocamento.

Portanto, ao perseguir o questionamento levantado por Eduardo Ferraz e Francisco Gouveia de Souza: “como repensar a disciplina histórica a partir do reconhecimento de que há uma violência fundacional na modernidade que define quais corpos/histórias podem ou não ter vida narrada a partir de arquivos/historiografias?” (Ferraz; Souza, 2023, p. 91), observa-se que os autores, em um ensaio sobre racismo e arquivo, tecem reflexões baseadas em produções de Hartman, Kilomba, Mbembe e Lélia Gonzalez, nas quais as fontes de Hartman e Kilomba não podem ser encontradas nos arquivos, mas na ausência deles. A crítica dos autores situa-se na medida em que, sob uma perspectiva histórico-arquivística, a história, enquanto disciplina, estaria fadada a narrar corpos e histórias de indivíduos que se beneficiaram da colonização e, por conseguinte, de sua violência.

migratório, desconhecemos totalmente, as venezuelanas saíam de viagem, não de migrante, fugindo de nenhum lugar.

Por fim, os autores defendem que os discursos situados em ou a partir da África, ao tratarem de críticas ao racismo e à descolonização, constituem análises e reflexões radicalmente distintas; por isso, evidenciam uma pluralidade intelectual, contrariando uma visão homogênea das vozes negras (Ferraz; Souza, 2023, p. 91). Embora apresentem correlações, como aponta Pereira (2021), os discursos de vozes negras não são homogêneos em seu âmbito metodológico. Na obra de Achille Mbembe, o discurso aponta para o futuro, em um exercício de pensar os sentidos ocidentais e colonizadores atribuídos aos bens expropriados da África. Na perspectiva apresentada por Ferraz e Souza (2023, p. 93), o conceito de “obra de arte” possui um sentido ocidental e colonizador e, à medida que esses bens são repatriados, retoma-se seu sentido original. Portanto, coloca-se a indagação: descolonizar é (re)africanizar?

Por outro lado, o discurso de Grada Kilomba aponta para o cotidiano, ou melhor, para as violências coloniais presentes na sociedade, e “envolve mais um diagnóstico da colonização do que propriamente possibilidades de futuro” (Ferraz; Souza, 2023, p. 93). Essa concepção torna-se evidente a partir dos interesses da própria autora:

Eu, como mulher negra, escrevo com palavras que descrevem minha realidade, não com palavras que descrevam a realidade de um erudito branco, pois escrevemos de lugares diferentes. Escrevo da periferia, não do centro. Este é também o lugar onde eu estou teorizando, pois coloco meu discurso dentro da minha própria realidade (Kilomba, 2019, p. 58-59).

A autora busca o reconhecimento de um discurso que parte de um lugar que não se enquadra no tradicional acadêmico e questiona quais corpos possuem o direito de falar academicamente: corpos brancos ou não brancos? Quais espaços podem ser ocupados por esses corpos e quais não podem? Os interesses da autora têm como um de seus objetivos descolonizar o meio acadêmico, o mesmo ambiente que lhe questiona se deve ou não ocupar a biblioteca universitária (Kilomba, 2019) e que, a partir de uma violência racial, não a reconhece como intelectual. Nessa perspectiva, os interesses da autora partem de si e de suas experiências e, portanto, partem do e para o presente, o que não significa, assim como apontam Ferraz e Souza (2023), que não se abram possibilidades para o futuro.

Um ponto que se busca levantar refere-se justamente às especificidades que circundam esses discursos. Achille Mbembe parte de África para teorizar acerca da descolonização a partir de sua própria origem, enquanto Grada Kilomba, mesmo tendo raízes em São Tomé e Príncipe, experimenta cotidianamente a opressão de ser afro-portuguesa em um espaço geográfico europeu, o que suscita a indagação sobre ser esse um dos pontos de interesse de seu trabalho. Por outro lado, Saidiya Hartman, de origem afro-estadunidense, busca esclarecer e conhecer seus antepassados — “afinal, quem é Hartman?” — e, em *Vidas rebeldes*, seus interesses

concentram-se em valorizar e honrar histórias de mulheres negras que, no início do século XX, foram negligenciadas pelos arquivos, as inúmeras “Vênus” que podem ser encontradas nesses acervos. Os dispositivos que perpetuam esse passado levantam a hipótese de que a escravidão constitui um passado que pertence à modernidade, uma herança projetada sobre os corpos negros, e não à colonialidade (Ferraz; Souza, 2023, p. 95).

Neste trabalho, bebe-se dessa fonte metodológica à medida que se propõe tensionar arquivos que, em grande medida, vinculam o deslocamento venezuelano ao que Abdelmalek Sayad (1998, p. 55) definiu como essencialmente condicionado ao trabalho provisório. Não se podem negar os argumentos levantados por Sayad e, portanto, busca-se, a partir da história oral, encontrar a recusa dessa subjugação no interior desse movimento. Dito de outra maneira, trata-se de compreender a recusa constante existente na transformação de seus corpos em recursos.

y yo también quisiera mostrarlo en proyecto social, un proyecto educativo, un proyecto con reciclaje que nos incluyan, que nos incluyan en los procesos culturales que tienen aquí en Chapeco que nos incluyan en los institutos públicos, que nos incluyan en las microempresas que sabemos que podemos usar si ir a carteras motoristas, ¿sabe?, porque hay muchas cosas que también desconocemos a nivel de leyes, a nivel de... desconocemos bastantes cosas y si Venezuela tiene todo eso, más en Venezuela nosotros hacemos mucho lo que nos da la gana ¿me entendió?⁵⁰ (Angelis, Maria. 2024).

Quando se reflete acerca de uma História Potencial, compreende-se a necessidade de agir no tempo presente e não mais buscar engendrar possíveis futuros. Trata-se, portanto, de rebobinar a história anterior à imposição da violência imperial como ordem e reafirmar os mundos, culturas e identidades que foram destruídos em nome do progresso e, sobretudo, de evidenciar os momentos de resistência, as formas pelas quais esses mundos, culturas e identidades se opuseram ao progresso. Recusar as possibilidades futuras que surgem e/ou surgiram como consequência da violência e reafirmar a ancestralidade que se seguiu até o marco da violência é, para Azoulay (2024), onde reside a potência.

Contudo, toma-se consciência dos inúmeros esforços em pensar uma história que se proponha a ser combativa à violência que recai sobre esses corpos, bem como a compreender os fatores sociais que constituem a produção desses saberes. Nessa lógica, mesmo inclinado a seguir caminhos nem sempre semelhantes, considera-se válida toda forma de se opor a essa dada “ordem”.

⁵⁰ E eu também gostaria de mostrar isso em um projeto social, um projeto educativo, um projeto com reciclagem, que nos incluam, que nos incluam nos processos culturais que existem aqui em Chapecó, que nos incluam nos institutos públicos, que nos incluam nas microempresas que sabemos que podemos utilizar, sem ir a carteiras, motoristas, sabe?, porque há muitas coisas que também desconhecemos em nível de leis, em nível de... desconhecemos bastantes coisas, e se a Venezuela tem tudo isso, mas na Venezuela nós fazemos muito o que nos dá vontade, você me entendeu?

As maneiras pelas quais o ideal de “progresso” moldou a sociedade que habita o território atualmente evidenciam que essa lógica não se findou, isto é, não pertence ao passado. Desse modo, recusar esse regime deve ser compreendido não como condená-lo ao passado e, por isso, considerar que nada se pode fazer, pois, como lembra Azoulay (2024), nada, em um mundo compartilhado, é um fato consumado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou promover um deslocamento das representações impostas pelos arquivos que constituem a memória da presença venezuelana na cidade de Chapecó, com o objetivo de compreender como esse processo tem sido representado predominantemente pela vinculação ao trabalho na agroindústria e como essa representação reduz a compreensão das experiências, subjetividades e complexidades sociais desses sujeitos.

A investigação buscou, portanto, deslocar essa representação construída por meio do tensionamento entre arquivos oficiais, mídias e história oral, situando esse deslocamento não apenas como um fenômeno de mobilidade física, mas, sobretudo, como um processo que se propõe a refletir novas formas de compreensão desse evento em seus campos social, cultural e político. Ao adotar o deslocamento como categoria analítica central, o trabalho objetivou — sem desconsiderar as adversidades enfrentadas nessas trajetórias — ir além das visões que caracterizam, em geral, o corpo venezuelano em meio à vida precária e arrasada, ampliando o foco para a análise das múltiplas experiências que permeiam a presença venezuelana no contexto do Oeste catarinense.

As trajetórias apresentadas ao longo do estudo evidenciam que o deslocamento venezuelano para Chapecó não pode ser reduzido à concepção de mão de obra voltada para setores estratégicos da cidade, revelando, por conseguinte, a potencialidade que esses deslocamentos possuem, entendida, neste trabalho, como formas de resistir passivamente à transformação de seus corpos em ferramentas de trabalho.

A representação do venezuelano como mão de obra atribuída a esses corpos, veiculada nas mídias e em dados estatísticos, é compreendida por meio de processos de enquadramentos institucionais e sociais que estabelecem categorias diferenciais, tais como refugiado e imigrante, as quais, por vezes, reduzem a compreensão da pluralidade das identidades e trajetórias desses indivíduos. A pesquisa buscou demonstrar que, embora presentes nas práticas e nos discursos cotidianos, as dimensões subjetivas e políticas do deslocamento permanecem

marginalizadas ou invisibilizadas nas representações dominantes, que reduzem esses sujeitos a uma demanda de mão de obra para o setor agroindustrial. Assim, a resposta à pergunta de pesquisa indica que a vinculação dos venezuelanos ao trabalho na agroindústria limita o entendimento de suas experiências sociais, culturais e políticas, aprisionando-os em uma “história única” que, por conseguinte, os converte em um corpo político subalternizado.

Neste trabalho, buscou-se contribuir, a partir de experiências pessoais e de observação, para o debate teórico que se segue, ao tensionar as fronteiras epistemológicas e conceituais existentes nas políticas públicas migratórias e humanitárias, bem como ao problematizar a produção do arquivo no qual esse evento está calcado e os regimes de poder que pautam a representação dos venezuelanos em Chapecó. Em outras palavras, buscou-se refletir a presença venezuelana sob uma perspectiva que valoriza a história oral e uma análise centrada na subjetividade dos sujeitos, objetivando contribuir para uma compreensão mais ampla e crítica do fenômeno do deslocamento venezuelano no contexto local.

Quanto às limitações, compreende-se que o processo de deslocamento é volátil e que suas dinâmicas estão em constante transição. Assim, o recorte específico de entrevistas que continham espontaneamente informações pertinentes aos temas investigados pode limitar a abrangência das conclusões em relação a outras realidades, inclusive na própria cidade. Ademais, diante do recorte temporal, bem como dos limites político-institucionais, não foi possível avançar na análise de documentos empresariais, como arquivos produzidos por setores industriais da cidade, nem de documentos produzidos pelo poder público municipal e federal, o que limitou a pesquisa a arquivos disponibilizados na internet, como reportagens de jornais, dados estatísticos e discursos políticos.

Outra questão refere-se à fundamentação teórica desta dissertação de mestrado, haja vista que se baseia na compreensão de mundo proposta por Ariella Aisha Azoulay. A autora escreve sob a perspectiva do genocídio do povo palestino, posicionando-se contra o regime imperialista, bem como seus mecanismos e suas ramificações.

Portanto, a história potencial, proposta pela autora, coloca como alternativa os arquivos que constituem o evento palestino e mobiliza conceitos e ideias fundamentais para a noção de história potencial no contexto levantado pela autora. Estes, por sua vez, não encontram, necessariamente, campo fértil no contexto da presença venezuelana em Chapecó, mas são importantes para a compreensão da História Potencial.

Por fim, este estudo buscou contribuir para que pesquisas futuras possam ampliar o debate sobre as experiências sociais dessas trajetórias. Deslocar o olhar que se coloca sobre

esses corpos significa continuar uma travessia em direção a novos caminhos e a outras formas de compreensão da existência humana; é, acima de tudo, aprofundar-se nas histórias potenciais iminentes presentes nesse movimento de deslocamento.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado**. Bauru: Edusc, 2007.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). **Estratégia de interiorização**. [ca. 2026]. Disponível em: <https://help.unhcr.org/brazil/informativos-para/populacao-venezuelana/estrategia-de-interiorizacao/>. Acesso em: 8 nov. 2025.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

APONTE BLANK, Carlos. El CLAP y la Gran Corrupción del siglo XXI en Venezuela. **Agroalimentaria**, Mérida, v. 26, n. 50, p. 147-166, jun. 2020.

ÁVILA, Arthur Lima de. Indisciplinando a historiografia: do passado histórico ao passado prático, da crise à crítica. **Revista Maracanã**, v. 0, p. 35-49, 2018.

AZOULAY, Ariella Aisha. **História Potencial: desaprender o imperialismo**. Tradução: Célia Euvaldo. São Paulo: Ubu Editora, 2024.

BAENINGER, Rosana. Governança das migrações: migrações dirigidas de venezuelanos e venezuelanas no Brasil. In: BAENINGER, Rosana; SILVA, João Carlos Jarochinski. **Migrações Venezuelanas**. Campinas: NEPO/UNICAMP-FAPESP, 2018. p. 135-140.

BAENINGER, Rosana, DEMÉTRIO, N., & DOMENICONI, J. de O. (2021). **Migrações dirigidas: estado e migrações venezuelanas no Brasil**. *Revista Latinoamericana De Población*, 16, e202113. <https://doi.org/10.31406/relap2022.v16.e202113>

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 183-192.

BRASIL. **Decreto Presidencial nº 9.285**, de 15 de fevereiro de 2018. Reconhece a situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária na República Bolivariana da Venezuela. **Diário Oficial da União**, Brasília, seção 1, p. 3, 16 de fevereiro de 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.684, de 24 de junho de 2018**. Dispõe sobre a contratação, por tempo determinado, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público decorrente de calamidade pública e dá outras providências. *Diário Oficial da União: Poder Executivo*, Brasília, DF, 24 jun. 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Lei/L13684.html. Acesso em: 29 out. 2025.

BRASIL. **Medida Provisória nº 820, de 14 de agosto de 2018**. Dispõe sobre o Serviço Médico-Veterinário Oficial, dá outras providências e altera dispositivos da legislação

pertinente. *Diário Oficial da União*: Poder Executivo, Brasília, DF, 14 ago. 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/mpv/mpv820.html. Acesso em: 29 out. 2025.

BRICEÑO-LEÓN, Roberto. **La modernidad mestiza**: estudios de sociología venezolana. Caracas: Editorial Alfa, 2018.

CHAVES, João Freitas de Castro. *Humanitarismo, migração e trabalho precarizado no Brasil: em busca dos nexos possíveis*. In: **ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**, 46., 2022, **SPG n. 26**: Migrantes internacionais no(s) interior(es) do Brasil: trajetórias e estruturas de acolhimento em cidades médias. *Anais [...]*. ANPOCS, 2022.

CORREIO DO POVO. *Migrantes venezuelanos chegam a Chapecó para iniciar nova vida em SC e RS*. *Correio do Povo*, [S. l.], 8 out. 2025. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/cidades/migrantes-venezuelanos-chegam-a-chapec%C3%B3-para-iniciar-nova-vida-em-sc-e-rs-1.495913>. Acesso em 8 nov. 2025

CLICRDC. **Entrevista | Chapecó é o terceiro município do Brasil com mais imigrantes e lidera geração de empregos**. ClicRDC, 25 fev. 2025. Disponível em: <https://clicrdc.com.br/chapeco/entrevista-chapeco-e-o-terceiro-municipio-do-brasil-com-mais-imigrantes-e-lidera-geracao-de-empregos/>. Acesso em: 8 nov. 2025.

CUNHA, Raquel Basílio. A relação significante e significado em Saussure. **ReVEL**. Edição especial n. 2, 2008.

DOMENICONI, Joice; BAENINGER, Rosana; BELMONTE DEMÉTRIO, Natália. Migrações venezuelanas:: trabalhadores do conhecimento no Brasil. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, [S. l.], v. 13, n. 26, p. 182–203, 2021. DOI: 10.14295/rbhcs.v13i26.13124. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/13124>

DORNER, Sofia. *Cidade do Oeste de SC é principal destino de imigrantes vindos da Venezuela*. *NSC Total*, 27 set. 2023. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/cidade-do-oeste-e-principal-destino-de-imigrantes-vindos-da-venezuela-saiba-por-que>. Acesso em: 29 ago. 2024

EVARISTO, Conceição. **Becos da Memória**. Rio de Janeiro: Pallas Editora, 2017.

FACUNDO, Ângela. **Êxodos, refúgios e exílios**: colombianos no sul e sudeste do Brasil. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2017. 338p.

FERRAZ, Eduardo; SOUZA, Francisco Gouvea de. Racismo e arquivo. **Revista de Teoria da História**, v. 26, n. 1, p. 81-99, 27 jul. 2023.

FOUCAULT, Michel. Aula de 17 de março de 1976. In: FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. Tradução: Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2002. p.285-315.

HARTMAN, Saidiya. **Perde a Mãe**: uma jornada pela rota atlântica da escravidão. Tradução: José Luiz Pereira da Costa. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021. 357p.

HARTMAN, Saidiya. **Vidas Rebeldes, Belos Experimentos**: história íntimas de meninas negras desordeiras, mulheres encenqueiras e queers radicais. São Paulo: Fósforo, 2022. 432p.

HASS, Monica. Do coronelismo tradicional ao novo coronelismo: reflexões a partir do cenário político e social do Oeste de Santa Catarina. In: RADIN, José C.; VALENTINI, Delmir J.; ZARTH, Paulo A. (org.). **História da Fronteira Sul**. Chapecó: Editora UFFS, 2015.

HOOKS, Bell. **Anseios**: raça, gênero e políticas culturais. Tradução Jamille Pinheiros Dias. São Paulo: Elefante, 2019.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução: Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2020. 244p.

KOSELLECK, Reinhart; MEIER, Christian; GÜNTHER, Horst; ENGELS, Odilo. **O conceito de história**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2013. Tradução de René E. Gertz.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LÓPEZ MAYA, Margarita. La crisis del chavismo en la Venezuela actual. **Estudios Latinamericanos, Nueva época**, n. 38, p. 159-185, jul.-dez. 2016.

LÓPEZ MAYA, Margarita. Venezuela: ¿por qué cayó la democracia? **Revista Mexicana de Sociología**, Ciudad de México, v. 83, número especial, p. 119-143, maio 2024.

LORDE, Audre. **Irmã Outsider**: ensaios e conferências. Tradução: Stephanie Borges. 3. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

MARTINO, Andressa Alves; MOREIRA, Julia Bertino. A política migratória brasileira para venezuelanos: do “rótulo” da autorização de residência temporária ao do refúgio (2017-2019). **REMHU - Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.**, Brasília, v. 28, n. 60, p. 151-166, dez. 2020.

MARTINS, Ana Cláudia Sampaio; ALMEIDA, Ana Luiza Nunes. O discurso histórico-literário construído por Tabajara Ruas, em Netto perde sua alma. **Letrônica**, v. 9, n. 1, p. 111, 6 maio 2016.

ND MAIS. Trabalhador venezuelano morre eletrocutado em frigorífico de Chapecó. *ND Mais*, 08 abr. 2025. Disponível em: <https://ndmais.com.br/seguranca/trabalhador-venezuelano-morre-eletrocutado-em-frigorifico-de-chapeco/>. Acesso em: 8 nov. 2025.

OLIVEIRA, Wagner Farias de. Trajetórias de migrantes por demanda de empregadores locais no mercado de trabalho formal brasileiro na década de 2010. In: CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. **Relatório Anual 2021 – 2011-2020**: Uma década de desafios para a imigração e o refúgio no Brasil. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e

Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2021

PEREIRA, Allan Kardec. Escritas insubmissas: disciplinando a História com Hortense Spillers e Saidiya Hartman. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 14, n. 36, p. 481–508, 2021. DOI: 10.15848/hh.v14i36.1719. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1719>. Acesso em: 26 nov. 2023.

PÓVOA NETO, Helion; REZNIK, Luís. **História da imigração no Brasil**. v. 2: *A migração contemporânea*. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2024.

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. Tradução de Wagner Oliveira Brandão.

RADIN, José Carlos. Um olhar sobre a colonização da Fronteira Sul. In: RADIN, José C.; VALENTINI, Delmir J.; ZARTH, Paulo A. (org.). **História da Fronteira Sul**. Chapecó: Editora UFFS, 2015.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 2. ed. 20. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

RIBEIRO, Vicente Neves da Silva. Os Caminhos de uma Nova Siembra Petrolera: distribuição e circulação da renda petroleira na Venezuela bolivariana (2003-2012). 2018. 166 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2018.

RIBEIRO, Vicente Neves da Silva. *Migrações venezuelanas no Oeste de Santa Catarina: estratégia de interiorização e trabalho na agroindústria*. In: **SEMINÁRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, ESTADO E SOCIEDADE (SEDRES)**, VII., 2024, Florianópolis. *Anais [...]*. UDESC, 2024.

RIBEIRO, Vicente; VAZ, Gabriel; REGINATO, João Vitor. migraciones venezolanas a chapecó: políticas de interiorización y trabajo en la agroindustria. *Aldea Mundo: Revista sobre Fronteras e Integración Regional*, [S. l.], ano 27, n. 54, p. 35-43, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://www.saber.ula.ve/bitstream/handle/123456789/50805/art03.pdf>.

SANTOS, Gevanilda. **Relações raciais e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2009.

SAYAD, Abdelmalek. **Imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998, 299p.

SCHEFFER, Sérgio Roberto. **A secretaria dos negócios do oeste: uma perspectiva de desenvolvimento (1963-1969)**. 2019. 134 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2019.

SILVA, Marcio Antônio Both da. Caboclo. **Revista História da Unisinos**, São Leopoldo, v. 18, n. 2, 338-351, 2014.

TEDESCO, João Carlos. **Imigração venezuelana no Brasil**: fronteiras, políticas e inserção social. Passo Fundo: Acervus, 2023. 292p.

VERGÈS, Françoise. **Decolonizar o museu**: programa de desordem absoluta. São Paulo: Ubu Editora, 2023. 272p. Tradução: Mariana Echalar.

VILLALOBOS, Luis Carlos. Venezuela: la crisis del rentismo petrolero y las opciones de política económica. **Revista de Ciencias Sociales (Rcs)**, Maracaibo, v. 8, n. 2, p. 234-248, maio 2002.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 7-72.